U.PORTO

FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

# CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE MONITORAMENTO DE PROGRAMAS DESPORTIVOS E DE LAZER

Renata Christiane Salgues Lucena Borges
Porto, 2020

**Construção e validação de um instrumento de monitoramento de programas desportivos e de lazer**

Dissertação apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, no âmbito do curso do 2° Ciclo de Estudos conducentes ao grau de Mestre em Gestão Desportiva, de acordo com o Decreto-Lei n° 74/2006, de 24 de Março, na versão da sua quarta alteração pelo Decreto-Lei nº63/2016, de 13 de Setembro.

**Orientador:** Prof. Doutor Alan de Carvalho Dias Ferreira

Renata Christiane Salgues Lucena Borges
Porto, 2020

**FICHA DE CATALOGAÇÃO**

Borges, R. C. S. L (2020). Construção e validação de um instrumento de monitoramento de programas desportivos e de lazer. Porto: R. Borges. Dissertação de Mestrado para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Desportiva, apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Portugal.

**Palavras-chave:** MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, DESPORTO, LAZER

## DEDICATÓRIA

"Há um menino, há um moleque
Orando sempre no meu coração
Toda vez que o adulto balança
Ele vem pra me dar a mão

Há um passado no meu presente
O sol bem quente lá no meu quintal
Toda vez que a bruxa me assombra
O menino me dá a mão

Ele fala de coisas bonitas que
Eu acredito que não deixarão de existir
Amizade, palavra, respeito
Caráter, bondade, alegria e amor

Pois não posso, não devo
Não quero viver como toda essa gente insiste em viver
Não posso aceitar sossegado
Qualquer sacanagem ser coisa normal

Bola de meia, bola de gude
O solidário não quer solidão
Toda vez que a tristeza me
Alcança o menino me dá a mão"

(Bola de meia, bola de gude – Milton Nascimento)

Dedico ao meu companheiro Gilberto e aos nossos filhos Davi e Artur, aos meus meninos, que de mãos dadas seguimos com muita alegria, por nós e por uma sociedade com direitos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço de onde tudo começou, aos meus pais, Mércia e Roberto, que sempre me fizeram acreditar que nada é impossível e que muitas vezes a ausência é uma forma de torna possível. À Mainha, por me mostrar, mesmo de forma tão ingênua, que o trabalho e o lazer são fatores imprescindíveis em nossas vidas. Um, não vive sem o outro. Por ter fé e mostrar que sem Deus, nada é possível.

À minha irmã, Natália, por mostrar que pra se conquistar sonhos, no mundo não há barreiras.

Aos meus amores, Gojoba, Davi e Artur, por ter vocês em todos os momentos, mesmo quando o momento é ausência. Por sonhar e embarcar juntos nessa aventura. De nos permitir a conhecer o desconhecido, de nos tornarmos capazes juntos e de está sempre de mãos e corações atados. Vocês são tudo nessa caminhada.

Ao meu orientador, Alan Ferreira, que se fez presente em todos os momentos dessa trajetória e me fez sentir capaz nessa empreitada. E ainda, somou a tudo isso, uma amizade a sua família linda. Obrigada Kassandra, Lara e Bob.

Ao Professor Pedro Sarmento, pela acolhida no desconhecido, por me apresentar ao Porto, sempre que preciso, aos churrascos em Linhares e ao conhecimento sábio sobretudo.

Aos especialistas que contribuíram para a construção desse instrumento, com vossas experiências e sabedoria e por acreditar nesse estudo. Vocês foram fundamentais.

Aos amigos que a FADEUP me deu e que me fez família. À Bia e a Yves, por serem de casa, pela presença constante e pelos vinhos compartilhados. A partida de vocês deixou um vazio, mas trouxe a certeza que a nossa família no Brasil aumentou. Estaremos sempre juntos e de mãos dadas. A Beto e Camilla, por compartilharmos do mesmo orientador, do mesmo espaço de construção, dos chocolates e das boas risadas no gabinete. A presença de vocês foram fundamentais nessa história. A Cynthia e Arlan, por dividir nossos terraços com

muitos vinhos nos momentos de alegria e por trazer de volta a luta feminista para nos sentirmos mulheres fortes em terras distantes. A Lucinha, que mesmo distante, está presente em nossas festas e nas nossas angústias, tu és única, minha amiga. A Matheus, Jajá e Bel, Victor e Marcela, por compartilhar dessa experiência.

Aos amigos e amigas do Porto, Lara, Vanessa, Sofia e Benício, Carol e Torito, por estarem sempre presentes.

A Cinthia, Nino, Dudu e Ananda, por nossos pic nic, pelo companheirismo, por serem sempre família. Nossas histórias vêm de muito longe e estamos mais unidos em terras distantes.

A Casa da Vovó Cota, meu porto seguro, onde a família se faz presente. Às minhas tias, Tia Ninha e Dedei, por sempre terem acreditado em mim e por ser exemplo de fortaleza e resiliência, serei eternamente grata a vocês. A Ana Paula, minha comadre, o meu exemplo de determinação, com você tudo é alegria, estaremos sempre juntas. Sem vocês nada disso seria possível. Aos Borges, por somar a esta casa, por fazerem a diferença em minha vida. Especialmente a minha sogra, Missiene (in memorian), por me fazer acreditar que solidariedade é afeto e amor e ao meu sogro, Gilberto, por me fazer acreditar que podemos ser práticos no amor.

Aos sempre amigos do Esporte e Lazer, por lutarmos por este direito em vários momentos, no movimento estudantil, na gestão pública e na vida, por nunca me fazer desistir. Aos companheiros e companheiras que fazem o Instituto Olé, Eduardo Granja, Bruna, Leocádio, Janine, Marina, Milena, Renata e Tininha. E aos amigos de sempre, Marquinho, Déa e Bruno, vocês sempre serão referências em minha vida.

Obrigada pela contribuição de todos e todas que me fizeram acreditar e me sentir capaz de contribuir com o que mais acredito, no esporte e lazer enquanto direito de todos e todas e de se sentir livres.

Muito Obrigada!!!

A todo pessoal, a Deus.

## ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE FIGURAS ..... XI
ÍNDICE DE QUADROS ..... XIII
ÍNDICE DE TABELAS ..... XV
ÍNDICE DE APÊNDICES ..... XVII
RESUMO ..... XIX
ABSTRACT ..... XXI
LISTA DE ABREVIATURAS ..... XXIII
1. INTRODUÇÃO ..... 25
1.1 Estrutura do Estudo ..... 31
2. REVISÃO DE LITERATURA ..... 33
2.1. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil ..... 35
2.2 Implementação e gestão de políticas públicas de esporte e lazer ..... 58
2.3 Métodos e modelos de monitoramento e avaliação de políticas públicas 70
3. OBJETIVOS ..... 89
3.2 Objetivos Específicos ..... 91
4. MÉTODOS E MATERIAIS ..... 93
4.1 Tipo de estudo e universo da pesquisa ..... 95
4.2 Métodos de coleta e análise dos dados ..... 97
4.2.1 Primeira etapa – Pesquisa bibliográfica e documental ..... 97
4.2.2 Segunda etapa – Estudo de Campo: observação ..... 99
4.2.3 Terceira etapa – Construção e validação do instrumento ..... 101
5. RESULTADOS ..... 105
5.1 Construção do instrumento de monitoramento para programas e projetos de desporto e lazer ..... 107
5.2 Validação do instrumento de monitoramento para programas e projetos de desporto e lazer ..... 123
5.3 Apresentação do instrumento de monitoramento ..... 128
6.DISCUSSÃO ..... 139
7.CONCLUSÃO ..... 151
8.BIBLIOGRAFIA ..... 155
9. APÊNDICES ..... clxv

## ÍNDICE DE FIGURAS

**Figura 1**: Beneficiados do PELC 2003-2018..... 47
**Figura 2:** Representação da *policy circle* ..... 68
**Figura 3**: Momentos e etapas da construção do instrumento de monitoramento de programas de desporto e lazer..... 95

## ÍNDICE DE QUADROS

**Quadro 1:** Quadro estrutural das secretarias e principais programas do Ministério do Esporte das gestões 2002-2005 e 2006-2009 ..... 39
**Quadro 2**: Conferências Nacionais de Esporte e Lazer..... 42
**Quadro 3:** Reestruturação das secretarias e principais programas do Ministério do Esporte das gestões 2011-2014 e 2015-2018..... 44
**Quadro 4:** Reestruturação das secretarias e principais programas da Secretaria Nacional do esporte a partir de 2019 ..... 49
**Quadro 5:** Principais diferenças entre monitoramento e avaliação ..... 70
**Quadro 6:** Indicadores do PELC..... 73
**Quadro 7:** Variáveis do Sistema Práxis..... 77
**Quadro 8**: Instrumento de coleta do sistema Práxis..... 80
**Quadro 9:** Instrumento de Avaliação por Almeida (2010)..... 81
**Quadro 10**: Categorias de análise do PELC em Recife..... 84
**Quadro 11**: Critérios da observação realizada no estudo de campo para coletar dados das políticas e programas de esporte e lazer..... 100

## ÍNDICE DE TABELAS

**Tabela 1**: Dimensões e categorias utilizadas para a avaliação dos programas e projetos de desporto e lazer identificados na pesquisa bibliográfica. ..... 107
**Tabela 2:** Dimensões, categorias e variáveis construídas a partir do referencial teórico e pesquisa de campo..... 111
**Tabela 3**: Construção de indicadores a partir dos conceitos apontados por Jannuzzi e Patarra (2006). ..... 115
**Tabela 4:** Apresentação da Pré matriz do Instrumento de monitoramento.... 117
**Tabela 5:** Identificação dos especialistas ..... 124
**Tabela 6**: Valores do CVR por item ..... 125
**Tabela 7**: Valores do IVC..... 128
**Tabela 8**:Instrumento de Monitoramento ..... 130

## ÍNDICE DE APÊNDICES

APÊNDICE A.....clxvii

APÊNDICE B.....clxxi

## RESUMO

O estudo tem o objetivo construir um modelo de instrumento de monitoramento de programas de desporto e lazer. A construção foi conduzida em duas etapas. A primeira etapa consistiu numa pesquisa bibliográfica e documental para identificar os principais elementos utilizados nos processos de monitoramento e avaliação contidos na literatura. Também foi realizada uma pesquisa de campo, baseada na experiência da assessoria pedagógica do Geraldão, na Prefeitura do Recife (2009-2012), onde foi realizado o levantamento dos principais elementos do Programa Esporte e Lazer da Cidade, a partir dos gestores. A conclusão desta etapa foi a construção de uma pré-matriz do instrumento de monitoramento. A segunda etapa da pesquisa consistiu na validação da pré-matriz por gestores e especialistas. Para essa etapa, foi utilizada a abordagem quantitativa a partir da validade de conteúdo de Lawshe (1975). A validação permitiu a construção de um instrumento final para o monitoramento de programas desportivos e de lazer. O caminho foi traçado a partir do processo histórico das políticas públicas no Brasil; os fatores intervenientes na prática desportiva e os métodos e modelos de avaliação de política pública de desporto e lazer. O resultado foi um instrumento de monitoramento contendo dimensões, categorias, variáveis e indicadores de eficácia, eficiência e efetividade com base no objetivo geral e específicos do programa. As dimensões permitem categorizar o programa em sua fase de planejamento e execução, criando variáveis para a construção de uma base de dados. Essa base de dados são elementos essenciais para a quantificação dos indicadores. Foi validado com um grau elevado de concordância entre os especialistas, havendo consenso dos indicadores de eficiência e efetividade. Concluímos assim, que a construção do instrumento de monitoramento possibilita orientar os gestores para o planejamento e implementação dos programas desportivos e de lazer, a partir de dados reais, fundamentando a avaliação, apontando os “fatores facilitadores e os obstáculos que operam ao longo da implementação” (Draibe, 2001, p. 30), facilitando assim o processo de tomada de decisão.



**Palavras-chave:** MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, DESPORTO, LAZER

## ABSTRACT

The study aims to build a model for monitoring sports programs in the field of leisure. The construction was carried out in two stages. The first step consisted of a bibliographic and documentary search to identify the main elements used in the monitoring and evaluation processes contained in the literature. A field research was also carried out, based on the experience of the pedagogical assistance of Geraldão, in the City Hall of Recife (2009 - 2012), where the survey of the main elements of the Programa Esporte e Lazer da Cidade was carried out, from the managers. The conclusion of this stage was the construction of a pre-matrix of the monitoring instrument. The second stage of the research consisted of the validation of the pre-matrix by managers and specialists. For this step, Lawshe's (1975) content validity approach was used. The validation allowed the construction of a final instrument for the monitoring of sports and leisure programs. The path was traced from the historical process of public policies in Brazil; the intervening factors in the practice of sports and the methods and models for evaluating public policy on sport and leisure. The result was a monitoring instrument containing dimensions, categories, variables and indicators of effectiveness and efficiency based on the general and specific objectives of the program. The dimensions allow to categorize the program in its planning and execution phase, creating variables for the construction of a database. This database is essential to quantify the indicators. It was validated with a high degree of agreement among experts, with a consensus on the efficiency and effectiveness indicators. We conclude, therefore, that the construction of the monitoring instrument makes it possible to guide managers in the planning and implementation of sports and leisure programs, based on real data, supporting the evaluation, pointing out the “facilitating factors and obstacles that operate throughout the implementation” (Draibe, 2001, p. 30), thus facilitating the decision-making process.



**Keyword:** MONITORING, EVALUATION, PUBLIC POLICIES, SPORT, LEISURE

## LISTA DE ABREVIATURAS

**PELC** – Programa de Esporte e Lazer da Cidade

**ME** – Ministério do Esporte

**SNELIS** – Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social

**CVR** – Content Validity Ratio

**IVC** – Índice de Validade do Conteúdo

**CPEL** – Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**RH** – Recursos Humanos

**RG** – Registro Geral de Identificação

**CPF** – Cadastro de Pessoa Física

**DHESCs** – Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**CNE** – Conferência Nacional do Esporte

**CF88** – Constituição Federal de 1988

# 1. INTRODUÇÃO

A chegada do desporto no Brasil foi marcada por uma forte influência europeia no final do século XIX: “desse momento até o início da década de 1930, observou-se uma efetiva autonomia da sociedade para organizar a prática de atividades desportivas e de lazer. Somente com a Revolução de 1930 e no Estado Novo, demarca-se de forma mais consistente a entrada do Estado no setor esportivo”. (Linhales, 1996, p. 62)

Cresce então, a autonomia pela sociedade que se dá pela relação de quatro fatores fundamentais: “1) pequena intervenção estatal; 2) baixo nível de conflito entre os grupos ou agremiações esportivas; 3) baixo nível de demanda pela população; 4) ausência de interesses secundários em relação aos resultados, resguardando e favorecendo a dimensão lúdica como elemento motivador das atividades”. Sendo assim, o desporto ainda não se constituía um “problema” a ser pautado nas agendas públicas do Estado. (Linhales, 1996, p. 68)

Em outra perspectiva, contestando a visão de Linhales (1996), (Veronez, 2005, p. 157) destaca que havia, sim, uma intervenção do Estado no setor, pois “independentemente do estágio de desenvolvimento do capitalismo, o Estado sempre atua intensamente em reação à sociedade”. Este autor alega ainda que na esfera do trabalho, o lazer foi um “instrumento para disciplinar e adequar às classes que vivem do trabalho” e que lutam por férias e descanso remunerado. Nesse sentido surge a preocupação de controle das atividades fora do tempo do trabalho, assim, “o esporte era tido como uma prática que disciplinava o corpo e mantinha-o saudável e disposto, condição necessária ao novo tipo de trabalhador da sociedade industrial” (Veronez, 2005, p. 160).

Inicialmente, as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil tinham foco na disciplina e na busca de atletas para o alto rendimento, isso fazia com que a minoria tivesse acesso ao direito ao desporto. Por volta do ano de 1995, essa realidade começou a mudar com a implementação do Programa Esporte Solidário, que segundo Ministério da Cidadania (2000), teve por objetivo garantir o desenvolvimento de projetos de esporte para crianças e adolescentes em regiões de reconhecida carência assistencial. Já em 2003, quando foi criado o

Ministério do Esporte e, com ele, programas voltados para os três pilares esportivos: Desporto de Rendimento, Desporto de Participação e Desporto Educacional. Entre as políticas implementadas temos como exemplos o programa Bolsa Atleta, programa voltado para incentivo aos atletas olímpicos e paralímpicos; o Programa Segundo Tempo, este voltado para execução de várias atividades desportivas no contraturno escolar; e, por fim, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), programa do tipo finalístico que tem como problema gerador a desigualdade de acesso ao desporto e ao lazer por parcela significativa da população. (Ministério do Esporte, 2012)

Nesse processo de construção histórica das políticas públicas desportivas, tomamos por base o ciclo das políticas públicas proposto por Frey (2000), levantamos a questão de como os gestores tomam a decisão à respeito da agenda desportiva e de lazer, qual a base para distinguir um problema na agenda desportiva e de lazer, e principalmente, qual o instrumento utilizado para o monitoramento dos programas desenvolvidos?

Esse questionamento se justifica ainda pelo aprimoramento do controle social do Estado brasileiro. Segundo Guimarães e Jannuzzi (2016):

> “O avanço dos processos de descentralização e a maior pressão social oriunda de sucessivas crises econômicas e o consequente acúmulo de demandas locais vêm fazendo com que a geração e disseminação periódica de estatísticas, indicadores e índices municipais passem a assumir um caráter ainda mais relevante no processo de planejamento, sobretudo para subsidiar o processo de implantação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.” (p. 01)

O Ministério do Esporte, em 2013, criou o sistema de monitoramento conhecido como Mimboé. Esse sistema realiza o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo PELC, realizado em todo o Brasil. Segundo Pintos (2017), ele surge para solucionar alguns problemas de gerenciamento de informações gerados pelo programa, tais como, volume grande de informações a partir de planilha excel e manuscritos em word; não havia padronização de informações; não havia padronização na coleta  e a criação muito grande no armazenamento dos arquivos. Esse sistema possibilita a padronização das informações geradas pelo PELC em diversas cidades do Brasil, bem como, a sistematização e o gerenciamento das informações.

É importante identificar, que a criação do Mimboé teve referência em processos de monitoramento desenvolvidos em cidades que realizavam o PELC, a exemplo, temos o Sistema Práxis desenvolvido pela Prefeitura da cidade do Recife no período entre 2005 e 2012, no Nordeste do Brasil. De acordo com J. Silva et al. (2007), esse sistema surge para supri algumas problemáticas geradas pela implantação do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, tais como: a organização do registro das ações; obtenção de respostas rápidas sobre a adequação do trabalho pedagógico; e, obtenção de respostas rápidas para nortear a avaliação e o planejamento das ações.

É possível, então, perceber a dificuldade da sistematização das informações nos programas desportivos e de lazer desenvolvidos. Neste sentido, Jannuzzi e Patarra (2006) afirmam que:

> “Uma das grandes dificuldades atuais no acompanhamento de programas públicos é dispor de informações periódicas e específicas acerca do processo de implementação, do alcance dos resultados e do impacto social nos segmentos sociodemográficos ou comunidades focalizadas pelo programa”.(p. 51)

Desta forma, instrumentos de monitoramento e avaliação de programas desportivos podem possibilitar o gerenciamento dos programas e a constante geração de conhecimento para auxiliar a tomada de decisão por parte dos gestores. Silva (2001) defende que o monitoramento, apesar de ser caracterizado como uma forma de avaliação, é uma atividade gerencial, que tem como objetivo garantir o desenvolvimento do trabalho conforme planejado e caracteriza-se como uma atividade interna realizada durante a execução do programa.

Este processo de monitoramento e avaliação dos programas permite um diálogo transparente com a sociedade civil, permitindo um maior poder de fiscalização, a disseminação da informação através dos canais digitais e principalmente, uma melhor avaliação acerca da eficiência, eficácia e efetividade dessas ações. Com isso, os gestores podem obter melhores ferramentas para a tomada de decisão baseado em dados concretos que possam melhorar a qualidade de vida das pessoas. Jannuzzi e Patarra (2006), afirmam que:

> “Esses avanços têm, como consequência prática fundamental, a crescente consciência, por parte dos cidadãos nas mais diversas nações – em especial nos países em desenvolvimento –, de sua relação com seus Estados como sujeitos de direito internacional, aptos a exigir, cada vez mais, a promoção e o cumprimento de seus direitos humanos junto aos organismos nacionais e internacionais de proteção”. (p. 134)

Considerando a necessidade de uma padronização na coleta e sistematização dos dados para um melhor acompanhamento e diálogo com a sociedade civil e poucos instrumentos de monitoramento na área de políticas públicas e programas de desporto e lazer, inclusive com indicadores sociais que norteiem a avaliação e a tomada de decisão dos gestores, a presente pesquisa

foi conduzida a partir do objetivo de construir um modelo de instrumento de monitoramento de programas de desporto no âmbito do lazer.

### 1.1 Estrutura do Estudo

O presente trabalho encontra-se dividido em nove capítulos. O primeiro capítulo trata de uma introdução composta pelos propósitos, pertinência e objetivos do estudo. O segundo capítulo é representado pela revisão de literatura, onde apresentamos o estado da arte nos principais temas abordados nesta dissertação (políticas públicas, métodos e modelos de monitoramento e avaliação de programas desportivos e de lazer). No terceiro capítulo são descritos o objetivo geral e os objetivos específicos do estudo. Posteriormente, no quarto capítulo são apresentados os materiais e métodos utilizados para o desenvolvimento do estudo, a partir da abordagem qualitativa, através da pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo, e a partir da abordagem quantitativa, através da validação do conteúdo, bem como os instrumentos utilizados e os procedimentos estatísticos aplicados. O quinto capítulo é constituído pela apresentação dos resultados encontrados com base na literatura. No sexto capítulo são apresentadas as discussões acerca dos resultados encontrados no estudo. No sétimo capítulo serão expostas as conclusões do nosso estudo dando resposta aos objetivos estabelecidos juntamente com as limitações do nosso trabalho, assim como algumas sugestões para futuros estudos. O oitavo capítulo é composto pelas referências bibliográficas que foram consultadas para a elaboração deste trabalho e, por fim, os apêndices compreendem o nono capítulo.

# 2. REVISÃO DE LITERATURA

## 2.1. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil

Pensar política pública nos remete às ações do Estado em relação a Sociedade em que vivemos. Essas ações são intencionais e interfere na vida de cada cidadão e cidadã. Segundo Brito (2017, p. 75), as políticas públicas é uma "demanda social, tratadas, discutidas e fomentadas pelo Estado, ouvindo a sociedade no intuito de desenvolver ações políticas na perspectiva de consolidação do público para todos".

Diante de tal conceito, podemos afirmar que é tornar acessível os direitos sociais para todos e todas, através das ações do Estado, seja na esfera municipal, estadual e/ou federal. Porém, o que vimos é uma grande dificuldade em tornar essas ações possíveis. Ainda em diálogo com Brito (2017), o mesmo afirma que as políticas são guias para a ação e não a ação em si e cria caminhos para atingir determinados objetivos.

Historicamente, a desigualdade social e a negação dos direitos sociais no Brasil fazem parte de uma dura realidade, intensificada durante o período do Regime Militar. Em dados levantados por Arretche (2018), em 1980, 80% da força de trabalho não completara 8 anos de escolaridade e em 1981, mais da metade da população não possuía emprego no mercado formal. E quem não tinha o emprego formal também não tinha direito a assistência médica e previdência social. Essas são as evidências indiscutíveis de uma sociedade altamente desigual.

As políticas públicas para o setor de desporto e lazer, durante este período histórico, não divergia dessa situação de negação de direitos. Segundo Veronez (2005), a atenção do Estado estava voltada para o esporte de alto rendimento, cujo objetivo é a seletividade e busca dos talentos dos que se destacam, excluindo a maior parcela da sociedade. Este cenário durou por 50 anos até a Constituição de 1988.

A aprovação da Constituição Federal de 1988 é um marco significativo para a democracia e consolidação de direitos no Brasil, em 2018 completou-se 30 anos e essa "(...)carta introduziu nas políticas sociais a inclusão de *outsiders,*

mais da metade da população brasileira antes excluídas de direitos sociais". Afirma ainda que esse "mecanismo não apenas reduziu desigualdades, mas também operou como um contrapeso aos efeitos da crise econômica que atravessamos".(Arretche, 2018, p. 296)

Algumas das medidas tomadas a partir da CF/88 Presidência da República (1988), tiverem fortes impactos no processo de redução das desigualdades sociais. Entre essas medidas estão o direito do voto para os analfabetos e a universalização do acesso à educação e à saúde. No governo, compreendido entre o período de 1995 e 2002, houve a criação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), em 1996, e possibilitou a matrícula de 100% dos jovens, sendo 50% dos jovens completavam o ensino médio, contra 11% em 1980. Outros fatores importantes que contribuíram para a diminuição das desigualdades sociais foram as políticas de transferência de renda e a valorização do salário-mínimo, realizada no período entre 1985 e 2015.

Comparado a este cenário de conquista de direitos, no setor de esporte e lazer também não foi diferente e em 1988, com a aprovação da Constituição Federal, em seu artigo 217, estabelece que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um. Contudo, as principais demandas para o setor desportivo eram advindas das entidades desportivas, as Confederações e Federações, o que implicava o gasto de recursos públicos direcionados para as despesas geradas por estas entidades. A exemplo, a primeira Lei implantada para o setor, nº 7752 de 14/04/1989, conhecida como Lei Mendes Thame, em Presidência da República (1989), enfatizava os patrocínios e isenção de impostos em apoio às entidades privadas, ou seja, os recursos públicos sendo direcionado para as instituições privadas. O que ocorre com este fato é que o acesso ao desporto continuava restrito àqueles que possuíam um bom desempenho esportivo, impossibilitando o acesso aos que gostariam de praticar pelo lazer, ou ainda, impossibilitava ter o esporte como um fator de qualidade de vida, seja para melhorar a saúde ou para construir relações sociais.

Em 1993, com o argumento de “generalização da liberdade no seio das práticas desportivas”, o então primeiro Secretário Nacional do Esporte, conhecido como Zico, propôs a quebra da Lei do Passe e a modernização e profissionalização das empresas esportivas, em especial, do futebol. Segundo ele, com o discurso que “o esporte é um bem rentável e não precisa de incentivos fiscais”, buscava a transformação dos clubes em empresas, evitando o repasse público para fins privados. Por outro lado, não houve propostas de construção de projetos e ações no sentido de garantir esporte e lazer enquanto direitos sociais, desresponsabilizando o Estado da função social do setor de esporte e lazer e transferindo essa responsabilidade para o mercado.

Essa discussão levou a formação da Comissão Especial de Desportos (CESP) para debater acerca do PL nº 965/1991 (BRASIL, 1991), onde foram formados três grupos distintos: o primeiro grupo defendia as regalias dos clubes e das Confederações e Federações Desportivas; o segundo grupo defendia a moralização do futebol e modernização do setor e o terceiro grupo, com pensamento mais progressista e à esquerda do espectro político, porém o mais enfraquecido politicamente, lutava pela garantia do direito ao esporte e lazer. A partir dessa discussão, só em 1993 foi sancionada a Lei nº 8672/1993 (Presidência da República, 1993), conhecida como Lei Zico e segundo Veronez (2005):

> “A lei n.º 8.672/1993 avançou naquilo que propunha de mais conservador no que se refere a possibilidade de o Estado garantir o acesso social ao esporte. Ao estabelecer a autonomia e a independência do setor esportivo sem a contrapartida necessária – o seu controle público –, apenas implementou a desresponsabilização do Estado para com ele, transferindo-a para a iniciativa privada e para o

> mercado, pois, como havia salientado seu signatário (Zico), tratava-se de um “serviço altamente rentável”. (p. 299)

Com a aprovação desta Lei foi legalizado os bingos para financiamento dos clubes desportivos, principalmente os de futebol, enfatizando assim a cultura do desporto de alto rendimento e isentando o Estado do papel de interventor das políticas públicas de esporte e lazer enquanto direito social.

Seguindo esta mesma lógica foi aprovada a Lei nº 9615/1998 (Presidência da República, 1998), conhecida como Lei Pelé, a grande novidade desta é a extensa regulamentação e fiscalização dos jogos de bingo, que deveriam transferir no mínimo 7% da receita bruta para a entidade esportiva a ele vinculado.

Apesar da ênfase na revisão da legislação nacional, Veronez (2005) destaca que após a Constituição de 1988, somente na gestão do governo (1995 – 2002) iniciou uma preocupação do Estado no desenvolvimento de programas de esporte e lazer com ações direcionadas à sociedade. A exemplo foi implantado o Programa Esporte Solidário, mesmo que seu principal foco fosse o “caça talentos” e a formação de atletas, o esporte e lazer começa a ganhar as ruas e proporcionar possibilidades de acesso para um maior número de pessoas, principalmente em comunidades com população de baixa renda. Foi ainda neste programa que surgiu o Projeto Vida Ativa, onde se pode ver as primeiras ações governamentais de esporte e lazer voltadas para os idosos.

Em 2003, o novo governo fortalece o setor de Esporte e Lazer, com a separação das pastas de turismo e esporte a partir da Medida Provisória n. 103, de 1 de janeiro de 2003, e cria o Ministério do Esporte. Mais tarde esta Medida é substituída pela Lei nº 10683 (Presidência da República, 2003), de 28 de maio de 2003 que organiza este Ministério levando em consideração a proposta clássica do manifesto Mundial do Esporte no ano de 1964, o qual classifica o esporte a partir das três dimensões sociais: esporte participação, esporte de rendimento e esporte escolar, discutidas em Tubino (1997).

O Ministério do Esporte iniciou sua gestão com três secretarias finalísticas e uma secretaria executiva, que segundo Ewerton e Matias (2017), era composto

pelas seguintes secretarias: 1) Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), que tratava do direito da prática desportiva na escola; 2) Secretaria Nacional de Esporte Alto Rendimento (SNEAR), responsável pelo diálogo com as entidades esportivas, no fomento e disseminação dessa manifestação esportiva; e 3) Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL), a qual tratava das ações e infraestrutura voltadas para o esporte recreativo e de lazer, bem como a produção e difusão do conhecimento do mesmo.

Ainda em Ewerton e Matias (2017), a partir dessas Secretarias, foram dados inícios a alguns programas de referência para a efetivação da política pública de esporte e lazer, considerando as três dimensões do esporte, sendo assim discriminados no quadro 1:

**Quadro 1:** Quadro estrutural das secretarias e principais programas do Ministério do Esporte das gestões 2002-2005 e 2006-2009

| **Secretarias responsáveis** | **Principais Programas** | **Objetivos** | **Abrangência** |
|---|---|---|---|
| Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE) | Programa Segundo Tempo (PST) | Oferecer aos alunos da rede pública escolar, vivências de atividades esportivas, nas diversas modalidades, no contraturno escolar. | Atendimento de uma média 1,2mi de beneficiários/ano; 2.387 municípios atendidos; 21.277 núcleos formados; |
| Secretaria Nacional de Alto Rendimento (SNEAR) | Rumo ao Pan | Preparar a infraestrutura esportiva para os Jogos Pan americanos em 2007, realizado no Brasil. | Realização dos Jogos Pan e Parapan em 2007; Infra estrutura moderna instalada; |
| | Brasil no Esporte de Alto Rendimento | Apoiar os atletas de base e os atletas profissionais para representação do Brasil em jogos mundiais. | Concessão de Bolsa Atleta; Sede da Copa do Mundo em 2014; Candidatura das Olimpíadas 2016; |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL) | Programa Esporte e Lazer da Cidade | Oferecer a prática esportiva, cultural e de lazer para todas as faixas etárias, incluindo as pessoas com deficiências, nos espaços e equipamentos públicos da cidade. | Atendimento de uma média 1,3mi de beneficiários/ano; 1.277 municípios atendidos; 3.165 núcleos formados; |

Nota: Quadro gerado pela autora a partir das informações em Ewerton e Matias (2017) e Esporte (2011) , das gestões federais entre 2002-2005 e 2006-2009.

Dentre essas secretarias, a SNDEL, se destaca por propor, de forma diferenciada e estruturada, as políticas sociais para o desporto enquanto direito social, tendo enquanto base o desenvolvimento como conceito-chave, que segundo a resolução nº 10 do Ministério do Esporte, de 07 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União:

> “(...)com ele pretendemos chamar a atenção para a necessidade de se estabelecer políticas de Esporte Recreativo, Lazer, Ciência & Tecnologia a partir do entendimento de "excelência" para além daquele construído com base no parâmetro do rendimento, hegemônico por toda a história da política esportiva brasileira, desde a formatação do primeiro documento legal definidor de diretrizes e base do esporte nacional (Decreto lei 3199/41) até a Lei 9615/98 Lei Pelé), passando pela Lei 6.251/75 e pela Lei 8672/93 (Lei Zico)”.(Ministério do Esporte, 2006, p. 103)

Diante de tal proposta, Pintos (2017) aponta que a SNDEL foi dividida em dois departamentos, o Departamento de Ciências e Tecnologia do Esporte, responsável pelo fomento à produção e difusão do conhecimento científico e

tecnológico, bem como a formação continuada dos gestores, educadores e agentes esportivos e o Departamento de Políticas Sociais Esporte e lazer, responsável pela execução de políticas sociais de Esporte e de Lazer voltadas para a consolidação dessas práticas sociais como direitos sociais. Ainda segundo Pintos (2017), inicialmente, esta Secretaria criou basicamente dois programas, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e o Programa de Gestão das Políticas de Esporte e Lazer, os quais estão descritos abaixo, conforme a autora.

O Programa de Gestão das Políticas de Esporte e Lazer foi composto de várias ações, entre elas: Conferência Nacional do Esporte; Centro de Documento e Informação do Ministério do Esporte (CEDIME); Diagnóstico da Estrutura Esportiva Brasileira; Promoção da Cooperação e do Intercâmbio Internacional; Avaliação das Políticas Públicas e de Programas de Esporte e Lazer; e Capacitação de Gestores de Esporte e Lazer. Percebemos que este programa visava a sistematização, estruturação, avaliação e formação das políticas públicas de esporte e lazer, ao passo que eram realizados os programas, projetos e ações propostos para o país.

No final da gestão 2008-2011 foi gerado um relatório (Esporte, 2012, p. 9), o qual aponta que  o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), criado em 2003, era do tipo finalístico e tinha como problema gerador a desigualdade de acesso ao esporte e lazer por parcela significativa da população, sendo assim, realiza atividades esportivas, culturais e de lazer, nos espaços esportivos e recreativos, existentes nas cidades, para crianças, jovens, adultos e idosos, incluindo as pessoas com deficiência. Afirma ainda que seu objetivo central era ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.

O Ministério do Esporte abriu canais de participação social através do Decreto Presidencial de 21 de janeiro de 2004, que institui a Conferência Nacional do Esporte que se propõe enquanto um espaço de debate, formulação e deliberações das políticas públicas de esporte e lazer. Nesse sentido, foram realizadas três conferências nacionais e paralelamente, conferências estaduais

e municipais, as quais discutiam a necessidades locais para levar o debate nacional, através dos delegados eleitos por elas. Essas Conferências foram realizadas em anos alternados, buscando atingir os seguintes objetivos, segundo Silva et al. (2015) (Quadro 2):

**Quadro 2**: Conferências Nacionais de Esporte e Lazer

| Conferências | Ano | Objetivo | Principais resultados |
|---|---|---|---|
| CNE I | 2004 | Criação de uma política nacional de esporte e lazer, e contemplou os campos como direitos sociais que interessam à sociedade, sendo passíveis de legitimação pelo Estado, ao qual cabe promover a sua democratização. | Compreendeu a sociedade civil como instância essencial para o desenvolvimento do esporte e do lazer. |
| CNE II | 2006 | Restruturação do sistema nacional do esporte e lazer, com a intenção de unificar as ações de desenvolvimento dos setores, cujo objetivo central foi consolidar os campos como direitos sociais, e continuar as conquistas da primeira edição realizada em 2004. | Conquista da Lei de Incentivo ao Esporte[1] e a qualificação do debate sobre as propostas apresentadas. |
| CNE III | 2010 | Elaboração o plano decenal do esporte, que estabeleceu linhas estratégicas, ações, metas e compromissos em prol do desenvolvimento do esporte. | Debate sobre o tornar o país uma potência esportiva mundial, com o tema “Por um time chamado Brasil”, sendo q o país foi sede da Copa do Mundo em 2014 e sede dos Jogos Olímpicos em 2016. |

Nota: Quadro das Conferências realizadas, produzida pela autora

Ainda sobre os canais de participação, foi criado o Conselho Nacional do Esporte através do decreto n. 4201, de 18 de abril de 2002, com o objetivo de

[1] Lei n. 11438 de 29 de dezembro de 2006, que estimula a prática esportiva por meio de dedução fiscal de pessoas físicas e de pessoas jurídicas.

promover a atividade física para toda a população, bem como a melhoria da gestão, qualidade e transparência do esporte nacional.

O que percebemos até então, o que podemos chamar de primeira fase da criação do Ministério do Esporte é o avanço das políticas sociais, sobretudo da relação entre Estado e sociedade e da implantação dos programas sociais, tais como Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer da Cidade. Porém, já no final deste período, percebemos novamente a priorização do esporte de alto rendimento em detrimento dos mega eventos esportivos, percebido principalmente na III CNE, realizada em 2010.

Seguindo esta lógica, a partir do Decreto n.7529 de 21 de julho de 2011, o Ministério foi reestruturado com alterações em suas secretarias. Duas secretarias foram mantidas, a Secretaria Executiva, responsável por supervisionar e coordenar as atividades dos sistemas federais, planejamento, orçamento e inovação institucional; e a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, continua com a função de coordenar, formular e implementar políticas relativas ao esporte de competição e implementação das diretrizes do Plano Nacional de Esporte. Enquanto que as Secretarias Nacional de Esporte Educacional e a Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer foram mescladas, criando assim a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNEELIS), responsável por implantar as diretrizes relativas ao Plano Nacional de Esporte, bem como o desenvolvimento da prática esportiva no âmbito do sistema de ensino e do esporte de participação, ou seja, esporte ,como forma de lazer. E ainda foi criada a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, responsável por contribuir para o melhoramento do futebol no Brasil, bem como fiscalizar cumprimento da legislação esportiva do Estatuto do Torcedor. Com a reestruturação, houve mudanças relativas aos programas e ações desenvolvidos, sendo assim redistribuídos (Quadro 3):

**Quadro 3:** Reestruturação das secretarias e principais programas do Ministério do Esporte das gestões 2011-2014 e 2015-2018

| Secretarias responsáveis | Principais Programas | Objetivos | Abrangência |
|---|---|---|---|
| Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social (SNEELIS) | Programa Segundo Tempo (PST) | Oferecer aos alunos da rede pública escolar, vivências de atividades esportivas, nas diversas modalidades, no contraturno escolar. | Entre 2012 e 2018 foram beneficiados em média 107.807 pessoas/ano. Foram formados em média 942 núcleos/ano. |
| | Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) | Oferecer a prática esportiva, cultural e de lazer para todas as faixas etárias, incluindo as pessoas com deficiências, nos espaços e equipamentos públicos da cidade. | Em 2011 foram beneficiados em 2.264.800 beneficiários, e entre 2012 e 2018 foram beneficiados em média 230.540 pessoas/ano. Foram formados em média 506 núcleos/ano. |
| | Jogos dos povos indígenas | Jogos realizados entre as etnias indígenas, com os esportes tradicionais indígenas brasileiros, onde o lema é “o importante não é competir, é celebrar”. | Participação de 48 etnias brasileiras e 1,6 mil participantes indígenas. |
| | Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e Lazer) | A Rede Cedes, opera por meio da interlocução com grupos de pesquisa vinculados às Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas sem fins lucrativos com o objetivo de fomentar a pesquisa em esporte e lazer. | 113 projetos de pesquisa; 56 eventos científicos; 25 livros/ capítulos e 81 artigos publicados; 6 cursos de qualificação de gestores; Implantação de 04 centros de memória; 77 publicações de anais de eventos científicos nacionais e internacionais. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Secretaria Nacional de Alto Rendimento (SNEAR) | Programa Bolsa Atleta | Programa de patrocínio individual para atletas de alto rendimento para que se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paralímpicas. | Foram contemplados 3058 atletas, sendo 2097 olímpicos 961 paralímpicos, em 64 esportes diferentes. |
| | Rede Nacional de Treinamento | Criação de uma rede para interligar a infraestrutura esportiva de treinamento, entre os estados e municípios, assegurando a base de treinamento para os atletas. | Centros Olímpicos de treinamento; 13 Centros Nacionais; Equipamentos (Centro de ginásticas, velódromos e outros); Centros Locais (revitalização de equipamento tradicionais nas cidades). |
| | Jogos Olímpicos Rio 2016 | Criação do comitê gestor dos Jogos Olímpicos rio 2016 | Realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. |
| | Jogos Escolares Brasileiros | Competição de cunho escolar, que envolvem os atletas das escolas públicas e privadas, a nível nacional, envolvendo diversas modalidades. | Foram realizadas 2 edições, envolvendo 6 mil estudantes na competição. |
| Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor | Projeto Copa FIFA 2014 | Criação do comitê gestor da Copa do Mundo de 2014 | Realização da Copa FIFA 2014 |
| | Torcida legal | Um conjunto de iniciativas que pretende melhorar as condições de segurança e o conforto do público nos estádios de futebol brasileiros | Elaboração do estatuto do torcedor; Realização de seminários e eventos para discutir acerca do direito do torcedor; |

Apesar das mudanças estruturais, segundo o Relatório de Gestão de 2011, o PELC é avaliado como o principal programa social de combate às desigualdades sociais:

> “(...)alia a democratização da prática de esporte recreativo e de lazer com universalização de conhecimentos, formação continuada de gestores e da população beneficiada e implementação de instrumentos participativos de gestão, como Edital Público, criação de sistema de avaliação participativa e controle social”.(Ministério do Esporte, 2012, p. 70)

No balanço dos programas e ações do período entre 2003 e 2010 (Ministério do Esporte, 2011), apresentado pelo Ministro do Esporte, o PELC realizou 670 convênios, beneficiando em todas as regiões do Brasil, cerca de 10,6 milhões de pessoas e a partir dos relatórios disponibilizados em (Ministério do Esporte, 2018), podemos comparar o número de beneficiados atendidos pelo programa desde sua implantação. Sendo assim distribuídos anualmente (figura 1):

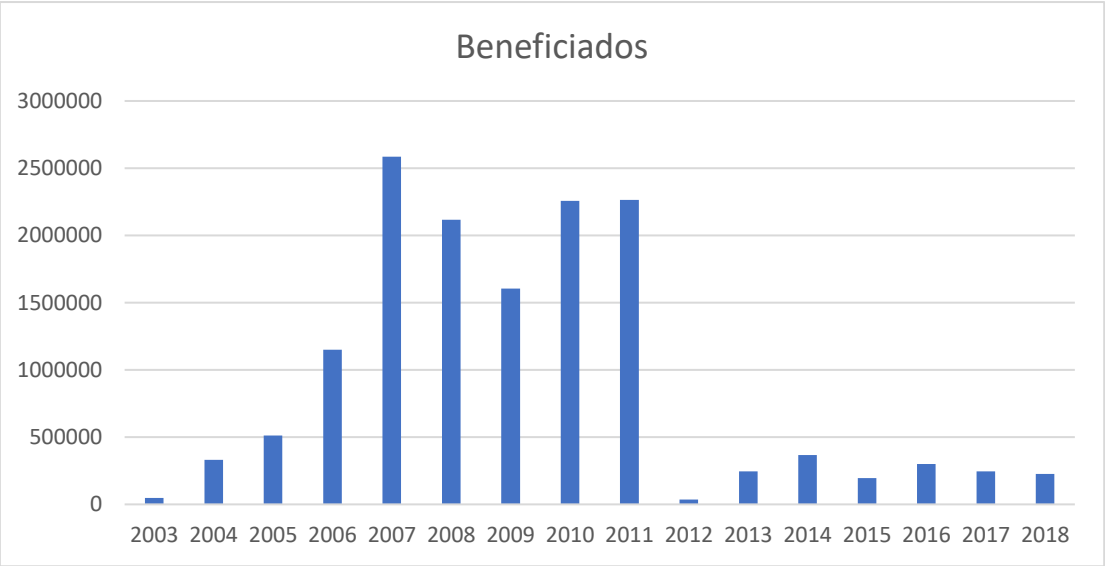



**Figura 1**: Beneficiados do PELC 2003-2018

Contudo, ainda na avaliação do relatório de gestão 2011 (Ministério do Esporte, 2012), apesar dos avanços do esporte enquanto política social, o processo de reestruturação e, consequentemente, o contingenciamento orçamentário contribuiu para que diversas ações físico/financeiras previstas não pudessem ser concretizadas. A SNDEL afirma que o contingenciamento orçamentário atingiu mais de 80% dos recursos das emendas parlamentares e de 50% da programação nacional, percebe-se uma significativa redução na quantidade de convênios firmados. O Programa continuou devido aos convênios firmados durante exercícios anteriores e os que estavam em vigência.

Segundo Silva et al. (2015, p. 68), essa reestruturação pode ser justificada pela agenda política da realização dos principais megaeventos esportivos, a Copa do Mundo Fifa 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016. O que, na avaliação do autor, esta proposta priorizou novamente o esporte de alto rendimento e subsumiu a CF/88 (Presidência da República, 1988), de garantia do lazer como direito social e prioridade de promoção do esporte educacional, conforme inciso II, do artigo 217 da Constituição.

Essa reestruturação se manteve até o início do ano de 2019, quando deu início a uma nova gestão presidencial e foi publicado o Decreto – Lei nº 9674 de 02 de janeiro de 2020, extinguindo o Ministério do Esporte e criando a Secretaria

Especial do Esporte ligado ao Ministério da Cidadania. No artigo 62, do Capítulo III da Seção II do anexo I, deste Decreto-lei, foi publicado as competências desta Secretaria, sendo elas:

> “I - assessorar o Ministro na supervisão e coordenação da política nacional de desenvolvimento da prática dos esportes;
>
> II - promover o estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades esportivas;
>
> III - promover o intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, destinados à promoção do esporte; e
>
> IV - assessorar o Ministro no planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes e de ações de democratização da prática esportiva e de inclusão social por intermédio do esporte”. (Presidência da República, 2019, p. 31)

A mudança na gestão também se deu nas Secretarias Executivas e programas, sendo assim distribuídos atualmente (Quadro 4):

**Quadro 4:** Reestruturação das secretarias e principais programas da Secretaria Nacional do esporte a partir de 2019

| Secretarias responsáveis | Principais Programas | Objetivos |
|---|---|---|
| Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social (SNEELIS) | Programa Segundo Tempo (PST) | Oferecer aos alunos da rede pública escolar, vivências de atividades esportivas, nas diversas modalidades, no contraturno escolar. |
| | Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) | Oferecer a prática esportiva, cultural e de lazer para todas as faixas etárias, incluindo as pessoas com deficiências, nos espaços e equipamentos públicos da cidade. |
| | Brincando com esporte | É uma ação voltada para crianças e adolescentes que ocorre nos dois períodos anuais de férias escolares, com a oferta de atividades físicas, esportivas, recreativas, lúdicas, artísticas, culturais, sociais e turísticas. |
| Secretaria Nacional de Alto Rendimento (SNEAR) | Programa Bolsa Atleta | Programa de patrocínio individual para atletas de alto rendimento para que se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paralímpicas. |
| | Projeto inteligência esportiva | Tem objetivo de produzir, aglutinar, sistematizar, analisar e difundir informações sobre o esporte de alto rendimento no Brasil e analisar as políticas públicas para o esporte de alto rendimento. |
| Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor | Prêmio Brasil de teses e dissertações sobre o futebol e direitos do torcedor - 2019 | Premiação para estudantes de pós-graduação stricto sensu que estejam desenvolvendo trabalhos sobre o tema do futebol. |

| | | |
|---|---|---|
| | Seleções do futuro | Busca incentivar, desenvolver e democratizar o acesso à formação esportiva em futebol para crianças e adolescentes (6 aos 17 anos), buscando garantir com qualidade o direito constitucional ao esporte, por meio da implantação de núcleos de futebol de base, masculino e feminino, em todo o território nacional. |
| | Programa Academia & Futebol | Proporciona a prática do futebol, futsal e Beach Soccer a crianças e adolescentes e pessoas com deficiência, bem como apoia a produção e difusão da produção científica, com aporte de recursos para a realização de pesquisas, produção de artigos e livros, participação dos pesquisadores em congressos e a realização de cursos e eventos. |
| | Projeto Integra | Tem por objetivo promover ações de prevenção à violência doméstica e nos estádios, durante os jogos de futebol, e enfrentar violações de direitos humanos. |

Nota: Quadro elaborado pela autora a partir das informações disponíveis em Ministério da Cidadania (2020)

Essa mudança tem sido repercutida por alguns estudiosos. Entre eles, Frizzo (2019) nos alerta que essa mudança representa, "...por um lado, a secundarizarão da importância do Esporte como um direito social constitucionalmente garantido, por outro, o enxugamento do Estado para o benefício da iniciativa privada como promotora do esporte." Já Carneiro et al. (2019), em estudo realizado a partir do financiamento e gastos entre os anos de 2003 e 2008, diz que "...seu foco não foi no desenvolvimento de políticas voltadas às práticas esportivas (EELIS e EAR)[2], mas sim no atendimento a interesses econômicos e políticos (Infraestrutura e Megaeventos), que nem sempre estiveram articulados ao esporte como direito".

Em um outro estudo, Filho (2019), nos alerta para a ausência de política esportiva em seu caráter de "política de Estado". Alerta ainda para um processo de militarização do esporte, segundo o autor, se inicia com a incorporação de atletas civis às Forças Armadas por meio da criação do Programa de Alto Rendimento – PAAR e com a realização dos Jogos Mundiais Militares do Rio de Janeiro, onde o Brasil ficou em primeiro lugar no ranking de medalhas. E segue com os atletas brasileiros, no pódio dos Jogos Pan Americanos e Jogos Olímpicos, prestando continência à Bandeira Nacional. Os atletas seguiam também dando palestras motivacionais no congresso Brasileiro e no Senado. O que, segundo o autor, demonstra o esporte como um dos carros-chefes para a consecução do projeto de militarização do Estado.

Contudo, segundo Taffarel e Junior (2019), o Ministério do Esporte nos deixou um legado importante:

> "(...)que precisa ser recuperado, resgatado, para instituirmos, em um governo democrático e popular, o Sistema Nacional do Esporte, integrado ao Sistema Único de Saúde, ao Sistema Educacional, ao Sistema de

[2] Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social (EELIS) e EAR (Esporte de Alto Rendimento), citado pelo autor.

> Seguridade Social, ao Sistema de Segurança Pública, ao Sistema de Transporte Urbano, ao Sistema de Direito a Cidade, entre outros, na perspectiva da emancipação humana e da superação do modo de vida capitalista". (p. 22)

No Diagnóstico Nacional do Esporte, conhecido como Diesporte, a pesquisa realizada em 2013 e publicada em 2016 mostra dados relativos ao perfil dos praticantes e não praticantes do Esporte no Brasil. Segundo essa pesquisa, 45,9% dos brasileiros são sedentários e 54,1% são praticantes de algum esporte ou de atividade física. Essa pesquisa mostra ainda que 69,8% dos não praticantes abandonam a prática desportiva pela falta de tempo (por estudo ou trabalho), outros motivos estão relacionados ao acesso as instalações ou por questões de saúde. Estes dados apontam que os motivos pelo abandono às práticas desportivas e atividades físicas extrapolam a intervenção no âmbito do desporto e das atividades físicas "...devem fazer parte das políticas públicas mais amplas relacionadas à saúde e ao lazer". (Esporte, 2016a, p. 49)

Nessa mesma pesquisa, foi apontado que 92,4% dos praticantes de desporto não possuem vínculos às instituições e apenas 7,6% estão vinculados a alguma instituição desportiva, como o caso das federações ou associações desportivas. E ainda, 89,6% dos brasileiros não participam de competições oficiais organizadas em relação às suas modalidades esportivas, enquanto 5% declaram envolvimento com competições não oficiais e apenas 5,5% participam do desporto organizado e legalizado. O que reforça ainda mais o investimento da política pública do deporto para todos, ampliando cada vez mais o acesso.

Essa pesquisa é de suma importância para o diagnóstico desportivo no Brasil. Levou em consideração segmento etário, região, custos, entre outras particularidades que não iremos detalhar por aqui. Mas é importante perceber que esses dados são de fundamental importância para conhecer o perfil dos brasileiros em relação a prática da atividade física e do desporte para que se torne possível construir uma política pública dentro desta realidade. Portanto:

> “Como conclusão, em se tratando de opções de modalidades de esportes, as variações de gênero, região de moradia e faixa etária dos praticantes são todas influentes para a formatação de intervenções governamentais ou de decisões do setor privado, criando distinções diante das escolhas preliminares de esporte ou de atividades físicas”. (Esporte, 2016a, p. 65)

Analisando a trajetória das conquistas do esporte e lazer no Brasil enquanto direito social, Pinto et al. (2008) afirma que a mesma ainda continua negligenciada, pois continua com problemas como:

> “(...)a falta de consciência desse direito; insuficiente responsabilidade individual e/ou coletiva no jogo social para a garantia do mesmo; exclusão de muitos das vivências de lazer disponíveis em nosso meio; falta estrutura que dinamize e dê base concreta infra estrutural para que a população vivencie o lazer; falta gestão participativa e transparente que partilhe responsabilidades com todos envolvidos para o estabelecimento das prioridades, a formulação e o controle da execução das políticas de lazer; faltam pactos, adesões, articulações de pessoas, que atuam em diferentes âmbitos, com competências e papéis diferentes, formação adequada e elevação da qualidade dos serviços prestados; falta

> financiamento, parcerias e cooperação para prover a viabilização das ações de lazer com equidade.” (p. 55)

Segundo Pintos (2017), o PELC surgiu a partir das experiências de cidades com gestão baseada em governo democrático e popular, entre elas, Recife, Porto Alegre, Campinas, Belém, Caxias do Sul, Governo Estadual do Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Esses governos, segundo a autora, “(...)tinham como marco fundamental a construção de uma política pública de esporte e lazer com a população e, portanto, com foco na *participação comunitária* e no *Lazer como direito social*”. E nessa perspectiva, o PELC, segundo as Diretrizes estruturantes do programa (Ministério do Esporte, 2016), foi construído, para fim de democratizar o esporte e lazer recreativo, sendo a partir dos seguintes objetivos:

- “Nortear ações voltadas para públicos diferenciados (faixa etária, gênero, raça, etnia, e orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros) nos núcleos de lazer e esporte recreativo;
- Estimular a gestão participativa entre os atores locais direta e indiretamente envolvidos;
- Estimular a implementação de metodologia participativa e democrática para o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais de lazer e esporte recreativo;
- Promover a formação inicial e estimular a formação continuada dos agentes sociais e gestores municipais de lazer e esporte recreativo;

- Valorizar e fortalecer a cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo;
- Promover a ressignificação e a qualificação de espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte recreativo". (Ministério do Esporte, 2016, p. 5)

E assim o programa foi se espalhando em várias cidades do Brasil, em todas as regiões do país, como mostram os dados apontados anteriormente com o slogan *"o lazer vai tomar conta da cidade e a cidade vai tomar conta do lazer"*. Em algumas cidades o programa durou apenas o tempo de convênio com o Ministério do Esporte, entre um e dois anos, e em outras, as cidades, de fato tomaram conta do lazer.

O Recife foi uma das cidades que iniciou a construção do programa e serviu de base na implantação pelo Ministério do Esporte. Inicialmente, dentro de uma Diretoria Geral de Esportes ligada a Secretaria de Turismo e Esportes, tinha o programa âncora chamado de Círculos Populares de Esporte e Lazer, este se propunha a:

> "(...) contribuir para a educação da população na direção do protagonismo, da autodeterminação e, portanto, da emancipação humana, significa desenvolver aprendizagens sociais que instrumentalizem homens e mulheres para participarem efetivamente das soluções dos problemas concretos, imediatos e históricos que estão a enfrentar (...)" (Silva & Silva, 2004, p. 23)

No Relatório de Transição[3], o CPEL, como era apelidado, iniciou seu percurso em 2002 e em 2012, quando o relatório foi elaborado, o programa

[3] Relatório para o processo de transição da política municipal de esporte e lazer (2009 – 2012), elaborado pela Autarquia Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães da Prefeitura do Recife, o qual relata todos os programas e ações desenvolvidos pela gestão, bem como a gestão

completava 10 anos e, segundo dados dele, atendeu cerca de 62 mil pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos, em mais de 100 comunidades do Recife. Nesse percurso, foram realizados convênios com o Programa Esporte e Lazer da Cidade a partir do Ministério do Esporte que permitiu que o programa fosse ampliado e cada vez mais se consolidado, segundo o próprio relatório.

A partir de 2013, o programa, agora não mais Círculos Populares de Esporte e Lazer, mantém o nome do Programa Esporte e Lazer da Cidade, porém continua a atender a população com os mesmos princípios e regras de funcionamento, mantendo inclusive o recurso humano. O convênio em vigor com o Ministério passa de 9 para 45 núcleos de esporte e lazer e atende 18 mil pessoas, segundo dados coletados por Morais (2017). Contudo, o convênio finalizou em 2018 e em notícias publicada pela Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer em Recife (2019), com a finalização do convênio o programa passa a ser municipalizado e com recursos do município, contudo o nome do programa mudou para “Recife Ativo”. O programa, segundo dados apontados na notícia, realiza 6 mil atendimentos mensais, oferecendo 27 modalidades e com a equipe de 110 profissionais.

Esse processo de municipalização faz parte de uma das diretrizes do PELC. Esse processo deve-se ao fato de a política de esporte ainda ser uma política de governo e não de Estado e, portanto, não há verbas vinculadas para implementação de políticas públicas, como descrito nas Diretrizes do programa em 2016. O documento ainda afirma que:

> “Essa demanda se explica pelas insuficiências e limitações que a atual legislação apresenta quanto à estrutura organizacional e sua abrangência, as definições de competências e responsabilidades dos entes e instituições, as regras de funcionamento, os mecanismos de gestão e

administrativa, entregue ao responsável do setor da gestão (2013 – 2016), em mãos, e disponibilizado para esta pesquisa.

> controle social, a organização dos sujeitos e suas atribuições no sistema, e o financiamento" (Esporte, 2016b, p. 16).

Dando continuidade, houve algumas modificações nas Diretrizes do programa em 2019, e no processo de municipalização, o governo federal segue dando orientações aos governos municipais para estruturação de suas gestões.

> "A existência de um órgão com legislação específica e dotação orçamentária, recursos humanos e capacitação que exerça e desenvolva as funções relativas ao esporte e ao lazer é fundamental. Esse órgão pode surgir da readequação de outros já existentes ou da criação de um novo órgão municipal". (Ministério da Cidadania, 2019, p. 21)

Contudo, mesmo havendo todas essas mudanças, o Programa Esporte e Lazer da Cidade continua a acontecer há 17 anos no Brasil. Com base na construção histórica da Política Pública de Esporte e Lazer, percebemos a preocupação na educação dos sujeitos e a solidificação do esporte enquanto direito. Da década de 30 até início do século XXI, o setor se propôs a formar cidadãos pouco participativos e afastados da vida política da sociedade. O que há uma mudança clara de concepção a partir de 2003.

Seguindo esses preceitos e o desenvolvimento do PELC ao longo desse tempo, tendo sua missão fundamentada na educação no e para o tempo livre da população, confrontando com todas as concepções de política pública proposta desde 1930 é que motiva a construção de um instrumento de monitoramento que seja capaz de sistematizar as informações acerca das atividades desportivas e de lazer.

Compreendemos que esta sistematização se faz imprescindível para acompanhamento das ações e avaliação para tomada de decisão acerca da política pública local, possibilitando assim a ampliação do acesso ao esporte e lazer com mais eficiência e efetividade para cidade.

## 2.2 Implementação e gestão de políticas públicas de esporte e lazer

Diante de tal contexto, Alves e Pieranti (2007) afirmam que a partir da década de 80 o papel do Estado no setor desportivo começa a ser questionado. Com o crescimento cada vez maior da atuação dos clubes, associações e federações desportivas, as ações desportivas influenciavam cada vez mais a Sociedade. Mas só na década de 90 é que o estado tem um papel maior na elaboração e fiscalização no cenário esportivo.

Como dito anteriormente, só em 2003 que foi criado o Ministério do Esporte e segundo Alves e Pieranti (2007), "...é possível perceber a mudança de concepção do esporte no Brasil". E ainda Alves e Pieranti (2007, p. 15):

> "A criação de um órgão, ao menos em tese de caráter permanente, possibilitou a consolidação de políticas e projetos para esse setor. O esporte passou a ser olhado não apenas em relação às modalidades e competições de alto rendimento, mas também no que tange à sua prática de forma recreativa. Fica ainda evidente a opção pela integração dessas diversas possibilidades, facilitando a associação da prática esportiva com outras áreas-alvo de políticas públicas federais, como, por exemplo, a educação, a saúde e o trabalho". (p. 15)

E nessa perspectiva, o Ministério criou vários programas voltados para os três pilares esportivos: Desporto de Rendimento, Desporto de Participação e

Desporto Educacional. Entre as políticas implementadas temos como exemplos o programa Bolsa Atleta, programa voltado para incentivo aos atletas olímpicos; o Programa Segundo Tempo, este voltado para execução de várias atividades desportivas no contraturno escolar; e por fim foi oferecida às prefeituras a possibilidade de parceria através do Programa Esporte e Lazer, que tem como objetivo o fomento da prática esportiva como recreação e lazer nas comunidades.

Porém o que viemos aqui relatar e buscar alternativa para a continuidade do crescimento da política pública de esporte e lazer é a gestão da experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Apesar dessa pesquisa não ter como objeto a análise das políticas públicas, convém entender as três dimensões da "policy analysis" conceituadas por Frey (2000):

1. **Polity** – se refere a dimensão institucional, a ordem do sistema político, considerando o sistema jurídico e a estrutura do sistema institucional político-administrativo;
2. **Politics** – se refere a dimensão processual, tendo em vista o processo político, seus conflitos e a imposição de objetivos, conteúdos e decisões na distribuição de funções;
3. **Policy** – se refere a dimensão material dos conteúdos concretos dos programas políticos e o conteúdo material das decisões políticas.

Entendendo que essas dimensões se entrelaçam e se influenciam mutuamente no decorrer do processo, iremos enfatizar, neste momento, a dimensão ´Policy` para que possamos compreender como se deu a realização da gestão do PELC no Recife e levantar alguns aspectos importantes, apontando alguns elementos necessários para sistematização e monitoramento de programas que poderão nortear a tomada de decisão acerca das políticas públicas de esporte e lazer.

Desde da implantação do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL) a partir da gestão municipal do Recife (2001-2004) e mais tarde a implantação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) a partir da gestão federal (2002 – 2005), a prática esportiva e de lazer, tem mudado a cara da

cidade e as atividades vem funcionando até os dias de hoje, formando vários grupos de convivência social. O público atendido contempla todas as faixas etárias, crianças, jovens, adultos e idosos, incluindo as pessoas com deficiência. As atividades esportivas são oferecidas no âmbito do lazer, respeitando as características etárias e o tempo livre das pessoas.

Waichman (1997) fala que o tempo livre vai para além do tempo liberado do trabalho e das obrigações, é um tempo em que as pessoas possam construir a sua liberdade de escolha e de intervenção. Porém na contramão dessa construção, ele afirma que a alienação é um dos principais problemas, ela reflete a consciência imatura e as pessoas começam a consumir as coisas que lhes são impostas. Esse consumo está relacionado a satisfazer as fantasias que muitas vezes não é nossa vontade, mas a vontade da criação alheia. Portanto, ele diz que: “Consumimos mercadorias, porém, estamos sempre insatisfeitos, já que precisamos consumir mais (não melhor) e, sobretudo, coisas novas, o último modelo”.

Portanto na busca de superar esta alienação e formar indivíduos que sirvam a este ou àquele modelo de sociedade, Waichman (1997) fala que o papel do educador consiste em:

> “Fornecer a possibilidade de o outro poder ser protagonista, criador de sua própria natureza. Fornecer os instrumentos para superar a alienação e construir seu tempo livre, isto é, sua liberdade no tempo.” (p. 27)

Sendo assim, vê-se a necessidade de promover o esporte e o lazer, educando a população no e para o tempo livre, esclarecendo que não basta apenas ocupá-lo com necessidades primárias como comer, dormir e vestir, mas de construir de forma autônoma, e alimentar a liberdade de criar e produzir os momentos de lazer, com espaços adequados, programação, entre outros.

Com isso, o PELC tem procurado atender à necessidade de atividades de lazer para um melhor proveito do tempo livre da população das cidades. Fazendo do esporte e lazer, numa perspectiva emancipatória, instrumentos de uma formação humana e buscando atingir a todos os segmentos sociais. Segundo

Marcellino (2001, p. 9), “existem barreiras inter e intraclasses sociais, formando um todo inibidor que dificulta o acesso ao lazer, não só quantitativamente, mas, sobretudo, qualitativamente”.

Portanto, é imprescindível a elaboração de políticas públicas que melhor atendam às necessidades da população e melhorem a sua qualidade de vida. Para tanto, precisamos esquecer o lazer como mercadoria e o “compreender como um espaço/tempo sistemático e planejado, no qual as pessoas possam ludicamente desenvolver aprendizagens sociais que contribuam para sua autodeterminação no campo da cultura, da política e da economia” (Silva & Silva, 2004).

Nessa perspectiva, o PELC iniciou a sua implantação em algumas cidades no Brasil. Diante da intervenção que o programa tem no Recife desde 2003, a exemplo, iremos relatar de como foi implantado e o que norteia tal ação.

O programa iniciou com algumas idosas no bairro de Brasília Teimosa, onde o índice de criminalidade era grande e com poucos espaços esportivos e de lazer para a população. Diante desta realidade, a Prefeitura, através dos gestores, educadores e lideranças locais, identificou os possíveis espaços para prática de atividades esportivas e de lazer, qual a faixa etária predominante e qual o tempo livre das pessoas que habitavam aquele local, o que se percebe é que esse tempo se diferenciava muito de acordo com a faixa etária.

A partir dos dados identificados, verificou-se a necessidade de iniciar essas atividades com o público idoso, primeiro pela ausência total dessas atividades para este público e principalmente, pela urgência da melhoria de suas vidas, do ponto de vista da saúde e do convívio social. Nesse sentido, iniciou-se com a mobilização para formação de turmas, que segundo Silva e Silva (2004) “(...)são essencialmente atividades de sensibilização dos sujeitos das comunidades onde serão implantados os círculos”. E assim, a primeira turma foi formada.

As turmas formadas são chamadas de Círculos de Convivência Social. Esses buscam avançar na adequação da programação de lazer nos espaços e equipamentos públicos da cidade, com atividades sistemáticas no tempo livre das comunidades atendidas. Nesse sentido houve uma reorganização dos

espaços e linguagens trabalhadas, fortalecendo assim uma concentração de interesses comuns objetivando a formação de grupos sociais que se identifiquem a partir de uma intervenção pedagógica baseada na educação no e para o tempo livre e orientada pelos princípios do:

1. Trabalho Socialmente Útil: os objetivos das atividades deverão ser autodeterminadas pelo coletivo onde o esforço realizado sirva diretamente a comunidade, podendo assim formar sujeitos participantes ativos do processo em que estão inseridos, não tratando o trabalho realizado enquanto mercadoria, ou seja, enquanto valor de troca e sim valor de uso.

2. Desenvolvimento da Cultura Local: valorização da cultura local podendo proporcionar condições de criar e recriar novas culturas.

3. Auto-Organização e Trabalho Coletivo: o trabalho realizado deve ser construído coletivamente partindo dos interesses da própria comunidade e ainda possibilitando o desenvolvimento deste trabalho pelos próprios participantes do grupo.

4. Intergeracionalidade: os participantes envolvidos trarão sua contribuição de acordo com suas características etárias, proporcionando um respeito mútuo e a aprendizagem entre eles, o que faz intensificar a cultura local e a recriação dessas.

Dentro desse conjunto de princípios as atividades se organizam nas comunidades a partir de uma breve análise, identificando quais os possíveis espaços para prática de atividades esportivas e de lazer, qual a faixa etária predominante e qual o tempo livre das pessoas que habitam aquele local, o que se percebe é que esse tempo se diferencia muito de acordo com a faixa etária. Como por exemplo, os idosos e adultos tem mais disponibilidade pela manhã cedinho e a juventude pela noite. Essa identificação é realizada pelos gestores (coordenação de área), educadores e lideranças locais. A partir dos dados

identificados iremos iniciar com a mobilização4 para formação de turmas. Uma das ações realizadas para mobilizar e identificar as expressões esportivas e culturais presentes nas comunidades é o Arrastão do Lazer, que segundo Silva e Silva (2004): “(...)são essencialmente atividades de sensibilização dos sujeitos das comunidades onde serão implantados os círculos”. Por fim, realizamos o planejamento participativo, que segundo Silva e Silva (2004), “tem como objetivo identificar o ponto de partida do trabalho”. E ainda: “Defini-se pela problematização da prática social, identificação de interesses e do acervo de conhecimentos que o grupo possui, pela definição coletiva de objetivos e da construção da programação de conteúdos e eventos”. (p. 47)

Os Círculos de Convivência Social ainda se subdivide baseado no conjunto de interesses caracterizados principalmente pelas linguagens escolhidas e pela faixa etária, distribuídos da seguinte forma:

1.Círculos de Esporte: reúne as atividades sistemáticas de Esporte voltadas principalmente para crianças e jovens. Caracteriza-se também por apresentar o Esporte como seu principal conteúdo. Tendo em vista o Esporte compreendido enquanto fenômeno histórico cultural, o esporte é parte das manifestações da cultura corporal. Como fator de desenvolvimento humano, permite a reflexão crítica sobre suas diversas determinações e a união entre o ato criador e o movimento humano, quando vivenciado numa coletividade democrática. Nesse são trabalhadas as seguintes linguagens: Futebol (de salão e de campo), Voleibol, Xadrez, Basquete, handebol, tênis, natação, Ginástica Olímpica, Artes Maciais (Karatê, Judô, Jiu Jitsu, Taekwondo, Kung Fu,Quick Boxing, e Aikidô) e Goal Bool5.

2.Círculos de Lazer: reúne as atividades sistemáticas de Esporte e Lazer oferecidas ao segmento da pessoa idosa, em especial a ginástica,

4 Realizada a partir de porta a porta, divulgação nas escolas do bairro, associação de moradores e outras entidades locais e rádios comunitárias.

5 Futebol adaptado para cegos.

hidroginástica e jogos esportivos, além das oficinas sistemáticas de Artes, Dança (Popular, Contemporânea, de Salão, do Ventre e Ballet Clássico), Percussão, Violão, Teatro e Música para todos os segmentos. Caracteriza-se também pelas linguagens não esportivizadas do lazer.

3.Círculos de Juventude: reúne as atividades sistemáticas de Esporte e Lazer de identidade juvenil, tais como Capoeira, Skate, BMX, Le Parkour e Break Dance.

Esses grupos se formam a partir da identificação do local, da mobilização comunitária e na identificação das linguagens, porém vale salientar que a intervenção pedagógica é baseada no método didático proposto por Saviani (1992) dividido nos seguintes momentos:

1. PROBLEMATIZAÇÃO da prática social relativa ao universo do lazer, através do Planejamento Participativo, dos Arrastões do Lazer; do Mapeamento das atividades, dos equipamentos e do tempo liberado das comunidades;

2. INSTRUMENTALIZAÇÃO da população para a produção de atividades artísticas e culturais, através da realização de oficinas sistemáticas, cursos de formação, seminários interativos e reuniões, pesquisas e participação em eventos sociais e políticos;

3. Promoção de momentos de CATARSE, onde os participantes possam expressar suas aprendizagens através da construção e participação de festivais e eventos em geral.

4. Estes procedimentos visam à transformação permanente da PRÁTICA SOCIAL relacionada ao âmbito do lazer, a partir dos princípios da auto-organização, do desenvolvimento da cultura popular e do trabalho socialmente útil.

Dessa forma, Saviani (1992) afirma que o conhecimento começa do abstrato e com as relações e determinações simples parte para o concreto e constitui as relações múltiplas e determinações complexas.

Os Círculos de Convivência Social se reúnem, sistematicamente, duas vezes por semana com duração de uma hora e meia cada encontro com o objetivo de participar das oficinas temáticas de esporte e lazer, que segundo Silva e Silva (2004), essas oficinas “podem ser definidas como um conjunto de procedimentos com o objetivo principal de construir e reconstruir conhecimentos e práticas corporais e esportivas, tendo a auto-organização como fator primordial.” (p. 48)

A auto-organização comunitária é uma das diretrizes norteadores do processo pedagógico do PELC, segundo Cidadania (2020). E nesse sentido, através dos relatos de experiências em Freitas et al. (2007) e Wanderlei et al. (2007), afirmam que esses encontros vão para além das oficinas temáticas, pois os grupos começam a se perceber como integrantes da sociedade em que vivem e como tal passam a intervir de maneira mais contundente. Ou seja, essa materialização se dar a partir da organização para construção de torneios, copas e competições, onde, segundo Freitas et al. (2007), “os participantes são elementos decisivos para a ação, desde as construções do regulamento à organização das estruturas necessárias até a participação da ação”. Constroem novos momentos de lazer a partir do seu tempo livre, e a partir dele os grupos criam suas próprias identidades, que segundo Wanderlei et al. (2007), as turmas se nomearam e escolheram seus representantes com a finalidade de formar um conselho de usuários de esporte e lazer para discutir e interagir com a comunidade a respeito do setor. Ainda, segundo o relato dessas experiências, os grupos tiveram forte atuação no orçamento participativo, em conferências municipais, como do idoso e do esporte e lazer, discutindo as problemáticas do setor nas suas comunidades e propondo alternativas.

A partir desse processo de intervenção, foram atendidas várias pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos, em diversas modalidades oferecidas nos espaços e equipamentos públicos disponíveis na cidade, participaram de vários eventos dentro de uma programação oferecida pela política pública de esporte e lazer. E para que isso aconteça há uma preocupação do programa com a formação continuada dos profissionais envolvidos. Essa formação, segundo Cidadania (2020), se dar na implementação, na execução e também na

avaliação, para os gestores, coordenadores, agentes sociais, lideranças comunitárias, legisladores e parceiros do programa. J. A. d. A. d. Silva et al. (2007, p. 81), afirma que esse processo de formação continuada garantiu que "além de acesso ao conhecimento, este fosse também um espaço contínuo de avaliação e planejamento das ações, bem como da sistematização destas no sentido de servir como novos elementos para a reflexão dos educadores".

Frey (2000) considera que para analisarmos os fatores favoráveis e os entraves bloqueadores das políticas setoriais, é preciso saber mais detalhes sobre sua gênese e o percurso de seus programas e se concentrar de forma intensa na vida interna de seus processos político-administrativos. Contudo, esses processos tornam-se importantes para balizar as atitudes e objetivos dos atores políticos, os instrumentos de ação e as estratégias políticas.

Ainda que não seja objetivo desta pesquisa realizar algum tipo de avaliação da política pública implementada, é conviniente entender as categorias levantadas por Frey para *policy analysis*. Ele considera três categorias: 1) *policy networks*; 2) *policy arena*; 3) *policy circles.* Porém, para este momento será enfatizada a categoria *policy circles,* comum a todas as categorias, sendo as fases da formulação, da implementação e do controle dos impactos da política.

Segundo Frey (2000), a *policy circles* diz exatamente para o agir público em fases parciais do processo político-administrativo de resolução de problemas, composta das seguintes fases:

1. **Percepção e definição do problema** – essa etapa consiste na identificação do problema a ser combatido através dos programas, projetos e ações da gestão na política. Windhoff-Héritier apud Frey, afirma que ..."somente a convicção de que um problema social precisa ser dominado política e administrativamente o transforma em um problema de *policy*".

2. **Agenda-setting** – essa etapa consiste na decisão se o problema será inserido ou não na pauta política. Para tanto, Frey (2000, p. 227) afirma que: "Para poder tomar essa decisão, é preciso pelo menos uma avaliação preliminar

sobre custos e benefícios das várias opções disponíveis de ação, assim como uma avaliação das chances do tema ou projeto de se impor na arena política".

3. **Elaboração de programas e decisão** – esta etapa consiste na escolha da alternativa de ação mais adequada para a possível resolução do problema. Segundo Frey (2000):

> "Em geral, a instância de decisão responsável decide sobre um programa de compromisso negociado já antecipadamente entre os atores políticos mais relevantes. Decisões verdadeiras, isto é, escolhas entre várias alternativas de ação, são raras exceções nesta fase do ciclo político". (p. 228)

4. **Implementação de políticas** – esta etapa consiste na produção de resultados e impactos da *policy.* Nessa fase é importante perceber o quanto o resultado da ação está impactando no problema levantado. Frey (2000), alerta o seguinte:

> "O interesse da policy analysis' nesta fase se refere particularmente ao fato de que, muitas vezes, os resultados e impactos reais de certas políticas não correspondem aos impactos projetados na fase da sua formulação".(p. 228)

5. **Avaliação de políticas e eventual correção da ação** – essa fase consiste na apreciação dos programas implantados e seus impactos efetivos. Essa avaliação do controle de impacto pode levar a finalização de programas ou a restruturação dos mesmos. Sendo assim, Prittwitz apud Frey (2000), diz que a fase de avaliação é "(...)imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação

contínua das formas e instrumentos de ação pública, o que Prittwitz denominou como aprendizagem política.”

Nesse processo da *policy circle*, podemos perceber que a política faz parte de um processo constante, sendo assim em constante reconstrução. Portanto a melhor forma de representar as fases que a compõe é espiralada, pois apesar das fases se repetirem, nunca irão iniciar do mesmo ponto, os problemas irão mudando de acordo com a intervenção e a política, aos poucos, vai tomando conta de cada vez mais espaço, conforme figura 2:

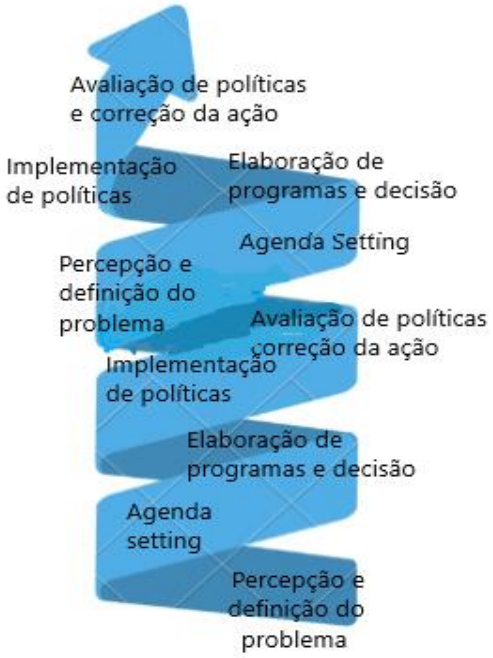



**Figura 2:** Representação da *policy circle*

Portanto, tomando como base a construção da política pública a partir da *policy circle*, o Programa Esporte e Lazer da Cidade, criado em 2003 pelo Ministério do Esporte, tem enquanto o problema gerador, “(...) a desigualdade de acesso ao esporte e lazer por parcela significativa da população brasileira”. A partir desse problema gerador, o programa foi criado e implementado em todo o Brasil.

Nota-se também que foram utilizados mais espaços e equipamentos esportivos e de lazer nas cidades, ressignificando equipamentos existentes,

como é o caso dos campos de futebol sendo utilizados para as caminhadas dos idosos ou ainda, as salas das associações de moradores sendo utilizadas para aulas de dança e teatro. Além disso, houve ganho na formação de novas lideranças comunitárias, que passaram a participar de forma mais ativa da vida do bairro e da cidade

Apesar de historicamente o acesso ao esporte e lazer para a maioria da população ter sido negado, programas sociais como este trazem-lhes de volta à sociedade, resgata sua saúde e seu convívio social, tornando-os assim sujeitos mais ativos. Porém, apesar de obter alguns dados levantados, através dos relatórios disponibilizados e na bibliografia disponível, não é possível ter acesso fácil às informações sobre a prática dessas atividades. Como por exemplo, a programação diária dos grupos, os locais que acontece as atividades, as pessoas atendidas, a frequência de pessoas no grupo, os eventos realizados e ainda as informações relacionadas à saúde dessas pessoas, sendo assim difícil a avaliação da intervenção do programa na vida delas.

Portanto, a sistematização dessas informações busca contribuir com a avaliação desses resultados, apontando indicadores de eficácia e eficiência e tendo como critério de avaliação a efetividade, que segundo Arretche (2009), corresponde à relação entre os objetivos e metas, de um lado, e impactos e efeitos, de outro. Ainda, pode implicar no relacionamento dos aspectos atuais desta política pública, das gestões municipais e federal, equipamentos e infraestrutura disponibilizados para a prática e a relação entre gestores, professores e usuários, apontando as dificuldades e as possibilidades a serem construídas. Por fim, método de monitoramento e avaliação podem orientar os gestores para o planejamento e implementação de políticas públicas, bem como fundamentar a sociedade para o exercício do controle social, considerando ainda que a avaliação serve para mostrar os fatores facilitadores e os obstáculos que operam ao longo da implementação.

## 2.3 Métodos e modelos de monitoramento e avaliação de políticas públicas

Para a medição da efetividade dos programas, Oakley e Clayton (2003) afirma que é necessário um sistema de monitoramento e avaliação adequado. Apesar dos termos monitoramento e avaliação serem utilizados frequentemente juntos, os autores ressalvam que não são sinônimos:

> "(...) enquanto o monitoramento é uma avaliação contínua e faz parte integral do gerenciamento do projeto, a avaliação é conduzida periodicamente tanto pela equipe do projeto quanto pelos beneficiários e, ocasionalmente, com a ajuda de equipes externas".(p. 27)

Contudo, essa avaliação, não deve ser realizada a partir de questões pontuais, superficiais e/ou subjetivas, que segundo J. Silva et al. (2007), isso torna-se muito perigoso no processo de (re)construção de uma política. Portanto, na busca de superação dessa problemática "(...) é fundamental que sejam adotados procedimentos de controle de informação, tratamento dos dados e levantamento de todas as variáveis possíveis, como forma de fundamentar a avaliação da política." (p. 92).

Nesse sentido, Oakley e Clayton (2003) diz que o monitoramento e a avaliação devem avaliar se o projeto continua sendo relevantes tendo em vista as necessidades dos beneficiários. Assim definem algumas diferenças, para uma melhor compreensão (Quadro 5):

**Quadro 5:** Principais diferenças entre monitoramento e avaliação

| MONITORAMENTO | AVALIAÇÃO |
|---|---|
| Atividade interna do projeto, portanto, deve ser parte integral da administração do dia a dia; | Em geral, envolve comparações que requerem informações externas ao projeto no tempo, área e população; |

| | |
|---|---|
| Mecanismo construído no projeto para checar se as coisas estão sendo feitas de acordo com um plano e para permitir ajustes de forma metodológica; | É periódica, e está relacionada à relevância, desempenho, eficiência e impactos do projeto nos objetivos estabelecidos; |
| Avaliação sistemática e contínua do processo de um tipo de trabalho em um período determinado; | A avaliação é realizada após o término de uma etapa do projeto; |
| A equipe interna colhe informações acerca do projeto, formando uma base de dados; | Utiliza a base de monitoramento para (re)construir os projetos e pode ser utilizado por uma equipe externa; |
| Termina com a finalização do projeto; | A avaliação pode se prolongar depois da finalização do projeto; |

Nota: Quadro construído pela autora a partir das definições em Oakley e Clayton (2003)

Ainda sobre a importância da relação do monitoramento para a avaliação da política, Morais (2017) aponta que:

> "Essa fase colabora com a avaliação no sentido de suscitar elementos que podem auxiliar o gestor na orientação da política, mantendo o fluxo ou redirecionando as ações no sentido de qualificá-las. É o monitoramento que fornece dados para que a gestão conheça a evolução e os resultados alcançados com a política em execução. Essa etapa dialoga muito com a última – a avaliação. É na avaliação que vai ser possível identificar, refletir e analisar as potencialidades e os limites das ações desenvolvidas, orientar o curso da política implementada, os indicadores sociais atingidos, podendo até propor a modificação do curso da política pública ainda em execução, a fim de obter êxito na resolução das necessidades demandadas pelos atores sociais." (p. 48)

É baseado na importância dessa relação que o Programa Esporte e Lazer da Cidade, para além das atividades desempenhadas nas cidades pelos professores e agentes sociais, também desenvolveu um sistema de avaliação e monitoramento que são acompanhados pelos gestores do Ministério do Esporte. Esse sistema é conhecido como Mimboé, que Morais (2017), define como:

> "(...) uma nova ferramenta para avaliar e monitorar o PELC nos seus aspectos pedagógicos e técnicos, oferecendo suporte para a gestão pública na (re)condução da política pública implementada. Ele agrupa várias informações do convênio: o Plano Técnico Pedagógico, a grade horária das oficinas, o planejamento e relatório das formações realizadas pelos formadores, a ordem de início das atividades, os relatórios da entidade, os pareceres do Ministério do Esporte, os questionários de avaliação aplicada durante as formações, os relatórios de visitas pedagógicas e técnicas". (p. 97)

Esse sistema começa a ser estruturado em 2011 baseado na reestruturação da Secretaria Nacional de Educação, Esporte, lazer e Inclusão Social, porém só começou a ser implantado em 2013. Pintos (2017) diz que construção desse sistema se deu a partir das seguintes necessidades:

- Para que fosse possível cumprir a missão colocada para a secretaria, que seria ampliar o acesso ao esporte e lazer a partir da intersetorialidade
- Redução da equipe e necessidade de alinhamento entre os fluxos e procedimentos entre as coordenações;

- Tornava-se mais relevante a necessidade de obter informações que apontassem se as políticas estavam na direção certa e se possibilitava o alcance dos objetivos almejados;
- E ainda, a sistematização de dados para acompanhamento e prestação de contas.

Ainda segundo Pintos (2017), essa implantação se tornou possível a partir do convênio entre o ME e a Universidade Federal de Minas Gerais, o que possibilitou a contratação de técnicos especializados para atuação no Ministério e consultores para acompanhamento e formação da equipe técnica e política dos convênios firmados.

Para implantação do sistema foi necessário rever os objetivos e diretrizes do programa. A partir daí Pintos (2017) afirma que “foram discutidos os indicadores que poderiam ser significativos para a política de esporte e lazer, passando a ser monitorados e avaliados”. Para Oakley e Clayton (2003), “os indicadores não devem ser ambíguos, mas sim consistentes, específicos, sensíveis e fáceis de coletar”, e ainda deve ser refletido em três níveis, “produto, resultado e impacto”.

Sendo assim, o sistema Mimboé definiu que, para cada objetivo do programa, era relacionado o nome do indicador, a medida e a fonte de informação, conforme o exemplo abaixo da pesquisa de Pintos (2017, p. 135) no quadro 6:

**Quadro 6:** Indicadores do PELC

| **OBJETIVO 2: Estimular a gestão participativa entre os atores locais direta e indiretamente envolvidos** | | |
|---|---|---|
| **Nome do Indicador** | **Medida** | **Fonte da informação** |
| 1) Diversidade parceiras e entidades | Número e tipos de entidades parceiras diferentes que fazem parte do programa. | - Projeto Político Pedagógico |
| | | - Relatórios de visita Pedagógica |
| 2) Criação do Conselho Gestor | - Conselho Gestor criado? (sim, não) | - Relatórios Pedagógica de visita técnica |

| | | |
|---|---|---|
| 3) Funcionamento do Conselho Gestor | - Conselho Gestor funcionando? (sim, não).<br>- Periodicidade das reuniões<br>- Diversidade da representação | - Relatórios de Visita Pedagógica (a partir de Atas de reunião) |
| 4) Atuação da entidade de controle social | - Participação do Conselho Gestor? (sim, não)<br>- Participa do planejamento dos eventos? (sim, não)<br>- Participa da formação? (sim, não)<br>- Acompanha as atividades sistemáticas/assistemáticas? (s/n) | - Projeto Político Pedagógico<br>- Relatório de visita técnica<br>- Relatório de Visita Pedagógica |
| 5) Metodologia participativa de construção dos eventos. | - Quem participa do planejamento dos eventos?<br>- Como e onde ocorre esse planejamento? | - Relatório de Visita Pedagógica |
| 6) Grupos de comunidade, convivência, culturais e esportivos formados. | - Existência de grupos de comunidade, convivência, culturais e esportivos formados a partir do Programa? (sim, não)<br>- Quantos grupos de cada interesse? | - Relatórios e visitas pedagógicas |

Nota: Tabela de indicadores do Mimboé disponibilizado em Pintos (2017, p. 135)

O Mimboé foi inserido na plataforma da SNELIS (http:// projetopstbrasil.uem.br) e o acesso é dado a partir de um login e senha para as instituições conveniadas. Contudo, os conveniados são responsáveis por inserir os dados dos convênios, localizados pelo ano e pelo número. Segundo o Tutorial do Mimboé PELC e Vida Saudável[6], as informações inseridas são o cronograma, dados dos responsáveis dos convênios, valores e metas, quantidade de beneficiários, núcleos pessoas com deficiência, município, prazos de vigência, cadastro de recursos humanos, cadastro dos beneficiários, cadastro da grade horária de funcionamento das atividades, eventos realizados e acompanhamento da formação continuada e vistas técnicas, através de relatórios. Por fim, o relatório do cumprimento do objeto, sendo inserido tudo que foi realizado pelo convênio, além da prestação de contas do que foi previsto e o que foi gasto. Dado essas informações, o sistema pode gerar dados e tabelas em formatos de planilhas excel e PDF.

É a partir deste sistema que o Ministério do Esporte coleta as informações acerca do funcionamento dos programas em cada cidade. Porém, para Oakley

[6] Material disponibilizado pelo Ministério do Esporte para essa pesquisa.

e Clayton (2003), não existe uma forma universal para o monitoramento e avaliação. E, portanto, diz que o nível do monitoramento de quem executa é diferente de quem financia, pois quem executa requer informações mais detalhadas, enquanto quem financia, as informações são mais abstratas ou mais agregadas.

Como exemplo, a Prefeitura do Recife desenvolveu um sistema de monitoramento e avaliação para acompanhamento do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer. Esse sistema era chamado de Sistema Práxis, que segundo J. Silva et al. (2007), é "uma sistemática de controle e sistematização que garanta a inter-relação teoria/prática necessária à reconstrução de uma política pública". Ainda, segundo os autores, o Sistema Práxis permitia:

> "(...)a ampliação da circulação de informações que fazem com que o planejamento, a formação continuada, a pesquisa e sistematização e a avaliação (interna e externa) possam ser realizados sustentados nos dados da realidade coletados a partir de instrumentos que aproximam à reflexão os vários sujeitos que fazem parte do processo." (J. Silva et al., 2007, p. 115)

Esse sistema foi desenvolvido a partir de algumas problemáticas levantadas com a ampliação do programa e conveniamento com o PELC, entre elas:

- "Como organizar o registro das ações de tantos grupos?
- Como obter respostas (rápidas sobre a adequação do trabalho do educador e os princípios do CPEL?
- Como obter elementos para nortear a avaliação e o planejamento das ações, de forma a garantir

> as especificidades de todos os grupos?” (J. Silva et al., 2007, p. 116)

Para responder a essas questões e resolver o volume de informações arquivados, o sistema foi desenvolvido a partir de um software, que possibilitava a emissão de relatórios e o cruzamento dos dados coletados pelos coordenadores de núcleos e educadores, a partir das categorias, variáveis e possibilidades (Quadro 7) (J. Silva et al., 2007, p. 119).

**Quadro 7:** Variáveis do Sistema Práxis

| CATEGORIAS | VARIÁVEIS | POSSIBILIDADES |
|---|---|---|
| Dados dos participantes | Dados pessoais: nome, filiação, endereço, contatos, data de nascimento e estado civil. | Este banco de dados possibilita identificar os usuários ao sistema, garantindo o registro de cada indivíduo e sua participação no Programa. |
| | Dados de escolarização: nível e situação de escolarização, se estuda e onde estuda. | Possibilita conhecer o nível de educação da população atendida pelo Programa. |
| | Dados profissionais: profissão, situação, horário de trabalho (para os que trabalham) | Possibilita analisar a influência do trabalho no tempo livre das pessoas. |
| | Dados sócio-econômicos: renda familiar e tamanho da família. | Possibilita conhecer as condições econômicas dos participantes. |
| Dados referentes a frequência | Assiduidade | Fundamental para analisar a participação das pessoas. Possibilita estudos sobre evasão e é por si só um indicador social do êxito do Programa. |
| | Círculos de Convivência dos quais participa | Possibilita o estudo do histórico de participação dos usuários entendendo assim seu ciclo de afastamento e retornos. |
| Dados sobre a turma | Quantidade de encontros mensais | Fornece a base para o cálculo de tempo pedagógico do educador com a turma. |
| | Conteúdos: planejados e trabalhados | Possibilita a análise da relação entre o que foi pensado e o que de fato foi implementado e seus motivos. |
| | Materiais: necessários e disponíveis | Levanta as necessidades materiais do grupo e o impacto de sua escassez. |
| | Espaço utilizado | Situa no espaço a atividade realizada. |

| | | |
|---|---|---|
| | Avaliação: potencialidades e problemas | O que possibilita analisar no tempo se estes potenciais estão sendo desenvolvidos. O mesmo se aplica para os problemas, podemos estudar como se estamos resolvendo e como estamos resolvendo. |
| | Complemento: sugestões e observações | É o espaço para complementar qualquer informação que não cabe nas variáveis acima citadas. Ou seja, é um elemento de contextualização dos dados anteriores. |
| Espaço | Nível de adequação | Registra a avaliação da possibilidade de uso do equipamento e no tempo podemos ver como estamos tratando esta questão. A requalificação dos equipamentos é um indicador social. |
| | Nível de conservação | Tem a mesma lógica do anterior, ou seja, registra o estado de conservação do equipamento. Além disso, podemos analisar como a comunidade está tratando do equipamento, e com isso inferir sobre a importância do mesmo para estas pessoas. |
| Reunião | Registro: dia, hora e local | Identifica a reunião no tempo e no espaço |
| | Parceiros participantes | Possibilita verificar se o nível de envolvimento com a comunidade e seus agentes |
| | Pauta da reunião | Permite estudar quais os problemas que estão sendo debatidos pelo núcleo. |
| | Encaminhamentos | Permite estudar quais as iniciativas para resolver os problemas do núcleo. |
| Eventos | Registro: dia, hora e local | Identifica o evento no tempo e no espaço |
| | Realização: apoios e parcerias | Identifica a participação da comunidade na produção dos eventos. |
| | Características | Contextualiza o evento possibilitando entender melhor a iniciativa |
| | Quantidade de participantes | Fornece elementos quantitativos sobre a participação comunitária nos eventos e a distribuição etária. |

| | | |
|---|---|---|
| | Avaliação: limites, possibilidades e resultados | Registra a avaliação dos realizadores do evento. |
| | Sugestões | Registra as aprendizagens que a execução do evento trouxe para o grupo. |
| | Custeio | Possibilita analisar o nível de auto-organização da comunidade a partir da conquista dos recursos necessários para a realização do mesmo. |
| | Responsável | Identifica se o projeto foi realizado ou apoiado pelo Programa |
| Apoios e parcerias | Caracterização: nome, tipo (entidade ou pessoa), contato, possibilidades. | Identifica e registra o contato com o parceiro |
| | Possibilidades | Registra como pode ser a contribuição do parceiro com o projeto ou do projeto com o parceiro. |
| Registro fotográfico | Fotos e descrição | Garante o registro histórico das atividades e das pessoas que fazem a política. |
| Mapas | Imagens de satélites | Possibilita a visualização da cidade e a ocupação dos seus espaços, e no georreferenciamento será a base para localização de equipamentos e usuários. |
| | Mapas temáticos (IDH, renda, escolarização etc.) | Possibilita a caracterização de toda uma região da cidade, possibilitando a comparação do público do Programa com os demais moradores da região. |

Nota: Quadro das variáveis do Sistema Práxis apresentado por (J. Silva et al., 2007, p. 119)

Esses dados eram coletados e alimentados a partir dos seguintes instrumentos (Quadro 8):

**Quadro 8**: Instrumento de coleta do sistema Práxis

| INSTRUMENTOS | FUNCIONAMENTO | RESPONSÁVEIS |
|---|---|---|
| Diário de Bordo | Auxilia na organização do trabalho pedagógico dos educadores e é composto por três partes: frequência dos beneficiários, planejamentos mensais e registro diário das atividades. | Professores e agentes sociais. |
| Pesquisa de Opinião | Realizada de forma sistemática e eventual. A sistemática, o contato eram realizados por contato telefônico a partir de um tema gerador. A eventual era realizada através de formulários nos eventos realizados pelo programa. A escolha dos entrevistados era aleatória, porém respeitando 30% do universo ser pesquisado. | Assessoria pedagógica |
| Reunião geral | Realizada no último dia útil de cada mês, com toda a equipe do programa. Tinha uma pauta permanente de análise dos diários de bordo, retorno da pesquisa de opinião e entrega dos novos diários. | Assessoria pedagógica e coordenadores de núcleo. |
| Parecer técnico-pedagógico | Laudos de avaliação para averiguar se o trabalho está perseguindo os objetivos do programa, levantando os problemas e apontando soluções. Compilação de todo o material recebido. | Assessoria Pedagógica |
| Ouvidoria | Permite que os participantes, independente da pesquisa de opinião, possam se expressar. Era realizado a partir do contato telefônico, porém não chegou a funcionar. | Assessoria Pedagógica |
| Conselho de usuários | Instância consultiva formado pelos representantes de turma. Deveria se reunir com a equipe gestora para discutir os problemas e apontar soluções, porém, também não chegou a acontecer. | Assessoria Pedagógica e coordenadores de núcleo |

Nota: Quadro dos instrumentos de coleta do Sistema Práxis elaborado pela autora a partir dos conceitos em (J. Silva et al., 2007, pp. 122-124)

Por fim, J. Silva et al. (2007) afirma que essa coleta é uma fase extremamente importante para análise e levantamento de problemas os quais a política de esporte e lazer possam intervir. Apesar, de extremamente importante para o avanço da política, esse sistema não chegou a integrar um módulo de acompanhamento da gestão físico-financeira e não foi disponibilizado os dados para possibilitar o controle social por parte da sociedade.

Em estudo anterior, com a pesquisa intitulada “Política de Esporte e Lazer no Recife: a elaboração de instrumento de avaliação”, Almeida (2010), propõe um instrumento de avaliação construído a partir da experiência na Prefeitura do Recife, e segundo a pesquisadora:

> “Ao considerar que a avaliação de uma política pública se constitui como um instrumento que possibilita o controle gerencial e, além disso, instrumentaliza a sociedade no exercício do controle social, a partir da produção de novos conhecimentos e da divulgação dessas avaliações, torna-se cada vez mais importante a utilização desse recurso, a fim de que tais políticas possam responder aos anseios de uma sociedade cada vez mais democrática”. (p. 18)

Esse instrumento, apesar de ter sido construído a partir de um grupo focal junto aos gestores do setor de esporte e lazer deste ano, ele não chegou a ser aplicado. O instrumento final (Quadro 9), consolidado pelos gestores, configurou da seguinte forma:

**Quadro 9:** Instrumento de Avaliação por Almeida (2010)

| DIMENSÕES | FOCO | ELEMENTOS DE ANÁLISE |
|---|---|---|

| | | |
|---|---|---|
| INSTITUCIONAL-LEGAL | LEGISLAÇÃO | Marco legal<br><br>Legislação regulamentadora do setor<br><br>Ordenamentos legais do município,<br><br>Objeto regulamentado nas legislações |
| GESTÃO | PLANEJAMENTO | Nível de coerência entre as diretrizes gerais da política e o conteúdo do planejamento<br><br>Forma de planejamento<br><br>Níveis hierárquicos que participam do planejamento. |
| | MONITORAMENTO | Rotina de controle de ações<br><br>Agilidade na identificação de desvios<br><br>Capacidade em recomendar correções |
| | ORÇAMENTO | Relação entre o orçamento previsto e o executado |
| | RECURSOS HUMANOS | Forma de seleção<br><br>Conteúdo da capacitação (formação)<br><br>Nível de satisfação do trabalhador. |

| | | |
|---|---|---|
| | INFRA-ESTRUTURA | Quantidade de espaços e equipamentos gerenciados pela política<br><br>Nível de conservação dos espaços e equipamentos utilizados pela política.<br><br>Relação entre as atividades de programação e os espaços onde são desenvolvidas |

Nota: Instrumento de avaliação da política de esporte e lazer do Recife (Almeida, 2010, p. 114)

Um outro estudo realizado mais recente, em 2017, intitulado “Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade no convênio de Recife”, fruto da pesquisa de doutoramento de Morais (2017) teve enquanto objetivo geral avaliar como os objetivos e as diretrizes do PELC se materializaram no convênio nos aspectos políticos, pedagógicos e técnicos. Essa pesquisa surgiu das seguintes inquietações apontadas pela autora:

> “(...)quais as estratégias utilizadas pela gestão local para materializar os objetivos, as diretrizes e a orientação metodológica do PELC? Como se realiza o processo de acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas? De que forma a população participa da gestão pública? Quais os espaços de diálogo entre os gestores, o Ministério do Esporte, a população e os agentes sociais?” (p. 21)

Nesse sentido, Morais (2017), partiu do quadro 10 para análise do PELC em Recife:

**Quadro 10**: Categorias de análise do PELC em Recife

| **CATEGORIAS** | | | **Agentes sociais Participantes Coordenadores Gestores** |
|---|---|---|---|
| **Organização do trabalho pedagógico** | | | |
| Unidades de contexto | Unidades de Registro | | Fala dos sujeitos |
| Conhecimento do PELC | Objetivos, diretrizes, trato metodológico. | | |
| Instrumentos pedagógicos Monitoramento e avaliação | Relatórios, frequência, Convênios (Siconv), planejamentos | Sistema de Siconvinho, | |
| Motivação e permanência população | Saúde, convivência | | |
| Avaliação do PELC | Potencialidades, limites | | |
| **Gestão** | | | |
| Unidades de Contexto | Unidades de Registro | | |
| Gestão local | Democrática, partilhada, autoritária | | |
| PELC – programas de governo | Espaço, eventos, materiais | | |
| PELC – CPEL | Ideologia, reconhecimento | | |
| Avaliação do PELC | Potencialidades, limites | | |
| **Formação e valorização profissional** | | | |
| Unidades de Contexto | Unidades de Registro | | |
| Formação inicial | Formação formal, formação não formal | | |
| Formação continuada. | Módulos do PELC, formação em serviço. | | |

Nota: Identificação das categorias, unidades de contexto e registro (Morais, 2017, p. 30)

A partir da definição das categorias e unidades de registro, a pesquisadora realizou grupo focal, com coordenadores, professores, agentes sociais e participantes de quatro núcleos, escolhidos por critérios pré-estabelecidos, bem como análise documental e observação no campo. Sendo assim, apontou algumas considerações relacionando a efetivação dos princípios estabelecidos pelo Programa e a execução dele. Entre as considerações apontadas, destaco as seguintes:

- Dificuldade de realizar o planejamento e relatório por parte de alguns agentes sociais, mesmo que na prática, a organização didática seja coerente com os princípios pedagógicos do programa;
- Dificuldade no envio da documentação solicitada pelo Ministério do Esporte, entre elas, relatórios de execução, o que causa muitas vezes o atraso na liberação dos recursos;

- Não realização de formação inicial, dificultando a elaboração do planejamento e relatório, organização didático-metodológica e o trato com o conteúdo;
- Distanciamento na comunicação entre a equipe gestora e a equipe de coordenadores e professores e os participantes.

Contudo, percebe-se que os problemas apontados por esta pesquisa apontam para dificuldade de sistematização das informações geradas pelo cotidiano do programa e como essas podem chegar de forma equivocada, dificultando assim uma avaliação mais objetiva e fiel acerca da intervenção dele. Como afirma Morais (2017):

> “A execução da política pública é o momento em que as ações efetivam-se, são as intervenções propriamente ditas que foram em outro momento planejadas. É nessa fase que pode ser necessária a (re)elaboração de ações previstas e executadas, mas que não estão em consonância com os interesses da população beneficiada. É nesse momento que o monitoramento e a avaliação são elementos importantes na detecção dos limites e potencialidades da ação executada.” (p. 48)

Portanto, se há dificuldade no planejamento e na sistematização das informações, haverá uma avaliação equivocada. Para minimizar o erro no fluxo de informações, bem como estreitar a relação e comunicação entre gestores, coordenadores, professores e agentes sociais, é importante a realização do monitoramento contínuo das ações, como aponta Vaitsman et al. (2006):

> “Monitoramento consiste no acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte dos gestores e gerentes, do

> desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas. É uma função inerente à gestão dos programas, devendo ser capaz de prover informações sobre o programa para seus gestores, permitindo a adoção de medidas corretivas para melhorar sua operacionalização". (p. 21)

Podemos dizer que o monitoramento é um mecanismo construído no projeto para checar se as coisas estão sendo feitas de acordo com um plano e para permitir ajustes de forma metodológica. E para tanto, é necessário a coleta de informações de tudo que se passa em sua execução. E nesse sentido, Ferreira (2018, p. 20), afirma que: "A informação é um insumo fundamental para a realização de todas as rotinas de uma organização ou de um setor estratégico, assim como para que se conheça a realidade sobre um público-alvo ou sobre uma determinada área."

Porém, essa informação pode ser repassada através de diversos formatos e é preciso organizá-las para serem geridas e analisadas. Portanto, é fácil imaginar como um relatório pode ser escrito de diversas formas e contendo vários tipos de informações. Se esses relatórios não forem orientados e direcionados de maneira objetiva, fica cada vez mais difícil a sistematização dos dados repassados.

Para tanto a Gestão de Informação é cada vez mais imprescindível para a realização do monitoramento das políticas públicas. Para Ferreira apud Valentim (2018):

> "Gestão da Informação é um conjunto de atividades que visa: obter um diagnóstico das necessidades informacionais; mapear os fluxos formais de informação nos vários setores de uma organização; prospectar, coletar, filtrar, monitorar, disseminar informações de

> diferentes naturezas; e, elaborar serviços e produtos informacionais, objetivando apoiar o desenvolvimento das atividades cotidianas e o processo decisório.” (p.20)

E ainda Ferreira apud Wilson (2018, p.21), “...ressalta que o objetivo principal da GI é que as informações coletadas se tornem úteis para o processo de tomada de decisão.”

Considerando a importância da Gestão da Informação para a sistematização dos dados coletados, também é importante salientar a possibilidade da transparência e acesso que este sistema pode proporcionar. Facilitando assim o diálogo entre os níveis de gestão, como também o público-alvo envolvido. Permitindo ainda, uma tomada de decisão que de fato atinja os problemas localizados pela política pública em questão e não direcionado para a prática personalista que favorece apenas os problemas pontuais que beneficiam poucos. Portanto, é de forma transparente e coletiva que a política pública deve ser analisada e planejada. Para Arretche (2009), a avaliação se configura como ato político e por se estudo complexo, fatores como isolamento de variáveis, indecisão dos objetivos a serem avaliados, a dificuldade de obtenção de informações fidedignas e falta de recursos podem dificultar a realização dos estudos de avaliação nas políticas públicas e programas sociais.

Por fim, é na busca de um instrumento de monitoramento que retrate a realidade da execução dos programas e ações, a partir da experiência do Programa Esporte e lazer da Cidade desenvolvido no Recife, de forma objetiva, clara e transparente, podendo assim subsidiar a tomada de decisão dos gestores. E ainda, contribuir para a avaliação, potencializando os resultados e avanço das políticas públicas, que segundo Pintos (2017):

> “Esse fato acontece porque a capacidade de uma política pública potencializar seus resultados, no que se refere à transformação de determinada realidade social, aumenta se ela for planejada, executada, analisada, avaliada e, constantemente, aperfeiçoada”. (p. 8)

# 3. OBJETIVOS

## 3.1 Objetivo Geral

Construir um instrumento de monitoramento de programas de desporto no âmbito do lazer

## 3.2 Objetivos Específicos

- ✓ Identificar os principais elementos utilizados na tomada de decisão e implementação de programas e ações de desporto e lazer;
- ✓ Construir indicadores sociais que auxiliem a tomada de decisão da gestão;
- ✓ Validar um instrumento de avaliação de políticas públicas de desporto e lazer;

# 4. MÉTODOS E MATERIAIS

Esta pesquisa teve como objeto de estudo as Políticas Públicas de Esporte e Lazer desenvolvidas no Brasil, em especial, na implementação e execução do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), desenvolvido pelo Ministério do Esporte em convênio com a Prefeitura do Recife, em Pernambuco.

A pesquisa foi delineada em três etapas para construção do instrumento de monitoramento de programa de desporto e lazer (Figura 3):

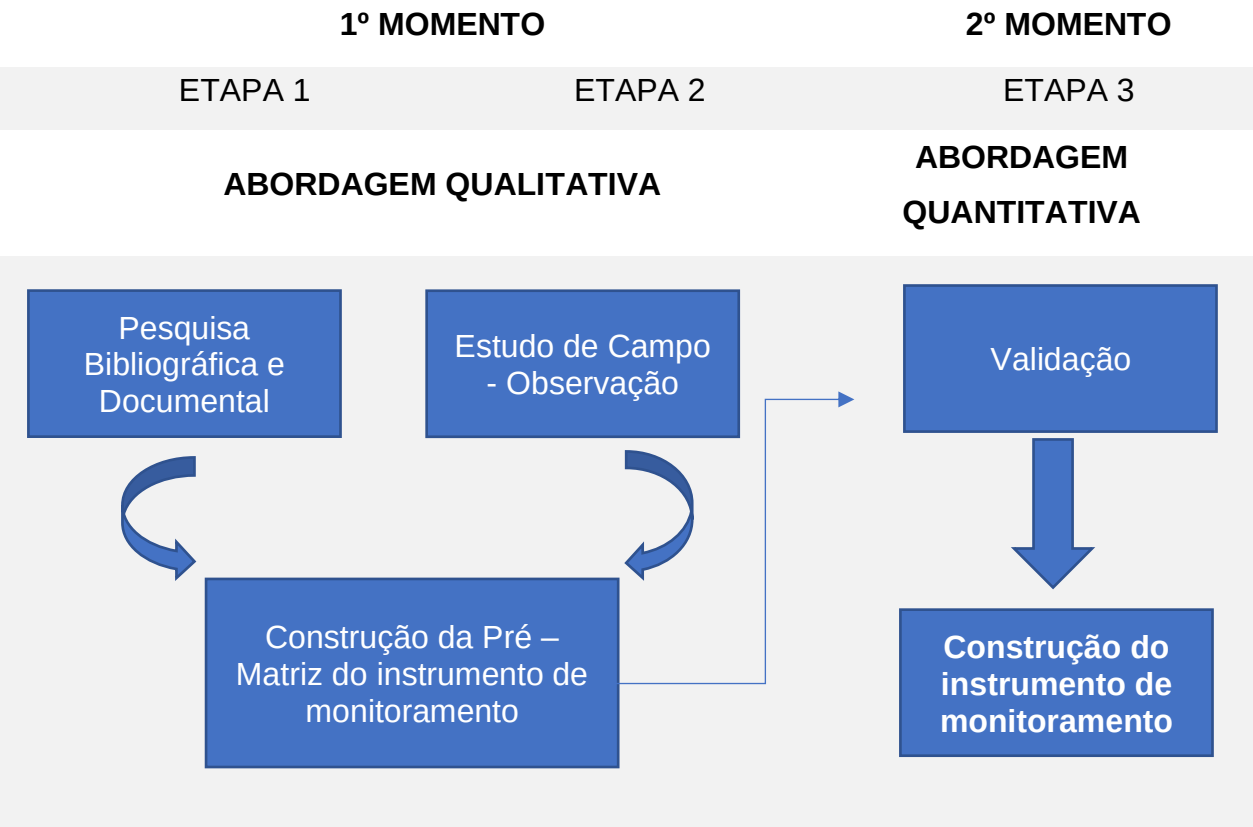



**Figura 3**: Momentos e etapas da construção do instrumento de monitoramento de programas de desporto e lazer

### 4.1 Tipo de estudo e universo da pesquisa

A primeira etapa da pesquisa foi realizada a partir da abordagem qualitativa, pois se pretendeu a investigar o contexto e os dados acerca do Programa Esporte e Lazer da Cidade, a partir da análise de valores, crenças, opiniões, atitudes e representações vivenciadas no mesmo. Foi desenvolvida por meio das técnicas da pesquisa documental e bibliográfica, o qual objetivava conhecer acerca do estado da arte, a partir de método e modelos de

monitoramento e avaliação de políticas públicas. Um outro método utilizado nessa etapa foi a observação desenvolvida a partir do estudo de campo, que se pretendeu a conhecer a realidade prática de um programa de desporto e lazer. Com esta técnica, foi possível identificar categorias de análise a partir do contexto do programa para construção desse instrumento. Segundo Minayo (2009):

> "A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis". (p. 21)

O segundo momento da pesquisa diz respeito sobre a validação do instrumento de monitoramento construído, sendo então realizada a partir da abordagem quantitativa. Segundo Minayo (2009):

> "Os dois tipos de abordagem e os dados delas advindos, porém, não são incompatíveis. Entre eles há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa". (p. 22)

A validação serviu para dar valores às categorias elencadas e quanto à sua significância para o instrumento. Para tanto, foi construído e aplicado um

instrumento de validação que será avaliado a partir da estatística o grau de significância dessas categorias. Para Skinner et al. (2015):

> “A pesquisa quantitativa é um tipo de pesquisa em que o pesquisador de gestão esportiva decide o que estudar, faz perguntas específicas e restritas, coleta dados quantificáveis dos participantes, analisa esses números usando estatísticas e conduz a investigação de maneira objetiva e imparcial”. (p. 248)

Contudo, a pesquisa tem caráter exploratório e descritivo. Quanto ao caráter exploratório justifica-se por proporcionar maior familiaridade com o problema, de forma a torná-lo mais explícito, e tem como principal objetivo o aprimoramento de ideias (Gil, 2007). Já o caráter descritivo expressa-se, pois “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (Gil, 2007, p. 42), sendo nesta, a descrição do fenômeno do Programa de Esporte e Lazer. Ainda segundo o autor, as pesquisas descritivas, juntamente com as exploratórias, são normalmente realizadas por pesquisadores preocupados com a atuação prática.

## 4.2 Métodos de coleta e análise dos dados

A pesquisa foi realizada a partir de três etapas (Figura 1), descritas a seguir:

### 4.2.1 Primeira etapa – Pesquisa bibliográfica e documental:

A primeira etapa deste estudo consiste numa pesquisa bibliográfica e documental, que segundo Gil (2007), apesar da semelhança entre ambas, contudo, apresentam diferenças pelo fato de que numa pesquisa bibliográfica serão analisados materiais já elaborados constituídos por livros, artigos, dissertações, teses, dentre outros, enquanto numa pesquisa documental estão relacionados os materiais que não receberam tratamento analítico ainda, tais como documentos de órgãos públicos ou privados, leis, resoluções, etc.

Sendo assim, para a realização do levantamento bibliográfico foi estabelecido alguns parâmetros a partir de Lima e Mioto (2007), a seguir:

1. Parâmetro temático: políticas públicas; esporte e lazer; atividade física; avaliação; monitoramento.
2. Parâmetro linguístico: foi utilizado a pesquisa no idioma português devido a especificidade da implantação do Programa Esporte e Lazer da Cidade no Brasil.
3. Principais fontes: livros, artigos científicos, dissertações e teses.
4. Parâmetro cronológico: a partir do ano de 2003, devido ao ano de implantação do Programa pelo Ministério do Esporte.

A coleta de dados se deu baseada no delineamento proposto por Gil (2007) partindo dos seguintes pontos: identificação das fontes; obtenção do material; leituras; tomada de apontamentos; redação do trabalho, sendo que a principal etapa diz respeito na leitura do material selecionado.

Ainda conforme Gil (2007), primeiramente foi realizada uma leitura exploratória que pode ser comparada “à expedição de reconhecimento que fazem os exploradores de uma região desconhecida” (GIL, 2007, p.67). Posteriormente, procedeu-se com a leitura seletiva, voltando várias vezes ao material coletado para, finalmente, realizar a leitura analítica dos textos, ordenando as informações contidas nas fontes de forma a possibilitar possíveis respostas ao problema de pesquisa indicado, construindo assim uma base de elementos para a elaboração da pré-matriz do instrumento de monitoramento, identificando os seguintes pontos:

**1. Dimensões**: como estruturar os dados relativos ao planejamento e execução do programa;

**2. Categorias**: organização dos dados relativos aos elementos estruturais previstos no programa;

**3. Variáveis**: organização da base cadastral necessárias para a sistematização das informações do programa;

**4. Indicadores**: como criar indicadores para fins de avaliação do cumprimento dos objetivos que o programa se propõe.

Ainda fazendo parte desta etapa, o levantamento documental foi realizado para fins de análise das informações coletadas acerca da realização do programa e como essas informações são sistematizadas. Para tanto, foi analisada a seguinte documentação:

Documentos Gerais: Legislação desportiva brasileira; Textos bases e Relatórios das Conferências Nacionais de Esporte e Lazer (I, II e III); Diretrizes do PELC (2017); Orientações estruturantes do PELC (2017); Tutorial Mimboé PELC e Vida saudável.

Documentos Municipais: Planejamento anual do programa; Fichas de cadastro dos usuários; Modelo de relatório das atividades; Relatório anual das atividades realizadas.

A partir deste levantamento, foi realizada a análise dos objetivos do programa, bem como, as variáveis coletadas contidas em cada documento, compondo assim uma ficha para elaboração de categorias que foram acrescentadas na pré-matriz, sendo assim, concluída esta primeira etapa metodológica.

### 4.2.2 Segunda etapa – Estudo de Campo: observação

Para esta segunda etapa foi utilizado método de coleta a partir da observação do estudo de campo. Este estudo foi realizado a partir da experiência da assessoria pedagógica na Prefeitura do Recife, no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2012.

Ou seja, essa parte do estudo focaliza uma comunidade de trabalho, que segundo Gil (2007), o estudo de campo:

> “(...)focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no

> grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias".(p. 53)

A observação se deu a partir do acompanhamento de reuniões realizadas com os diretores e coordenadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade, para fins de construção dos indicadores sociais de análise do desenvolvimento do projeto. Esses indicadores serviram de base para a construção de formulários de coleta de dados que eram preenchidos pelos coordenadores, professores e agentes sociais do programa. Nesse sentido, a observação se deu a partir dos critérios e dos resultados verificados no quadro 11:

**Quadro 11**: Critérios da observação realizada no estudo de campo para coletar dados das políticas e programas de esporte e lazer

| Observações | Objetivos | Método de Observação | Dados Coletados |
|---|---|---|---|
| **Reuniões** | Verificar a apresentação do planejamento e o desenvolvimento das atividades realizadas durante o período | Participação na reunião | Sistemática de organização das turmas e o conteúdo gerado |
| **Visita à comunidade** | Perceber a organização dos núcleos, os sujeitos participantes e a relação entre eles e os espaços utilizados. | Observação sem intervenção | Número de participantes, organização comunitária e situação dos espaços utilizados. |
| **Formulários** | Sistematizar as informações importantes para a construção dos indicadores. | Anotação | Indicadores necessários para tomada de decisão nas turmas. |

Sendo assim, a coleta de dados se deu a partir das informações solicitadas nesses formulários e o cruzamento com os indicadores sociais, definindo assim categorias para construção do instrumento de monitoramento.

Finalizando este primeiro momento da pesquisa, a partir das categorias levantadas na primeira e segunda etapa deste processo, foi construída uma pré-matriz do instrumento que seguiu para a validação descrita na etapa a seguir.

### 4.2.3 Terceira etapa – Construção e validação do instrumento

As etapas anteriores serviram para orientar e definir algumas categorias para a construção de um instrumento base de monitoramento, compondo assim uma pré-matriz (partes e características da pré-matriz). Nessa terceira etapa, essa pré-matriz foi validada a partir do método de Validação de Conteúdo.

Essa validação é fundamental, pois segundo Alexandre e Coluci (2011), "(...)verifica se o instrumento mede exatamente o que se propõe medir", e nesse caso estamos construindo um instrumento que possa sistematizar indicadores que sirvam de base para a avaliação de programas de esporte e lazer. Ainda segundo, Alexandre e Coluci (2011), "(...)representa o início de mecanismos para associar conceitos abstratos com indicadores observáveis e mensuráveis". As autoras afirmam que existem controvérsias na literatura acerca da terminologia e conceito na validade de conteúdo, porém de uma forma mais abrangente, elas afirmam que:

> "(...)avalia o grau em que cada elemento de um instrumento de medida é relevante e representativo de um específico constructo com um propósito particular de avaliação". (Alexandre & Coluci, 2011, p. 3063)

Esta validação de conteúdo, segundo Ferreira (2018), "(...) é necessária para investigar se uma ferramenta e suas características realmente representam o que se pretende analisar ou avaliar". Nesse sentido, a validação foi realizada a partir da abordagem quantitativa do conteúdo de validade de Lawshe (1975). Segundo o autor, esse método utiliza especialistas no assunto para definir o domínio do conteúdo. Ainda segundo o autor, "...é improvável que existe uma autoridade superior para contestar a validade do conteúdo pretendido".

Contudo, foram escolhidos gestores do Ministério do Esporte, onde o programa foi desenvolvido, gestores da Prefeitura do Recife, onde o programa foi realizado e por fim, gestores da área de esporte e lazer do Porto - Portugal, de onde a pesquisa é desenvolvida.

Feito isto, a pré-matriz do instrumento foi encaminhada individualmente para cada especialista, onde eles foram solicitados a responder para cada item do instrumento de monitoramento, as seguintes alternativas:

1. Essencial
2. Útil, mas não essencial
3. Não é necessário

Cabe salientar que junto ao envio da pré-matriz, seguiu também um resumo dos objetivos da pesquisa, bem como as explicações necessárias sobre o método para responder aos itens e como a pesquisa foi desenvolvida.

Segundo Lawshe (1975, p. 567), o método segue as seguintes premissas para a validade do conteúdo:

1. Qualquer item, cujo desempenho seja considerado "essencial" por mais da metade dos membros especialistas, tem algum grau de validade.
2. Quanto mais especialistas (além de 50%) perceberem o item como "essencial", maior a extensão ou o grau de validade de seu conteúdo.

A partir dessas premissas foi aplicada a seguinte fórmula para a relação de validade do conteúdo, a qual chama-se CVR (contente validity ratio):

$$\textbf{CVR=}\ \frac{ne-N/2}{N/2}$$

Onde **ne** é igual ao número de especialistas que consideram o item essencial e **N** é igual ao número total de especialistas.

O CVR foi calculado para cada item e os valores foram considerados a partir dos valores mínimos de CVR e teste unilateral, p=0,05, proposto por Lawshe (1975, p. 568). Então os itens que adquiriram o CVR mínimo são considerados válidos, enquanto os itens que não obtiveram o valor mínimo serão excluídos do instrumento.

Por fim, foi calculado o índice de validade do conteúdo (IVC), que representa a média dos valores dos itens considerados válidos. Este índice, segundo o autor, não deve ser confundido por um coeficiente de correlação. O instrumento de monitoramento foi construído pelos itens considerados válidos a partir do método apresentado.

# 5. RESULTADOS

O resultado dessa pesquisa está apresentado a partir da pesquisa qualitativa e da pesquisa quantitativa desenvolvidas. Na pesquisa qualitativa foram gerados os elementos constituintes da pré-matriz do instrumento de monitoramento para análise dos especialistas. Na pesquisa quantitativa foram relacionados valores a partir da análise dos especialistas. E, por fim, foi apresentado o instrumento de monitoramento para programas de desporto e lazer.

## 5.1 Construção do instrumento de monitoramento para programas e projetos de desporto e lazer

A construção do instrumento de monitoramento para programas e projetos desportivos e de lazer foi realizada em duas etapas: (1) pesquisa exploratória, por meias das técnicas da pesquisa documental e bibliográfica; e, (2) observação, por meio de estudo de campo.

Por meio da pesquisa bibliográfica foram identificados estudos já realizados com o objetivo de avaliar políticas públicas de esporte e lazer e apresentar métodos de monitoramento, sendo eles: Almeida (2010), Morais (2017), Pintos (2017) e . Esses trabalhos apresentam dimensões, categorias e variáveis utilizadas para o monitoramento e avaliação da política pública de desporto e lazer, bem como, programas e projetos de desporto e lazer desenvolvidos no Ministério do Esporte e na cidade de Recife dos quais foram destacados para o processo de sistematização do instrumento de monitoramento dessa pesquisa (Tabela 1).

**Tabela 1**: Dimensões e categorias utilizadas para a avaliação dos programas e projetos de desporto e lazer identificados na pesquisa bibliográfica.

| AUTOR/ ANO | DIMENSÕES | CATEGORIAS |
|---|---|---|
| **Almeida (2010)** | Legislação | Recurso |
| | Gestão | Espaço |
| | Participação e controle social | Eventos |
| | | Planejamento |
| | | Recursos Humanos |
| **Morais (2017)** | Gestão | Turma/ programação |
| | | Espaço |
| | | Formação Continuada |

| | | |
|---|---|---|
| **Pintos (2017)** | Gestão | Formação Continuada |
| | Controle social | Participação |
| | Não apresenta | Não apresenta |

Na pesquisa documental também foram identificados alguns exemplos de instrumento de monitoramento, como o caso do “Sistema Mimboé”[7] utilizado pelo Ministério do Esporte para o PELC em todo o Brasil e, o “Sistema Práxis”, desenvolvido pelo Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer realizado pela Prefeitura do Recife, entre o período de 2009 e 2012 (J. Silva et al., 2007). Nestes sistemas, puderam ser identificadas as categorias e variáveis utilizadas na avaliação dos programas, bem como a função que cada uma desempenha para a importância no processo de sistematização dos dados.

O Sistema Práxis foi desenvolvido para o monitoramento direto da execução do programa Círculos Populares de Esporte e Lazer. Utilizava-se de material em papel para a coleta dos dados, através dos educadores e coordenadores do programa. Em seguida, o material era sistematizado a partir de planilhas do excel, possibilitando assim a facilidade do acesso para os gestores. Isso permitia a coleta de variáveis mais específicas e o acompanhamento diário da execução.

Já no Mimboé, o monitoramento é realizado para o PELC desenvolvido nas cidades e estados em convênio com o Ministério do Esporte. A coleta dos dados se dar a partir do sistema desenvolvido em um software, onde os gestores de cada convênio inserem os dados solicitados. Isso permite o acompanhamento dos programas para o cumprimento do objeto estabelecido nos convênios. Diferentemente do Sistema Práxis, este tipo de monitoramento não é realizado por quem executa, mas sim por quem financia.

Esses modelos de monitoramento e suas características, nos permitiu construir a pré-matriz do instrumento, identificando categorias e variáveis, utilizadas por programas e projetos desportivos e de lazer para o seu monitoramento e avaliação. Essas foram compiladas na Tabela 2.

A partir dos modelos e métodos analisados neste estudo, essas categorias foram agrupadas em duas dimensões: (a) a caracterização do programa, onde são identificados os dados iniciais da formulação do programa;

[7] Tutorial do Mimboé 2018 disponibilizado pelo Ministério do Esporte para a pesquisa.

e, (b) a dimensão da gestão, na qual são registrados os dados relativos à execução do programa.

Foi possível identificar, também por meio da pesquisa documental, alguns elementos para compor essas dimensões. Esses elementos foram classificados como categorias a serem avaliadas e que fazem parte dessas dimensões. Na dimensão da “caracterização”, apresentamos quatro categorias:

1. os dados iniciais, relativos à identificação de quem executa o programa, sua vigência e onde ele está inserido;

2. as metas iniciais, que diz respeito às quantidades estabelecidas inicialmente dos atendimentos e o que será realizado;

3. o cadastro de recursos humanos, onde está previsto os profissionais envolvidos e sua formação base, definindo as suas funções no desempenho do programa; e,

4. os dados dos participantes, onde identifica os dados pessoais, profissionais, de saúde e socioeconômico dos participantes. Essa caracterização permite identificar os dados iniciais da formulação do programa, a quem ele se destina, para que posteriormente possam ser comparados aos dados da execução (Tabela 2).

Já na dimensão “gestão”, foram consideradas seis categorias, são elas:

1. dados referentes a frequência, o que diz respeito sobre a participação dos usuários em um ou mais grupos e a sua assiduidade;

2. dados sobre a turma, onde podemos identificar as turmas formadas, onde estão inseridos cada usuários, qual o conteúdo trabalhado em cada uma delas, o material a ser utilizado, os espaços onde são realizadas, qual a avaliação e a sugestão de cada uma delas;

3. espaço, onde consta os espaços utilizados pelo programa, qual as instalações disponíveis em cada um dele, suas características, seu estado de manutenção e conservação;

4. reunião, onde registra as reuniões realizadas, tanto as internas, quanto com os parceiros e seus encaminhamentos;

5. eventos, registra as características dos eventos, quando foram realizados, a quantidade de participantes, quais as parcerias e os recursos gastos; e por fim,

6. os apoios e parcerias, onde identifica o tipo de apoio, os representantes e contatos (Tabela 2).

Na segunda etapa da construção do instrumento, realizada a partir da observação no estudo de campo, foram coletados dados do acompanhamento das reuniões realizadas com os diretores e coordenadores responsáveis pelo Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, com o objetivo de identificar os principais problemas levantados pelos gestores e suas formas de acompanhamento da execução do programa, importante para o monitoramento de programas de desporto e lazer. Ademais, a observação aconteceu no desenvolvimento das atividades nas turmas realizadas pelo programa. Essas turmas aconteciam duas vezes por semana, durante uma hora e meia, sistematicamente. O objetivo dessa observação foi de sistematizar os principais elementos necessários para a organização das atividades, tais como: o número de participantes, infraestrutura e instalações realizadas, conteúdo aplicado, organização pedagógica das aulas, as características do bairro e a organização comunitária.

A partir desses elementos, identificamos as variáveis necessárias para a coleta de dados e sistematização das informações. Assim, atrelamos essas variáveis às dimensões e categorias identificadas anteriormente na primeira etapa deste estudo. A conexão das variáveis identificadas na pesquisa de campo às dimensões encontradas nos métodos e modelos pesquisados no referencial teórico está apresentada na Tabela 2.

**Tabela 2:** Dimensões, categorias e variáveis construídas a partir do referencial teórico e pesquisa de campo

| DIMENSÕES | CATEGORIAS | VARIÁVEIS | FUNÇÃO |
|---|---|---|---|
| Caracterização | Dados iniciais | Entidade responsável, setor responsável, nome do programa/ projeto | Identifica do que se trata o projeto |
| | | População, IDH, quantidade de bairros (cidade) | Possibilita a comparação da abrangência do projeto na cidade |
| | | Vigência do programa/ projeto | Acompanhamento do período de execução, início e término |
| | Metas iniciais | Valores disponíveis | Possibilita a comparação do que estava disponível inicialmente e a execução do projeto, indicando os resultados do programa |
| | | Beneficiários | |
| | | Número de núcleos | |
| | | Número de turmas | |
| | | Número de bairros a serem atendidos | |
| | | Eventos a serem realizados | |
| | Cadastro de RH | Dados do RH (RG, CPF, endereço, contatos, formação) | Este banco de dados possibilita identificar os recursos humanos do sistema, garantindo o registro de cada profissional e seu acompanhamento no Programa |
| | | Atividade realizada | identifica a diversidade das atividades realizadas |
| | | Forma de contratação | Acompanha a contratação do RH |
| | Dados dos participantes (ativo/ inativo) | Dados pessoais: nome, filiação, endereço, contatos, data de nascimento, estado civil, sexo, etnia | Este banco de dados possibilita identificar os usuários ao sistema, garantindo o registro de cada indivíduo e sua participação no Programa. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | Dados de escolarização: nível e situação de escolarização, se estuda e onde estuda. | Possibilita conhecer o nível de educação da população atendida pelo Programa. |
| | | Dados profissionais: profissão, situação, horário de trabalho (para os que trabalham) | Possibilita analisar a influência do trabalho no tempo livre das pessoas. |
| | | Dados sócio-econômicos: renda familiar e tamanho da família. | Possibilita conhecer as condições econômicas dos participantes. |
| | | Dados da saúde: questionário de anamnese, histórico de atividade física, doenças cardíacas e crônicas, remédios frequentes | Possibilita conhecer as condições físicas e acompanhamento dos beneficiários. Também possibilita conhecer os impactos da atividade física na população. |
| Gestão | Dados referentes a frequência | Assiduidade | Fundamental para analisar a participação das pessoas. Possibilita estudos sobre evasão e é por si só um indicador social do êxito do Programa. |
| | | Grupo dos quais participa | Possibilita o estudo do histórico de participação dos usuários entendendo assim seu ciclo de afastamento e retornos. |
| | Dados sobre a turma | Grade Horária | Fornece a base das atividades oferecidas para a população. |
| | | Conteúdos: planejados e trabalhados | Possibilita a análise da relação entre o que foi pensado e o que de fato foi implementado e seus motivos. |
| | | Materiais: necessários e disponíveis | Levanta as necessidades materiais do grupo e o impacto de sua escassez. |
| | | Espaço utilizado | Situa no espaço a atividade realizada. |
| | | Avaliação: potencialidades e problemas | O que possibilita analisar no tempo se estes potenciais estão sendo desenvolvidos. Ele se aplica para os problemas, podemos estudar como se estamos resolvendo e como estamos resolvendo. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | Complemento: sugestões e observações | É o espaço para complementar qualquer informação que não cabe nas variáveis acima citadas. Ou seja, é um elemento de contextualização dos dados anteriores. |
| | Espaço | Equipamentos disponíveis (descrição do espaço) | Registra a avaliação da possibilidade de uso do equipamento e no tempo podemos ver como estamos tratando esta questão. A requalificação dos equipamentos é um indicador social. |
| | | Nível de adequação | |
| | | Nível de conservação | Tem a mesma lógica do anterior, ou seja, registra o estado de conservação do equipamento. Além disso, podemos analisar como a comunidade está tratando do equipamento, e com isso inferir sobre a importância do mesmo para estas pessoas. |
| | | Mapas (mapas temáticos - índice de IDH, escolarização, etc e imagens satélites) | Possibilita a visualização da cidade e a ocupação dos seus espaços, e no georreferenciamento será a base para localização de equipamentos e usuários.<br><br>Possibilita a caracterização de toda uma região da cidade, comparando o público do Programa com os demais moradores da região. |
| | Reunião | Registro: dia, hora e local | Identifica a reunião no tempo e no espaço |
| | | Parceiros participantes | Possibilita verificar se o nível de envolvimento com a comunidade e seus agentes |
| | | Pauta da reunião | Permite estudar quais os problemas que estão sendo debatidos pelo núcleo. |
| | | Encaminhamentos | Permite estudar quais as iniciativas para resolver os problemas do núcleo. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Eventos | Registro: dia, hora e local | Identifica o evento no tempo e no espaço |
| | | Realização: apoios e parcerias | Identifica a participação da comunidade na produção dos eventos. |
| | | Características | Contextualiza o evento possibilitando entender melhor a iniciativa |
| | | Quantidade de participantes | Fornece elementos quantitativos sobre a participação comunitária nos eventos e a distribuição etária. |
| | | Avaliação: limites, possibilidades e resultados | Registra a avaliação dos realizadores do evento. |
| | | Sugestões | Registra as aprendizagens que a execução do evento trouxe para o grupo. |
| | | Custeio | Possibilita analisar o nível de auto-organização da comunidade a partir da conquista dos recursos necessários para a realização do mesmo. |
| | | Responsável | Identifica se o projeto foi realizado ou apoiado pelo Programa |
| | Apoios e parcerias | Caracterização: nome, tipo (entidade ou pessoa), contato, possibilidades. | Identifica e registra o contato com o parceiro |
| | | Possibilidades | Registra como pode ser a contribuição do parceiro com o projeto ou do projeto com o parceiro. |

Desta forma, essas etapas permitiram a definição das dimensões, categorias e variáveis a serem coletadas para a construção de um banco de dados do programa que auxiliará seu monitoramento e avaliação. Contudo, esse momento do instrumento, identifica a função e a sistematização de informações produzidas a partir dele. Porém, essa sistematização por si só não nos permite identificar se os objetivos do programa estão sendo cumpridos e onde podemos encontrar os limites e avanços que ele apresenta diante do que se propõe. Ou seja, até este momento, o instrumento tem a limitação de não relacionar os objetivos do programa e os indicadores gerados por ele.

Para ultrapassar esta limitação foi utilizado o sistema de construção de indicadores para ciclo de políticas públicas, sugerido por Jannuzzi e Patarra (2006). Sendo assim, os objetivos do programa foram identificados e esses foram relacionados às dimensões, categorias e variáveis. Ainda em relação às variáveis, só foram consideradas àquelas que correspondiam aos objetivos do programa, embora outras que foram apontadas pelos gestores fossem consideradas importantes, nem sempre correspondiam aos objetivos.

Nesta etapa também foram relacionados os indicadores de monitoramento para cada ação apontada. Para a construção dos indicadores foram considerados os conceitos apontados por Jannuzzi e Patarra (2006, p. 29), chegando-se aos indicadores descritos na Tabela 3:

**Tabela 3**: Construção de indicadores a partir dos conceitos apontados por Jannuzzi e Patarra (2006).

| Indicadores | Conceitos |
|---|---|
| Indicador Insumo | Foram construídos baseado no percentual de gastos do programa de desporto e lazer. |
| Indicador Processo | Foram construídos a partir da quantificação do que foi executado pelo programa de desporto e lazer. |
| Indicador Resultado | Foram gerados pela diferença entre o que foi executado e o que foi planejado pelo programa de desporto e lazer. |
| Indicador Impacto | Foram gerados a partir do que houve de transformação ocasionado pelo programa de desporto e lazer na localidade em que foi executado. Seja estas transformações, podem ser negativas ou positivas. |

Assim, foram incluídos ao instrumento de monitoramento, em construção, os indicadores de insumo, processo, resultado e impacto. Esses indicadores

permitem mensurar os dados gerados pelo programa. Porém, o número de indicadores formulados pode tornar o instrumento complexo, pois gera muitas informações qualitativas, o que dificulta a objetividade que o instrumento de monitoramento se propõe para a sistematização das informações, e dificulta assim, a tomada de decisão.

Contudo, o objetivo do instrumento de monitoramento é criar indicadores gerados a partir das variáveis da base cadastral, relacionadas por categorias e dimensões do programa, para fins de indicar se os objetivos propostos estão sendo cumpridos ou não. Dessa forma, é possível sistematizar informações necessárias para a tomada de decisão dos gestores, baseada em dados concretos da realidade. Permitindo também, a transparência dos dados e o acesso dele para a sociedade.

Para tanto, os objetivos dos programas estudados nortearam a construção dos elementos do instrumento final, que se relacionam entre eles: Dimensões, Categorias, Variáveis e Indicadores. Na primeira coluna foram classificadas duas dimensões, 1. a caracterização, com foco na identificação do programa; e a 2. dimensão da gestão com foco nas atividades realizadas pela execução do programa. A partir daí foram identificadas as categorias que classificam um grupo de informações a serem coletadas para criação dos indicadores.

Esse grupo de informações demos o nome de variáveis, as quais irão compor o banco de dados. Assim, esse banco de dados será o centro de informações para a coleta dos indicadores. Os indicadores de insumo, de processo, de resultado e de impacto, foram reestruturados para os indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, para fins de objetividade na avaliação do programa, buscando assim se o programa é eficiente, eficaz e efetivo. Os indicadores de eficiência tem por objetivo medir a relação entre os recursos disponíveis e a meta do objetivo geral do programa; os indicadores de eficácia faz relação entre as metas estabelecidas na formulação do programa e o resultado obtido na execução do mesmo; e os indicadores de efetividade refletem o impacto, uma mudança de comportamento social, a partir do objetivo geral do programa.

Finalizamos assim essa etapa, definindo uma pré-matriz do instrumento com dimensões, categorias, variáveis e indicadores (Tabela 4).

**Tabela 4:** Apresentação da Pré matriz do Instrumento de monitoramento

| OBJETIVO GERAL | DIMENSÕES | OBJETIVOS ESPECÍFICOS | CATEGORIAS | VARIÁVEIS DA BASE CADASTRAL | INDICADOR DE EFICÁCIA | INDICADOR DE EFICIÊNCIA | INDICADOR DE EFETIVIDADE |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Democratizar o lazer e o esporte recreativo** | **Caracterização** | | Dados iniciais | Entidade responsável, setor responsável, nome do programa/ projeto | | **Volume de recursos gasto no programa/% da população atendida** | **Índice de acesso ao esporte e lazer, por classe social, bairro e IDH, relativo à população da cidade.** |
| | | | | População, IDH, quantidade de bairros (cidade) | Quantidade de bairros a serem atendidos | | |
| | | | | Vigência do programa/ projeto | Quantidade de tempo de execução do programa | | |
| | | | Recursos | Valores disponíveis - metas iniciais | % de recurso disponível em relação ao orçamento da gestão desportiva | | |
| | | | Recursos Humanos | Dados do RH (RG, CPF, endereço, contatos, formação, função) | Número de profissionais contratados | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Gestão** | 1. Nortear ações voltadas para públicos diferenciados (faixa etária, gênero, etnia, pessoas com deficiência, entre outros) nos núcleos de lazer e esporte recreativo; | Usuários | Dados pessoais: nome, filiação, endereço, contatos, data de nascimento, estado civil, sexo, etnia | % de usuários atendidos por faixa etária, por deficiência e por bairro | | |
| | | | | Dados de escolarização: nível e situação de escolarização, se estuda e onde estuda. | Índice de escolarização dos usuários, relativo aos usuários inscritos no programa | | |
| | | | | Dados profissionais: profissão, situação, horário de trabalho (para os que trabalham) | Índice de profissionalização dos usuários, relativo aos usuários inscritos no programa | | |
| | | | | Dados sócio-econômicos: renda familiar e tamanho da família. | Índice sócio-econômico dos usuários, relativos aos usuários inscritos no programa | | |
| | | | | Frequência | Média de usuários atendidos por mês em cada turma | | |
| | | | | Assiduidade | % de evasão relativo aos usuários | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | inscritos no programa | | |
| | **Gestão** | 2. Estimular a implementação de metodologia participativa e democrática para o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais de lazer e esporte recreativo; | Turma/ Programação | Turmas formadas | % de turmas formadas no programa, relativo a quantidade de turmas previstas inicialmente, por bairro | | |
| | | | | Grade Horária | Quantidade de atividades diárias desenvolvidas nos espaços, por modalidade oferecida | | |
| | | | | Conteúdos: planejados e trabalhados | | | |
| | | | | Educadores por turma (Dados pessoais, formação, forma de contratação) | Quantidade de usuários por educador | | |
| | | | | Data de início de cada turma | % de aumento ou diminuição no atendimento de grupos existentes na comunidade | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Apoios e parcerias | Caracterização: nome, tipo (entidade ou pessoa) e contato | Quantidade de parcerias realizadas durante a execução do programa | | |
| | | | Eventos | Eventos a serem realizados | % de eventos realizados relativo ao previsto no programa | | |
| | | | | Quantidade de participantes | Quantidade de participantes nos eventos | | |
| | **Gestão** | 3. Democratizar o acesso ao lazer e esporte recreativo, principalmente às comunidades menos favorecidas. | Espaço e equipamento | Número de bairros a serem atendidos - meta inicial | % de bairros atendidos a partir da meta de atendimento do programa, considerando o IDH | | |
| | | 4.Promover a ressignificação e a qualificação de espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte recreativo; | | Equipamentos disponíveis (descrição do espaço) | % de espaços utilizados a partir da meta do programa | | |
| | | | | | % de equipamentos utilizados a partir dos disponíveis nos bairros | | |
| | | | | | % de espaços com regularização fundiária a partir | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | dos disponíveis por bairro | | |
| | | | | Nível de adequação | % de instalações adequadas por bairro | | |
| | | | | Nível de conservação | % de espaços requalificados a partir dos disponíveis por bairro | | |
| | **Gestão** | 5. Promover a formação inicial e estimular a formação continuada dos agentes sociais e gestores municipais de lazer e esporte recreativo; | Formação Continuada | Registro: dia, hora e local | Quantidade de formações realizadas | | |
| | | | | Participantes | % de participação dos profissionais nas formações | | |
| | **Gestão** | 6. Valorizar e fortalecer a cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo; | Reunião | Registro: dia, hora e local<br>Pauta da reunião | % de atividades realizadas a partir das reuniões | | |

A fase inicial da pré-matriz do instrumento de monitoramento diz respeito a dimensão da "**Caracterização"** do programa/projeto a ser monitorado. Esses são os dados iniciais previstos no programa/projeto que servirão de base para posterior análise das variáveis a seguir. A caracterização está relacionada ao objetivo geral do programa/projeto a ser desenvolvido, por ser ampla, não se relaciona diretamente aos objetivos específicos.

A segunda dimensão da pré-matriz é a da **"Gestão"** do programa/projeto, ou seja, a partir dessa dimensão cada categoria irá se relacionar com um ou mais objetivos específicos. A coleta de dados será realizada de acordo com os dados concretos gerados pelo programa/ projeto. Nesse caso, os dados serão coletados a partir da categoria **USUÁRIO**, para fins de análise dos indicadores de eficácia correspondentes.

As categorias formadas por **TURMA/ PROGRAMAÇÃO, APOIO E PARCERIA e EVENTOS** estão relacionadas ao mesmo objetivo específico. E a coleta dos dados indicados irão gerar os respectivos indicadores de eficácia.

Já as categorias **ESPAÇO E EQUIPAMENTO, FORMAÇÃO CONTINUADA** e **REUNIÃO** estão relacionadas a objetivos específicos distintos e a coleta dos dados indicados irão gerar os respectivos indicadores de eficácia, os quais permitem dizer o quanto o programa é eficaz.

Os indicadores de eficiência e efetividade estão diretamente relacionados ao objetivo geral do programa/projeto. Suas análises se darão a partir dos números gerados pelas dimensões da caracterização e da gestão, conforme fórmula proposta. Os números gerados serão o resultado do quanto o programa/projeto é eficiente e efetivo.

Por fim, esse instrumento é resultado de dados teóricos e práticos vinculados à literatura científica sobre o tema e também aos principais objetivos identificados no PELC; ainda, às dimensões e categorias identificados através dos modelos e métodos de avaliação encontrados no referencial bibliográfico e as variáveis da base de dados coletadas através da pesquisa de campo. Contudo, a partir desta relação foi criado indicadores de eficácia, eficiência e efetividade que mostra o alcance do programa. Essas informações interrelacionadas darão base para avaliação e tomada de decisão dos gestores. Com essa pré matriz do instrumento construída, foi encaminhada para a

validação de alguns especialistas e gestores para fins de consolidação do mesmo. O resultado disto veremos no capítulo a seguir.

## 5.2 Validação do instrumento de monitoramento para programas e projetos de desporto e lazer

O instrumento foi construído com base no referencial teórico e encaminhado para a validação de alguns especialistas e gestores. Segundo Jannuzzi e Patarra (2006), essa validade consiste num critério fundamental para escolha de indicadores, “pois é desejável dispor de medidas tão “próximas” quanto possível do conceito abstrato ou da demanda política original”.

Baseado nessa importância, o instrumento foi submetido aos gestores e especialistas de programas e projetos de esporte e lazer para o processo de validação e foi utilizado a abordagem quantitativa do conteúdo de validade de Lawshe (1975). Esse método consiste na avaliação por especialistas se os itens construídos previamente no instrumento são: essencial, útil, mas não essencial ou não é necessário. Segundo o autor, o desempenho consiste em comportamento que é diretamente observável, através do que é relatável, e comportamento que é altamente abstrato, ou seja, a validade do conteúdo é a medida da sobreposição entre o desempenho no teste sob a investigação e a sua capacidade de funcionar.

No entanto, foi realizado uma aplicação piloto com o representante do Instituto Olé, o qual recebeu a pré-matriz do instrumento de monitoramento e atribuiu um grau de importância assinalando um X para cada item. Esse teste tinha enquanto objetivo os ajustes ao documento para um melhor entendimento do que este se propunha. Após os devidos ajustes, a pré-matriz foi encaminhada para oito especialistas, todos com ampla experiência na gestão pública (Tabela 5).

**Tabela 5:** Identificação dos especialistas

| ESPECIALISTAS | FUNÇÃO/CARGO | INSTITUIÇÃO |
|---|---|---|
| **Especialista 1** | Responsável técnico pelo acompanhamento e monitoramento da execução de programas sociais | Ministério da Cidadania – Secretaria Nacional de Esportes |
| **Especialista 2** | Profª Drª do curso de gestão desportiva de esporte e lazer | Instituto Federal do Rio Grande do Norte |
| **Especialista 3** | Profª Drª do curso de Administração | Universidade Federal de Pernambuco |
| **Especialista 4** | Coordenador(a) Pedagógica do Programa Recife Ativo | Prefeitura do Recife |
| **Especialista 5** | Coordenador(a) de núcleo do Programa Recife Ativo | Prefeitura do Recife |
| **Especialista 6** | Responsável técnico do Centro Esportivo do SESC Santo Amaro | Serviço Social do Comércio |
| **Especialista 7** | Sócio fundador | Triunfo produções em esporte, lazer e cultura |
| **Especialista 8** | Coordenador (a) do Programa Segundo Tempo | Governo do Estado de Pernambuco |

A pré-matriz foi encaminhada com um número igual de itens e independentes um dos outros, onde eles foram solicitados a atribuir um grau de importância. Ela foi composta de objetivos, dimensões, categorias, variáveis, indicador de eficácia, indicador de eficiência e indicador de efetividade. Porém, foi solicitado a atribuição do grau de importância, para validação, os itens relacionados com as variáveis e indicadores de eficácia, eficiência e efetividade.

Sendo assim, os objetivos do programa serviram de base para a análise na construção do instrumento de monitoramento e o especialista atribuiu o critério de importância para cada item se ele é essencial para mensurar se o objetivo foi cumprido ou não.

Foi encaminhada uma carta convite (Apêndice A) para os especialistas, explicando a respeito da pesquisa, bem como seria avaliados os itens pelos critérios mencionados e espaço para sugestões. Continha também um espaço para um breve currículo do especialista. Junto a carta convite foi encaminhado um instrumento de validação, contendo todas as explicações necessárias para a avaliação dos itens colocados (Apêndice B). A partir de então, foi dado um prazo para a devolução por parte dos especialistas.

As respostas de todos os especialistas foram agrupadas, indicando o que foi determinado para cada item. Com as respostas agrupadas, determinamos assim a quantidade do consenso para o critério “essencial” de cada item, partindo da seguinte fórmula para o conteúdo de relação da validade (CVR), composta por Lawshe (1975):

$$\mathbf{CVR=}\ \frac{ne-N/2}{N/2}$$

Onde **n** é igual ao número de especialistas que consideram o item essencial e **N** é igual ao número total de especialistas. Sendo assim, obtivemos os valores para o CVR (Tabela 6):

**Tabela 6**: Valores do CVR por item

| ITENS | Validação dos especialistas | |
|---|---|---|
| **Variáveis** | **Essencial** | **CVR** |
| 1. Entidade responsável, setor responsável, nome do programa/ projeto | 7 | **0,75** |
| 2. População, IDH, quantidade de bairros (cidade) | 8 | **1** |
| 3. Vigência do programa/ projeto | 7 | **0,75** |
| 4. Valores disponíveis - metas iniciais | 7 | **0,75** |
| 5. Dados do RH (RG, CPF, endereço, contatos, formação, função) | 7 | **0,75** |
| 6. Dados pessoais: nome, filiação, endereço, contatos, data de nascimento, estado civil, sexo, etnia | 7 | **0,75** |
| 7. Dados de escolarização: nível e situação de escolarização, se estuda e onde estuda. | 7 | **0,75** |
| 8. Dados profissionais: profissão, situação, horário de trabalho (para os que trabalham) | 6 | **0,5** |
| 9. Dados sócio-econômicos: renda familiar e tamanho da família. | 7 | **0,75** |
| 10. Frequência | 8 | **1** |
| 11. Assiduidade | 8 | **1** |
| 12. Turmas formadas | 8 | **1** |
| 13. Grade Horária | 7 | **0,75** |
| 14. Conteúdos: planejados e trabalhados | 8 | **1** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 15. | Educadores por turma (Dados pessoais, formação, forma de contratação) | 7 | **0,75** |
| 16. | Data de início de cada turma | 6 | **0,5** |
| 17. | Caracterização: nome, tipo (entidade ou pessoa) e contato | 5 | **0,25** |
| 18. | Eventos a serem realizados | 6 | **0,5** |
| 19. | Quantidade de participantes | 6 | **0,5** |
| 20. | Número de bairros a serem atendidos - meta inicial | 7 | **0,75** |
| 21. | Equipamentos disponíveis (descrição do espaço) | 7 | **0,75** |
| 22. | Nível de adequação | 6 | **0,5** |
| 23. | Nível de conservação | 6 | **0,5** |
| 24. | Registro: dia, hora e local | 4 | **0** |
| 25. | Participantes | 6 | **0,5** |
| 26. | Registro: dia, hora e local<br>Pauta da reunião | 7 | **0,75** |
| | **Indicadores de Eficácia** | **Essencial** | **CVR** |
| 1. | Quantidade de bairros a serem atendidos | 8 | **1** |
| 2. | Quantidade de tempo de execução do programa | 8 | **1** |
| 3. | % de recurso disponível em relação ao orçamento da gestão desportiva | 8 | **1** |
| 4. | Número de profissionais contratados | 7 | **0,75** |
| 5. | % de usuários atendidos por faixa etária, por deficiência e por bairro | 7 | **0,75** |
| 6. | Índice de escolarização dos usuários, relativo aos usuários inscritos no programa | 6 | **0,5** |
| 7. | Índice de profissionalização dos usuários, relativo aos usuários inscritos no programa | 6 | **0,5** |
| 8. | Índice sócio-econômico dos usuários, relativos aos usuários inscritos no programa | 7 | **0,75** |
| 9. | Média de usuários atendidos por mês em cada turma | 8 | **1** |
| 10. | % de evasão relativo aos usuários inscritos no programa | 8 | **1** |
| 11. | % de turmas formadas no programa, relativo a quantidade de turmas previstas inicialmente, por bairro | 7 | **0,75** |
| 12. | Quantidade de atividades diárias desenvolvidas nos espaços, por modalidade oferecida | 6 | **0,5** |

| | | |
|---|---|---|
| 13. Quantidade de usuários por educador | 7 | **0,75** |
| 14. % de aumento ou diminuição no atendimento de grupos existentes na comunidade | 6 | **0,5** |
| 15. Quantidade de parcerias realizadas durante a execução do programa | 4 | **0** |
| 16. % de eventos realizados relativo ao previsto no programa | 6 | **0,5** |
| 17. Quantidade de participantes nos eventos | 6 | **0,5** |
| 18. % de bairros atendidos a partir da meta de atendimento do programa, considerando o IDH | 8 | **1** |
| 19. % de espaços utilizados a partir da meta do programa | 7 | **0,75** |
| 20. % de equipamentos utilizados a partir dos disponíveis nos bairros | 7 | **0,75** |
| 21. % de espaços com regularização fundiária a partir dos disponíveis por bairro | 5 | **0,25** |
| 22. % de instalações adequadas por bairro | 5 | **0,25** |
| 23. % de espaços requalificados a partir dos disponíveis por bairro | 7 | **0,75** |
| 24. Quantidade de formações realizadas | 8 | **1** |
| 25. % de participação dos profissionais nas formações | 7 | **0,75** |
| 26. % de atividades realizadas a partir das reuniões | 7 | **0,75** |

| **Indicador de Eficiência** | **Essencial** | **CVR** |
|---|---|---|
| Volume de recursos gastos no programa/% da população atendida | 8 | **1** |

| **Indicador de Efetividade** | **Essencial** | **CVR** |
|---|---|---|
| Índice de acesso ao esporte e lazer, por classe social, bairro e IDH, relativo à população da cidade. | 8 | **1** |

O CVR foi calculado para cada item e os valores foram considerados a partir dos valores mínimos de CVR e teste unilateral, p=0,05, proposto por Lawshe (1975, p. 568). Então os itens que adquiriram o CVR mínimo são considerados válidos, que segundo o autor, para a quantidade de oito especialistas, o valor mínimo é de 0,75, os itens que não obtiveram o valor mínimo foram excluídos do instrumento.

Por fim, foi calculado o índice de validade do conteúdo (IVC), representado pela média dos valores dos itens considerados válidos, o qual representa, que segundo o autor, mede a concordância dos juízes quanto à representatividade dos itens em relação ao conteúdo em estudo. Consideramos o valor mínimo de 0,75 e analisado a partir do grau de concordância, quanto mais próximo ao valor 1 maior a concordância entre os especialistas. Sendo assim, o IVC do instrumento de monitoramento obteve o valor de 0,91, o que significou um grau elevado de concordância entre eles. Para além do IVC geral, foi calculado o IVC para cada elemento validado, ou seja, variáveis, indicadores de eficácia, indicador de eficiência e indicador de efetividade (Tabela 7).

**Tabela 7**: Valores do IVC

| Elementos | IVC |
|---|---|
| **Variáveis** | 0,82 |
| **Indicadores de Eficácia** | 0,85 |
| **Indicadores de Eficiência** | 1 |
| **Indicadores de Efetividade** | 1 |

Após análise da validação pelos especialistas, foi construído o instrumento final. Sua composição inicial foi formada por 26 itens de variáveis, 26 itens de indicadores de eficácia, 1 item de indicador de eficiência e 1 item de indicador de efetividade. Após a validação foram retirados 9 itens das variáveis e 9 itens dos indicadores de eficácia. Ao final, o instrumento foi composto por 17 itens de variáveis, 17 itens de indicadores de eficácia, 1 item de indicador de eficiência e 1 item de indicador de efetividade, sendo assim apresentado a seguir.

### 5.3 Apresentação do instrumento de monitoramento

Iniciamos a construção do instrumento com uma pré-matriz a partir da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Definimos elementos e criamos

dimensões, categorias, variáveis, indicadores de eficácia, indicador de eficiência e indicador de efetividade. Com a pré-matriz construído, encaminhamos para validação junto aos especialistas e conforme a técnica de pesquisa de conteúdo de relação da validade (CVR), composta por Lawshe (1975), validamos os itens e excluímos os que não obtiveram o índice mínimo de validade. Contudo, cumprindo os protocolos da pesquisa, apresentamos na tabela 8, o instrumento de monitoramento construído e validado pelos especialistas nessa pesquisa.

**Tabela 8**:Instrumento de Monitoramento

| OBJETIVO GERAL | DIMENSÕES | OBJETIVOS ESPECÍFICOS | CATEGORIAS | VARIÁVEIS DA BASE CADASTRAL | INDICADOR DE EFICÁCIA | INDICADOR DE EFICIÊNCIA | INDICADOR DE EFETIVIDADE |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Democratizar o lazer e o esporte recreativo** | **Caracterização** | | Dados iniciais | **Entidade responsável, setor responsável, nome do programa/ projeto** | | **Volume de recursos gastos no programa/% da população atendida** | **Índice de acesso ao esporte e lazer, por classe social, bairro e IDH, relativo à população da cidade.** |
| | | | | **População, IDH, quantidade de bairros (cidade)** | **Quantidade de bairros a serem atendidos** | | |
| | | | | **Vigência do programa/ projeto** | **Quantidade de tempo de execução do programa** | | |
| | | | Recursos | **Valores disponíveis - metas iniciais** | **% de recurso disponível em relação ao orçamento da gestão desportiva** | | |
| | | | Recursos Humanos | **Dados do RH (RG, CPF, endereço, contatos, formação, função)** | **Número de profissionais contratados** | | |
| | **Gestão** | 1. Nortear ações voltadas para públicos diferenciados (faixa etária, gênero, etnia, pessoas com deficiência, entre | Usuários | **Dados pessoais: nome, filiação, endereço, contatos, data de nascimento, estado civil, sexo, etnia** | **% de usuários atendidos por faixa etária, por deficiência e por bairro** | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | outros) nos núcleos de lazer e esporte recreativo; | | **Dados de escolarização: nível e situação de escolarização, se estuda e onde estuda.** | **Índice socioeconômico dos usuários, relativos aos usuários inscritos no programa** | | |
| | | | | **Dados socioeconômicos: renda familiar e tamanho da família.** | | | |
| | | | | **Frequência** | **Média de usuários atendidos por mês em cada turma** | | |
| | | | | **Assiduidade** | **% de evasão relativo aos usuários inscritos no programa** | | |
| | **Gestão** | 2. Estimular a implementação de metodologia participativa e democrática para o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais de lazer e esporte recreativo; | Turma/ Programação | **Turmas formadas** | **% de turmas formadas no programa, relativo à quantidade de turmas previstas inicialmente, por bairro** | | |
| | | | | **Grade Horária** | **Quantidade de usuários por educador** | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | **Conteúdos: planejados e trabalhados** | | | |
| | | | | **Educadores por turma (Dados pessoais, formação, forma de contratação)** | | | |
| | **Gestão** | 3. Democratizar o acesso ao lazer e esporte recreativo, principalmente às comunidades menos favorecidas. | Espaço e equipamento | **Número de bairros a serem atendidos - meta inicial** | **% de bairros atendidos a partir da meta de atendimento do programa, considerando o IDH** | | |
| | | 4.Promover a ressignificação e a qualificação de espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte recreativo; | | **Equipamentos disponíveis (descrição do espaço)** | **% de espaços utilizados a partir da meta do programa** | | |
| | | | | | **% de equipamentos utilizados a partir dos disponíveis nos bairros** | | |
| | | | | | **% de espaços requalificados a partir dos disponíveis por bairro** | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Gestão** | 5. Promover a formação inicial e estimular a formação continuada dos agentes sociais e gestores municipais de lazer e esporte recreativo; | Formação Continuada | | **Quantidade de formações realizadas**<br>**% de participação dos profissionais nas formações** | | |
| | **Gestão** | 6. Valorizar e fortalecer a cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo; | Reunião | **Registro: dia, hora e local**<br>**Pauta da reunião** | **% de atividades realizadas a partir das reuniões** | | |

Com o instrumento validado pelos especialistas a dimensão da caracterização, manteve a função de identificar as metas estabelecidas no planejamento do programa identificadas a partir das 5 variáveis, divididas entre as 3 categorias: dados iniciais, recursos e recursos humanos. Essas variáveis servirão de base para quantificar e qualificar os indicadores de eficácia, eficiência e efetividade.

Em seguida a dimensão da gestão, manteve a função de identificar os dados relativos à execução do programa. Esses dados são identificados a partir de 14 variáveis divididas entre 4 categorias: usuários, turma/programação, espaço e equipamento e reunião. Também foram validados 13 indicadores de eficácia, 1 indicador de eficiência e 1 indicador de efetividade. Apesar da dimensão da gestão ainda apresentar a categoria formação continuada, salientamos que não houve validação de suas variáveis, porém houve a validação de 2 indicadores de eficácia relacionadas a ela, por isso não houve exclusão desta categoria. Do contrário, não haveria necessidade de sua permanência, já que as variáveis e os indicadores estão relacionados diretamente às categorias. Essa dimensão está relacionada diretamente aos objetivos específicos do programa, podendo assim, a partir dos dados gerados pelos indicadores de eficácia, a avaliação se os objetivos estão sendo atingidos ou não.

Os indicadores de eficiência e efetividade serão gerados a partir dos dados relacionados às dimensões da caracterização e da gestão, gerando um índice que permite identificar o que foi previsto e o que foi executado, relacionados ao percentual de gastos e ao percentual da população atendida, respectivamente.

Nesse sentido, esse instrumento permite acrescentar aos estudos relacionados na Tabela 1, a identificação e sistematização das informações a partir do que foi planejado pelo programa e o que foi executado, gerando indicadores que permitem aos gestores a avaliação relacionando os indicadores com os objetivos previstos no programa. Permite assim, a tomada de decisão no

que diz respeito a reestruturação nos objetivos do programa, como pode também permitir a reorganização de sua execução e seu monitoramento.

# 6.DISCUSSÃO

Segundo Linhales (1996), o sistema esportivo brasileiro foi constituído a partir do decreto-lei nº 3199/41, com o discurso de defender “a consolidação de um sistema rigoroso que se baseasse em estruturas hierárquicas, com dirigentes indicados pelo Estado e, assim sendo, capazes de controlar a politicagem do setor” (Linhales, 1996, p. 86).

Mais tarde, Jannuzzi e Patarra (2006) afirmam que, a necessidade de um controle maior das políticas públicas se evidencia com a quebra do muro de Berlim e o fim da bipolaridade entre os países. Sendo que os países capitalistas desenvolvidos começam a colocar em seus discursos a importância e a centralidade da atuação dos diversos governos no sentido de assegurar para a população o acesso aos Direitos humanos, econômicos, sociais e culturais (DHESCs), fortalecido, fundamentalmente nas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU).

Contudo, Jannuzzi e Patarra (2006, p. 134), enfatizam que a prática de controle e monitoramento dos Estados a partir dos acordos firmados internacionalmente começa a ampliar e difundir metas comuns que passam a ser avaliadas e mensuradas com estatísticas públicas, aumentando assim, o nível de comprometimento dos governos com os conteúdos assinados. E a criação da legislação nacional torna-se instrumento fundamental para fortalecer e colocar em prática os direitos conquistados.

Nesse sentido, para fins de fortalecer o debate em torno do direito ao esporte e lazer e, principalmente, buscar caminhos que mostrem o impacto deste setor na vida das pessoas, das comunidades locais e também das cidades ou países, essa pesquisa teve como objetivo a construção de um instrumento de monitoramento de programas desportivos e de lazer. Para essa construção revisitamos a literatura no que diz respeito às experiências construídas e os principais métodos e modelos utilizados no setor desportivo e de lazer no Brasil. Nesse percurso a literatura nos mostrou que o monitoramento ainda é uma ferramenta muito recente na gestão das políticas públicas do setor desportivo.

Segundo Alves e Pieranti (2007), só com a Constituição federal de 1988 que os legisladores passaram a refletir sobre as políticas desportivas e de lazer. E os autores ainda consideram que a criação da máquina burocrática começa

com a implantação do Ministério Extraordinário do esporte em 1995, e só oito anos mais tarde que é criado o Ministério do Esporte, em 2003. Enquanto isso foram criados alguns órgãos e secretarias dentro de outros ministérios para fins de cumprimento de demandas pontuais, especialmente do futebol.

O que percebemos desde o início da criação do sistema desportivo brasileiro é a tomada de decisão centralizada no personalismo e na demanda do mercado. Conforme Alves e Pieranti (2007, p. 17), entende-se como personalismo a formulação de políticas não vinculada ao governo, mas sim às pessoas específicas. Como exemplo, a Lei Zico e Lei Pelé, o qual foram nomeadas vinculadas às personalidades desportistas que ocuparam cargos públicos.

Linhales (1996) afirma ainda que o desporto brasileiro conquistou com a Lei Zico a sua liberdade de mercado", deixando assim de atender aos interesses da sociedade para atender aos interesses das Confederações desportivas, dos clubes desportivos e dos grandes empresários do setor. Para Alves e Pieranti (2007) foi criado uma nova figura política com deputados federais, estaduais e vereadores eleitos pelo prestígio dos clubes de massa e pelos votos dos seus torcedores e dirigentes desportivos. O que Linhales (1996, p. 190) afirma que não se deixa dúvida quanto ao privilégio do desporto de alto rendimento no processo de modernização do da legislação desportiva. E tem como principal elemento a autonomia da iniciativa privada e o fim da lei do passe, e pouco, ou quase nada, foi discutido aspectos que reformulassem a atuação do poder público, para que este fomentasse ou promovesse o desporto e o lazer como direito de todos, nos termos existentes na *Constituição de 1988.*

Até então, podemos perceber que a construção das políticas públicas do estado brasileiro não estava baseada na avaliação e análise de dados que contemplassem a maioria de sua população, para que esta pudesse desfrutar dos direitos do desporto e do lazer, como diz a CF 88. Também não foi encontrado relato acerca de algum tipo de monitoramento das políticas realizadas.

Mais recentemente, com a criação do Ministério do Esporte e das Secretarias Executivas, em 2003, podemos identificar avanços nos instrumentos

de diálogo com a sociedade no desporto brasileiro. Entre eles, a realização das conferências nacionais e as etapas estaduais e municipais, a criação do Conselho Nacional do Esporte e dos Conselhos estaduais e municipais e criação de sistemas de monitoramento de programas e projetos desportivos e de lazer (Pintos, 2017). Esses instrumentos permitem, não só a transparência do que o governo está executando, mas também abre espaços de diálogos com a população para implementação das políticas. Adicionalmente, Jannuzzi e Patarra (2006, p. 134) nos mostram a importância dessas prática e nos dizem que esses avanços tornam os cidadãos cada vez mais consciente de sua relação com o Estado, aptos a exigir a promoção e o cumprimento de seus direitos juntos aos organismos nacionais e internacionais.

Nesse processo de avanço das políticas públicas de desporto e lazer no Brasil, é importante destacar o instrumento de monitoramento utilizado pelo Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC), desenvolvido em vários municípios e estados implementado em parceria com o Ministério do Esporte, conhecido como Mimboé. A partir deste instrumento houve avanço na coleta, organização e sistematização dos dados produzidos, possibilitando assim, para além dos números de atendimento da execução, a avaliação para reorganização das ações e proposta pedagógica executada pelas cidades. Segundo Pintos (2017, p. 161), este tipo de instrumento garante o registro e a memória das políticas públicas, além de favorecer o cruzamento de dados, agilizando os processos de forma mais segura, com uma visão mais ampliada e certamente mais fiel ao contexto da realidade.

Face a esse contexto, é importante fazer perceber, através do monitoramento do programa, o que está planejado e o que está sendo executado. Nesta direção, no presente trabalho, a construção do instrumento foi iniciada com a definição das dimensões que permitiram dividir o grupo de categorias em duas fases distintas. A primeira fase diz respeito à **categorização**, onde podemos organizar as informações a partir do planejamento do programa, ou seja, o que está previsto para a execução. E, a segunda fase definimos como **gestão**, o que permite organizar as informações a partir da execução, refletindo assim os dados da realidade do programa.

Para contextualizar as dimensões foram criadas as categorias, as quais se relacionam diretamente com os objetivos do programa. Então, para cada objetivo específico, foi pensada as categorias de análise para o funcionamento do programa. Sendo que as categorias relacionadas à dimensão da categorização se relacionam com os dados do início do programa, então essas não fazem relação direta com algum dos objetivos específicos. Essas categorias serviram de base para agrupar as variáveis da base cadastral a serem coletadas. E fazem referência aos elementos que compõem o programa.

Apesar do avanço do sistema Mimboé, gerenciado pelo Ministério do Esporte e alimentado pelos gestores que executam o programa nas cidades, acaba não retratando uma realidade mais específica do seu cotidiano. Sendo assim, apesar de representar um avanço, não responde a demanda de sistematização de quem o executa. Nesse sentido, este estudo analisou o sistema práxis, um sistema de monitoramento proposto pela Prefeitura do Recife e que serviu de referência para a construção do Mimboé. A partir desse sistema foi possível identificar categorias para a coleta de dados, as variáveis e sua funcionalidade para o processo de sistematização das informações. O sistema apresentava uma proposta de organização das informações e dados que auxiliavam no planejamento da gestão, porém, em ambos os modelos de monitoramento propostos, não tratavam de indicadores que auxiliassem na construção de índices de efetividade, eficácia e eficiência do programa.

Por isso, no presente estudo, as variáveis irão compor a base cadastral e são as informações necessárias para gerar os indicadores. É a partir dessas informações brutas que serão sistematizadas e analisadas para que haja uma avaliação fiel do programa e suas consequências para a população. Silva (2001) chama atenção que o monitoramento é uma atividade gerencial, e como tal, deve ser realizado pela equipe interna durante a execução do programa.

Pintos (2017) explica que os indicadores são fundamentais neste processo de avaliação. A efetividade mede, para além da qualidade e quantidade das ações, o impacto sobre as condições na vida das pessoas; na eficácia preocupa-se mais se a gestão está sendo realizada a contento do conteúdo da política social e seus efeitos; e por último a eficiência, compreende um

importante mecanismo de controle dos recursos, o que leva à focalização das políticas sociais para a população de baixa renda.

Complementarmente, os indicadores darão uma direção do que está sendo executado e, assim, orienta os gestores para um planejamento futuro. Os indicadores de eficácia podem ser comparados com os dados iniciais previstos para o programa com os dados gerados durante a execução. Esse cruzamento vai permitir encontrar resultados que definem se o programa é eficaz ou não, e ainda, permite visualizar onde está sendo eficaz, em quais categorias, possibilitando assim uma tomada de decisão, como por exemplo, a alteração do espaço a ser atendido, qual o público alvo, entre outros, baseando-se em dados reais.

Sendo assim, o instrumento de monitoramento construído neste trabalho permite gerar indicadores de eficácia, eficiência e efetividade a partir da coleta e sistematização dos dados de forma clara e objetiva. Para tanto, foi importante compreender os objetivos dos programas de desporto e lazer, para que a partir desses, pudéssemos construir tais indicadores.

No instrumento, o indicador de eficiência faz referência direta ao objetivo geral do programa com os recursos disponíveis para ele. Este indicador permite analisar, se os recursos disponíveis possibilitam, proporcionalmente, a democratização do esporte e lazer recreativo. Para tanto, é necessário ter os dados da população que frequentam as atividades, que usufruam dos espaços e equipamentos esportivos e de lazer, que participam dos eventos, que organizem os eventos, dos profissionais envolvidos no programa, das pessoas que participam das reuniões, ou seja, de todos os envolvidos, de forma direta ou indiretamente com as atividades disponibilizadas pelo programa.

No contexto do monitoramento da eficiência dos programas de desporto e lazer, Marcellino (2001, p. 10) considera que para a democratização das práticas desportivas e de lazer, as políticas públicas devem, por exemplo, tratar da reordenação do solo urbano, incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer e formação do corpo técnico para o trabalho eficiente e atual. Assim, podemos perceber que o recurso disponível para o programa e o percentual da população que este está a atender, são importantes para a avaliação de sua eficiência.

Neste caso específico, quanto maior a população atendida com o recurso previsto, mais eficiente será o programa.

Do mesmo modo, o indicador da efetividade está relacionado diretamente com o objetivo geral do programa. Esse busca avaliar a efetividade a partir de dados não só gerados pelo programa, mas também pelos dados relacionados ao contexto que ele está inserido. Portanto, esse indicador não depende somente das ações executadas pelo programa, mas também o contexto social que o permeia. Para Jannuzzi e Patarra (2006, p. 49), a percepção das mudanças nas condições da vida das pessoas é uma tarefa muito difícil de realizar, e enfatiza que, a menos que a realidade vivenciada antes do programa tenha sido muito trágica, ou que o programa tenha recebido uma quantidade enorme de recursos para serem gasto no curto espaço de tempo, a efetividade poderá ser claramente mensurada.

Portanto, o instrumento construído, validado e apresentado no presente estudo se propõe a identificar a democratização do acesso ao desporto e lazer a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nos bairros que estão realizando as ações. Esse índice se faz necessário, pois o PELC surgiu, segundo Ministério do Esporte (2012, p. 9), com o objetivo de “democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social”. Pintos (2017) enfatiza que falar em política social, no âmbito do desporto e lazer, é falar em desenvolvimento humano. Contudo, segundo Jannuzzi e Patarra (2006), o IDH procura sintetizar várias dimensões empíricas da realidade econômica ou social em uma única medida.

Nesse sentido, esse índice refere-se à quantidade de pessoas atendidas multiplicado por 100 e dividido pela quantidade da população no bairro, levando-se em consideração ainda o IDH de cada bairro para mensurar se a democratização está se dando para a população em situação de vulnerabilidade social. A partir disto, podemos perceber as transformações estabelecidas nesse local. Concordando com Jannuzzi e Patarra (2006, p. 50), para distinguir os impactos dos programas devemos buscar medidas e indicadores que

operacionalize avaliando os impactos sobre grupos específicos da população, em termos de algumas variáveis, como renda, idade, raça, sexo ou localização espacial.

Os modelos de avaliação realizados em Almeida (2010) e Morais (2017), a partir do PELC, desenvolvido na cidade de Recife, permitiram uma análise dos elementos necessários para a avaliação da gestão. O que percebemos nessas pesquisas foi a utilização das técnicas de pesquisa documental e grupo focal, o que nos permite observar, que no programa avaliado há uma coleta de informações, porém há limites na sistematização desse material.

Primeiramente, é importante identificar que as pesquisas foram realizadas a partir do mesmo programa, ou seja, se situa a partir de um mesmo contexto. A partir desta análise foi percebido que os elementos desses modelos e métodos se complementam e assim serviu de base para a construção do instrumento de monitoramento. Nesse sentido, a pesquisa realizada por Almeida (2010), aponta um instrumento de avaliação o qual o monitoramento é um elemento de análise da gestão, ao mesmo tempo que ela aponta outras dimensões a serem avaliadas. Isso nos permite perceber algumas dimensões a serem inseridas no nosso instrumento de monitoramento.

Já na pesquisa realizada por Morais (2017) podemos perceber algumas unidades de contexto e as unidades de registros, o que nos permitiu criar algumas categorias. Por fim, por meio do método e da abordagem mista utilizada neste estudo, especificamente na pesquisa de campo, foram apontados pelos gestores alguns elementos importantes, percebidos por eles, para o acompanhamento diário da gestão. Este levantamento nos possibilitou a construção de variáveis ainda não identificadas em estudos anteriores.

Consequentemente, o levantamento de dimensões, categorias e variáveis, atreladas aos objetivos do programa, possibilitou a construção de indicadores que servem de base para a avaliação e tomada de decisão pelos gestores. Segundo Oakley e Clayton (2003), o desafio é medir as mudanças qualitativas e quantitativas usando um método que não consuma nem demande tanto tempo e que permita a captação de informação útil e acessível para a tomada de decisões.

O instrumento de monitoramento apresentado neste estudo, descreve indicadores que se referem ao público-alvo do programa e os efeitos que este traz para a população, designando procedimentos de acompanhamento que focam na análise da eficiência, eficácia e efetividade do programa. Segundo Jannuzzi e Patarra (2006, p. 47), os processos de monitoramento e avaliação se articulam organicamente e se propõem a subsidiar o gestor público com informações sobre o ritmo e implementação dos programas, resultados e efeitos almejados.

No que diz respeito a validação, Ferreira (2018, p. 134) considera necessário para investigar se o instrumento e suas características representa o que se pretende analisar ou avaliar. E portanto, investigações sobre sucesso desportivo e sistematização de informações sobre o desporto, principalmente no setor de alto rendimento, também utilizaram a participação de especialistas para que o conteúdo de seus instrumentos fossem validados, tais como Digel (2002), Green e Oakley (2001), Houlihan e Green (2008), Mussino (2002) e Ferreira (2018).

Seguindo essa linha da validação, a pré-matriz construída foi encaminhada para os especialistas, onde cada item foi analisado. Sendo assim, foi atribuído um valor do CVR para cada item avaliado como “essencial” para o monitoramento. Todos os CVR tiveram valores positivos, o que significa dizer que mais da metade dos especialistas consideraram o item essencial. E segundo Lawshe (1975), os itens com mais de 50% considerado essencial tem algum grau de validade. Contudo, para o instrumento de monitoramento construído, só consideramos aqueles que atingiram o índice de 0,75.

Na validação das variáveis os itens que apresentaram os maiores índices de concordância foram os relativos aos usuários. Contudo, um dos especialistas sugeriu a retirada do nome do usuário, pois entende que ele fique mais à vontade para repassar as informações, e a depender de onde mora ou o que faz, pode sentir de alguma forma ameaçado.

Os que obtiveram menos concordância foram relativos aos eventos e formação continuada. Porém, o especialista sugere que acrescente variáveis identificando o planejamento, tais como:  se houve participação dos usuários ou

não; se retrata um momento de catarse das oficinas; E justifica que não deve-se pensar apenas nos eventos e pessoas participantes, e sim como este se articula com o programa. Relativamente às categorias da formação continuada e reuniões, o especialista sugere criar variáveis para relacionar as temáticas com a qualificação dos trabalhadores e que os espaços das reuniões não sejam apenas administrativos, mas também formativos.

Uma outra sugestão diz respeito ao acréscimo da categoria participação social, o qual contemplaria melhor o seguinte objetivo específico: “Valorizar e fortalecer a cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo”. As reuniões e o controle social fariam parte desta categoria.

Ainda houve a sugestão para acrescentar na categoria Turma/programação a data de término das turmas, pois esse dado possibilitaria uma previsão adequada do tempo de execução das atividades.

Em relação aos valores atribuídos ao índice de validação (IVC) para as variáveis e indicadores de eficácia, 0,82 e 0,85, respectivamente, demonstra que não houve um consenso, porém demonstra um grau de proximidade entre os especialistas. E, para os índices de eficiência e efetividade, valor 1 para IVC o que permite dizer que houve um consenso entre os especialistas para esses indicadores.

Com os resultados alcançados na validação, o instrumento foi construído. Apesar das sugestões acrescentadas pelos especialistas serem de grande importância para o estudo, não foi possível acrescentar ao instrumento devido ao processo metodológico. Este teria que sofrer alterações e retornar para a validação. E isto não foi possível devido o tempo disponível para a finalização, o que consideramos uma das limitações deste estudo.

Contudo, foi gerado um instrumento, validado por especialistas, que servirá de base para o monitoramento de programas e projetos desportivos e de lazer, que possibilita não só a coleta de informações, mas também a sistematização das mesmas a partir dos indicadores de eficácia, eficiência e efetividade.

# 7.CONCLUSÃO

As políticas públicas de desporto e lazer, no Brasil, tem avançado ao longo dos anos. Desde a Constituição de 1988, o Brasil considera o desporto e lazer enquanto direito social para todos e todas. Contudo, percebemos, a partir da literatura pesquisada, que o instrumento de monitoramento ainda é uma ferramenta muito recente no controle e gestão das políticas públicas. Isso ocasiona, na maioria das vezes, a tomada de decisão se dar por personalismo e na demanda do mercado. Portanto, se faz urgente, construir mecanismos de sistematização de informações dos programas desportivos e de lazer, pois a democracia participativa carece de investimentos em informação e respectiva difusão. É preciso garantir que a informação disponível seja acessível, tanto na divulgação, quanto no formato, para a maioria da população.

Este trabalho construiu e validou uma matriz para o instrumento de monitoramento de políticas e programas de desporto e lazer, a partir da abordagem qualitativa, que possibilita a identificação dos objetivos dos programas para então definir as dimensões, categorias, variáveis e indicadores a serem monitoradas e, consequentemente, avaliadas. Portanto, percebemos que é imprescindível racionalizar os objetivos do programa, pois do contrário, é um potencial para o primeiro passo do fracasso.

Com os objetivos definidos, é possível identificar as informações necessárias para a sistematização e por fim, a construção dos indicadores. Estes são imprescindíveis para a mensuração, tanto qualitativo, mas principalmente quantitativo, do alcance do programa. Foram construídos indicadores de eficácia, eficiência e efetividade, os quais serão base para uma avaliação crítica e faz com que os gestores não se pautem simplesmente pelo uso da tradição.

O instrumento foi validado por especialistas a partir da abordagem quantitativa, baseada na validação de conteúdo (Lawshe, 1975) que consolidou o instrumento de monitoramento que relaciona a teoria e a prática. Permitiu assim, reestruturar o instrumento, baseado em experiências dos gestores, consolidando as variáveis e indicadores de eficácia, com um índice elevado de concordância entre eles e a apresentação de um consenso na validação dos indicadores de eficiência e efetividade.

A construção e validação do instrumento de monitoramento, fruto desta pesquisa, aponta caminhos para a superação de uma das grandes dificuldades atuais no acompanhamento de programas e políticas públicas, uma vez que dispor de informações periódicas e específicas acerca do processo de implementação, do alcance dos resultados e do impacto social nos segmentos sociodemográficos ou comunidades focalizadas pelo programa, permite a avaliação contínua, diálogo transparente com a sociedade e dados concretos para a tomada de decisão por parte dos gestores.

O instrumento foi construído em dimensões que permitem identificar informações na fase do planejamento e execução do programa. A partir daí foram criadas categorias para uma melhor distribuição das variáveis, as quais irão compor um banco de dados. A quantificação das variáveis irá gerar indicadores de eficácia, eficiência e efetividade, permitindo assim a construção de dados quantitativos que qualificam a tomada de decisão dos gestores.

Este estudo contribui com a sistematização de informação gerando indicadores de eficácia, eficiência e efetividade, que norteiam a tomada decisão por parte dos gestores do setor do desporto e do lazer. Contudo, identificamos como limites desse estudo a indicação do processo de coleta de informação, bem como a atualização permanente delas. O que considero enquanto estratégico e inovador, a utilização de ferramentas de tecnologia da informação, o qual permite “a análise integrada de fatores e a atualização permanente das informações em um banco de dados único” (Ferreira, 2018, p. 184).

Uma outra limitação do estudo foi o número reduzido de especialistas (8), ocasionado por alguns fatores que ficaram em evidência no contexto da pesquisa, a pandemia do COVID 19 que assolou o mundo com as formas isoladas de convivência e o desmonte do Ministério do Esporte brasileiro, sendo transformado em uma Secretaria Nacional de Esporte, com mais de 600 demissões, enfraquecendo assim o setor desportivo.

Portanto, indicamos para estudos futuros, a revalidação do instrumento, a partir das sugestões dos especialistas e a aplicação dele em programas de desporto e lazer. Consideramos que, apesar da pesquisa ter sido realizada com base nas informações do poder público, este serve de base para o

acompanhamento e avaliação de programas desportivos e de lazer em instituições privadas.

Por fim, mas não encerrando o debate, consideramos que este instrumento deva ser continuamente aperfeiçoado e utilizado em formação e avaliação de profissionais do desporto e lazer. A expectativa é que o instrumento seja divulgado e utilizado para gestão de programas desportivos e de lazer, tanto para instituições públicas ou privadas, para a melhoria no vosso acompanhamento e avaliação.

## 8.BIBLIOGRAFIA

Alexandre, N. M. C., & Coluci, M. Z. O. (2011). Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. *Ciência & Saúde Coletiva, 16*(07), 3061-3068.

Almeida, B. C. (2010). *Política de Esporte e Lazer do Recife: a elaboração de um instrumento de avaliação*. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Federal de Pernambuco.

Alves, J. A. B., & Pieranti, O. P. (2007). O estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. *Rae eletrônica, 6*(1).

Arretche, M. (2018). Trinta anos da Constituição de 1988: razões para comemorar? [Versão eletrónica]. *Revista Novos Estudos, 37*, 395-414. Consult. 17/10/2019, disponível em http://www.scielo.br/pdf/nec/v37n3/1980-5403-nec-37-03-395.pdf.

Arretche, M. T. S. (2009). Tendências no estudo sobre avaliação. In E. M. Rico (Ed.), *Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate*. São Paulo - Brasil: Cortez.

BRASIL. (1991). Projeto de Lei nº 965.

Brito, G. A. P. d. (2017). Políticas públicas de lazer: discutindo sua construção. In P. H. Azêvedo & A. C. Bramante (Eds.), *Gestão estrat[egica das experiências de lazer*. Curitiba: Appris.

Carneiro, F. H. S., Athayde, P. F. A., & Mascarenhas, F. (2019). Era uma vez um ministério do esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. *Revista Motrivivência, 31*(60), 01-22.

Cidadania, M. d. (2020). Diretrizes do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Consult. 20/05/2020, disponível em http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/jornada_esporte_cidadao/diretrizes_pelc_2019.pdf

Digel, H. B. A. (2002). A comparison of competitive sport systems. *New studies in athletics, 17*(1), 37-50.

Draibe, S. M. (2001). Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In M. C. R. N. Barreira & M. d. C. B. d. Carvalho (Eds.), *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.* . São Paulo: IEE PUC - São Paulo.

Esporte, M. d. (2011). Balanço dos programas e ações da gestão 2003-2010 do Ministério do Esporte. *https://slideplayer.com.br/slide/1254087/*, disponível em https://slideplayer.com.br/slide/1254087/

Esporte, M. d. (2012). Relatório de Gestão 2011. *http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/relatorioGestao/relatorioSNELISSNEEDSNDEL.pdf*, disponível em http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/relatorioGestao/relatorioSNELISSNEEDSNDEL.pdf

Esporte, M. d. (2016a). Diagnóstico Nacional do Esporte - Caderno 2. *http://arquivo.esporte.gov.br/diesporte/7.php*, disponível em 04/06/2020

Esporte, M. d. (2016b). Diretrizes estruturantes do Programa Esporte e Lazer da Cidade. *http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2016/Diretrizes/Diretriz_PELC_2016_atualizada.pdf*, disponível em 04/06/2020

Ewerton, A. N., & Matias, W. B. (2017). Gestão estratégica das experiências de lazer na esfera federal. In P. H. Azêvedo & A. C. Bramante (Eds.), *Gestão estratégica das experiências de lazer*. Curitiba: Appris.

Ferreira, A. d. C. D. (2018). *Um modelo para a gestão de informações do esporte de alto rendimento no Brasil*. Porto Alegre - Brasil: Alan de Carvalho Dias Ferreira. Dissertação de Doutorado apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Filho, L. C. (2019). A política esportiva brasileira: de 'política de estado' ao 'estado da política'. *Revista Motrivivência, 31*(60), 01-18.

Freitas, A. C. d., Medeiros, A. M. A. M., Assis, A. F. S. d., Silva, C. G. d., Júnior, E. T. P. R., Caldas, F. D. L., Júnior, I. F. E., Silva, J. A. d. A. d., Silva, K. N. P., D'Castro, R. J., Luna, R. a. M. d., & Santos, M. M. d. (2007). Círculos de Convivência de Esporte. In M. d. Esporte (Ed.), *Brincar, jogar, viver - Programa "Esporte e Lazer da Cidade"*. Brasília: Ministério do Esporte.

Frey, K. (2000). Políticas públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no brasil. *Planejamento e Políticas Públicas, 1*(21), 211-259.

Frizzo, G. F. E. (2019). Crise do capitalismo, política ultraliberal e a extinção do ministério do esporte. *Revista Motrivivência, 31*(60), 01-15.

Gil, A. C. (2007). *Como elaborar um projeto de pesquisa?* São Paulo: Atlas.

Green, M., & Oakley, B. (2001). Elite sport development systems and playing to win: uniformity and diversity in international approaches. *Leisure studies 20*(1), 247-267.

Guimarães, J. R. S., & Jannuzzi, P. d. M. (2016). Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: Limites e legitimidades. *Associação Brasileira de Estudos Populacionais.* Consult. 15 jun 2020, disponível em http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1451/1416

Houlihan, B., & Green, M. (2008). *Comparative elite sport development: systems, structures and public policy*. Burlington: Elsevier.

Jannuzzi, P. d. M., & Patarra, N. L. (2006). *Manual para capacitação em indicadores sociais nas políticas públicas e em direitos humanos* (Vol. 01). São Paulo: Oficina editorial.

Lawshe, C. H. (1975). A quantitative approach to content validity. *Personnel Psychology*(28), 563-575.

Lima, T. C. S. d., & Mioto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis, 10*(especial), 37-45.

Linhales, M. A. (1996). *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. Belo Horizonte - MG: Meily Assbú Linhales. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais.

Marcellino, N. C. (2001). *Esporte e Lazer: Políticas Públicas*. Campinas - Brasil: Autores Associados.

Minayo, M. C. d. S. (2009). O desafio da pesquisa social. In M. C. d. S. Minayo (Ed.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.

Ministério da Cidadania. (2000). Ministro de Esporte e Turismo assinou convênio com Minas para expandir o Esporte Solidário. *Ministério da Cidadania: Secretaria Especial do Esporte.* Consult. 22 set 2020, disponível em http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/43705-ministro-de-esporte-e-turismo-assinou-convenio-com-minas-para-expandir-o-esporte-solidario

Ministério da Cidadania. (2019). Programa Esporte e Lazer da Cidade: Diretrizes 2019. Consult. 4 jun 2020, disponível em http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/jornada_esporte_cidadao/diretrizes_pelc_2019.pdf

Ministério da Cidadania. (2020). Secretaria Nacional do Esporte. *GOV.BR Governo Federal.* Consult. 5 jun 2020, disponível em https://www.gov.br/cidadania/pt-br

Ministério do Esporte. (2006). Resolução nº 10, de 7 de Março de 2006. *Diário Oficial da União*, Secção 1, nº 64, 101-104.

Ministério do Esporte. (2011). Ministério do Esporte: Balanço dos programas e ações da gestão 2003-2010. *Slide Player.* Consult. 22 mai 2020, disponível em https://slideplayer.com.br/slide/1254087/

Ministério do Esporte. (2012). Relatório de gestão: Exercício de 2011. *Ministério da Cidadania: Secretaria Especial do Esporte.* Consult. 20 mai 2020, disponível em http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/relatorioGestao/relatorioSNELISSNEEDSNDEL.pdf

Ministério do Esporte. (2016). Esporte e lazer da cidade - PELC: Diretrizes 2016. *Ministério da Cidadania: Secretaria Especial do Esporte.* Consult. 4 jun 2020, disponível em http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2016/Diretrizes/Diretriz_PELC_2016_atualizada.pdf

Ministério do Esporte. (2018). Relatórios e certificados de auditoria. *Ministério da Cidadania: Secretaria Especial do Esporte.* Consult. 5 jun 2020, disponível em

http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/relatorios-e-certificados-de-auditoria

Morais, A. F. S. d. A. (2017). *Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade no convênio de Recife*. Belo Horizonte - MG: Aniele Fernanda Silva de Assis Morais. Dissertação de Doutorado apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais.

Mussino, A. (2002). *COMPASS 2002 – Progress Report*. Roma: Coni.

Oakley, P., & Clayton, A. (2003). *Monitoramento e avaliação do empoderamento* (Vol. 1). Oxford: Intrac.

Pinto, L. M. S. d. M., Rodrigues, R. P., Bonalume, C. R., & Ramos, M. L. B. C. (2008). O lazer. In M. d. Esporte (Ed.), *Brincar, jogar, viver: Lazer e intersetorialidade com o PELC*. Brasília.

Pintos, A. E. d. S. (2017). *Análise da experiência em monitoramento e avaliação de políticas públicas do Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC*. Brasília: Ana Elenara da Silva Pintos. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade de Brasília - UNB.

Presidência da República. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *GOV.BR Presidência da República.* Consult. 15 jun 2020, disponível em https://www.gov.br/planalto/pt-br

Presidência da República. (1989). Lei Nº 7.752, de 14 de Abril de 1989. *GOV.BR Presidência da República.* Consult. 15 jun 2020, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7752.htm

Presidência da República. (1993). Lei Nº 8.672, de 6 de Julho de 1993. *GOV.BR Presidência da República.* Consult. 15 jun 2020, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8672.htm

Presidência da República. (1998). Lei Nº 9.615, de 24 de Março de 1998. *GOV.BR Presidência da República.* Consult. 15 jun 2020, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm

Presidência da República. (2003). Lei Nº 10.683, de 28 de Maio de 2003. *GOV.BR Presidência da República.* Consult. 22 jul 2020, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm

Presidência da República. (2019). Decreto Nº 9.674 de 2 de janeiro de 2019. *GOV.BR Presidência da República.* Consult. 4 jun 2020, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9674.htm

Recife, P. d. (2019). Prefeitura inicia ciclo de capacitação da equipe do programa Recife Ativo [Versão eletrónica]. *Notícias*. Consult. 20/02/2020, disponível em www2.recife.pe.gov.br/noticias/18/02/2019/prefeitura-inicia-ciclo-de-capacitacao-da-equipe-do-programa-recife-ativo.

Saviani, D. (1992). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Cortez.

Silva, D. S., Borges, C. N. F., & Amaral, S. C. F. (2015). Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Esportes, 29*(1), 65-79.

Silva, J., Silva, K., D´Castro, R., & Luna, R. (2007). Sistema práxis de monitoramento, avaliação e controle social. In *Brincar, Jogar, Viver* (Vol. II). Brasília: Ministério do Esporte.

Silva, J. A. d. A. d., Silva, K. N. P., D´Castro, R. J., & Luna, R. A. M. d. (2007). Formação Continuada. In M. d. Esporte (Ed.), *Brincar, jogar, viver - Programa "Esporte e Lazer da Cidade"*. Brasília: Ministério do Esporte.

Silva, J. d. A. d., & Silva, K. N. P. d. (2004). *Círculos populares de esporte e lazer: Fundamentos da educação para o tempo livre.* Recife - Brasil: Bagaço.

Silva, M. O. d. S. e. (2001). Avaliação de políticas públicas e programas sociais: teoria e prática. In *Avaliação de políticas públicas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos*. São Paulo: Editora Veras.

Skinner, J., Edwards, A., & Corbett, B. (2015). *Reserch methods for sport management* (Vol. 01). Norva Iorque.

Taffarel, C. N. Z., & Junior, C. d. L. S. (2019). Política nacional do esporte: as consequências do desmonte do Ministério do Esporte. *Revista Motrivivência, 31*(60), 01-33.

Tubino, M. J. G. (1997). *O esporte no Brasil: do período colonial aos nossos dias*: Instituição Brasileira de Difusão Cultural.

Vaitsman, J., Rodrigues, R. W. S., & Sousa, R. P.-. (2006). *O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil* (1 ed.). Brasília: UNESCO.

Veronez, L. F. C. (2005). *Quando o Estado joga a favor do privado: As políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988*. Campinas - Brasil: Luiz Fernando Camargo Veronez. Dissertação de Doutorado apresentada a UNICAMP.

Waichman, P. (1997). *Tempo livre e recreação*. Campinas Papirus.

Wanderlei, A. K. S., Pereira, A. d. S., Figueiredo, C. A. d. M., Souza, F. M. d., Luz, G. M. d. S., Medeiros, G. F. d. H., Neves, H. F. d. F., Maciel, J. F. Q., Silva, J. A. d. A. d., Silva, K. N. P., Almeida, M. P., Souza, M. d. S. P. d., Gomes, M. L. d. S., rodrigues, P. R., & Borges, R. C. S. L. (2007). Círculos de Convivência Social de adultos e idosos na cidade do Recife. In M. d. Esporte (Ed.), *Brincar, jogar, viver - Programa "Esporte e Lazer da Cidade"*. Brasília: Ministério do Esporte.

# 9. APÊNDICES

# APÊNDICE A

U.PORTO
FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

**UNIVERSIDADE DO PORTO**
**FACULDADE DE DESPORTO**
**MESTRADO EM GESTÃO DEPORTIVA**

Porto, 10 de agosto de 2020.

**Carta Convite para Validação**

Prezado (a) Sr (a).

Convidamos V. Sa. para participar da validação do conteúdo da pesquisa intitulada "Construção e validação de um instrumento para monitoramento de programas desportivos e de lazer", objeto de pesquisa do Mestrado de Gestão Desportiva da Faculdade do Desporto da Universidade do Porto (FADEUP), em Portugal.

Este projeto consiste na construção de um modelo de instrumento de monitoramento de programa e projetos desportivos no âmbito do lazer a partir da sistematização de informações e construção de indicadores sociais que auxiliem na tomada de decisão dos gestores no monitoramento, assim como para a avaliação da implementação e execução destes programas e projetos.

Como um modelo de monitoramento de programa e projetos do desporto e lazer exige a conceituação, padronização e classificação dos termos utilizados no ambiente desportivo, é fundamental a análise de tal modelo por especialistas da área.

A sua escolha deveu-se à reconhecida experiência na área desportiva. Para a validação pedimos que avalie se as variáveis são **Essencial; Útil, mas não essencial; ou Não é necessário** de cada dimensão abarcada no modelo, de cada categoria e indicadores estabelecidos para sistematização das informações, além de sugerir a **inclusão, edição ou exclusão** de dimensões, categorias, variáveis e indicadores.

Será utlizada a tabela anexa a esta carta, na qual estão relacionadas as dimensões, categorias, variáveis e indicadores, além de colunas com espaços para preenchimento da avaliação de cada item. Vale informar que os dados serão tratados de forma anônima e confidencial.

O documento com a descrição de cada dimensão, assim como a representação gráfica do modelo também estão em anexo. Aproveitamos para agradecer a atenção e informar que quaisquer dúvidas sobre o preenchimento do instrumento de validação podem ser esclarecidas a qualquer tempo por meio do email renatasalgues@hotmail.com ou por Whatsapp número +55 (81) 987607380.

Cordialmente,

Prof. Dr. Alan de Carvalho Dias Ferreira
Orientador

Renata Christiane Salgues Lucena Borges
Mestranda em Gestão Desportiva

U.PORTO
FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

**Legenda para preenchimento do formulário de validação:**

**ESSENCIAL –** quando for entendido que as variáveis indicadas são essenciais para a construção dos indicadores, ou seja, em que grau o programa/projeto está sendo eficaz, eficiente e efetivo.

**ÚTIL, MAS NÃO ESSENCIAL –** quando for entendido que as variáveis são úteis, mas não são essenciais para a construção dos indicadores.

**NÃO É NECESSÁRIO –** quando for entendido que as variáveis não são necessárias.

Atribuir grau de importância, valor e assinalar com um X, em umas das opções.

**ATENÇÃO:** Favor não deixar resposta em branco e não assinalar mais de uma opção para cada item.

**5. Restrições sobre as dimensões e classificações:**

a) Excluir a(s) dimensão(ões): _____

b) Excluir a(s) categoria (s), variável (eis) ou indicador (res): _____

c) Acrescentar a(s) dimensão(ões) que considerar pertinente (s) e que não foram contemplados. _____

d) Acrescentar a(s) categoria(s), variável (eis) ou indicador (res) que considerar pertinente (s) e que não foram contemplados. _____

U.PORTO
FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

**ORIENTAÇÕES PARA ANÁLISE DO MODELO**

**1. Objeto de Análise:** Modelo de instrumento para monitoramento de programas e projetos desportivos e de lazer.

**2. Avaliadores:** Gestores especialistas na área desportiva e de lazer que funcionaram como juízes/ colaboradores no processo de validação do modelo.

**3. Modelo de Sistematização para Avaliação:** Será utlizada a tabela anexa a esta carta, na qual estão relacionadas as dimensões e níveis de classficaição das informações, além de colunas com espaços para preenchimento da avaliação de cada item, marcando com X a alternativa que considerar adequada para cada indicador.

Exemplo:

| Dimensões e Categorias | Variáveis | Indicadores | | | Avaliação dos Especialistas | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | EFICÁCIA | EFICIÊNCIA | EFETIVIVIDADE | Validade | | |
| CARACTERIZAÇÃO | | | | | Essencial | Útil, mas não essencial | Não é necessário |
| Dados iniciais | Entidade responsável, setor responsável, nome do programa/ projeto | | Volume de recursos gastos no programa/% da população atendida | Índice de acesso ao esporte e lazer, por classe social, bairro e IDH, relativo à população da cidade. | | | |
| | População, IDH, quantidade de bairros (cidade) | Quantidade de bairros a serem atendidos | | | | | |
| | Vigência do programa/ projeto | Quantidade de tempo de execução do programa | | | | | |
| Recursos | Valores disponíveis - metas iniciais | % de recurso disponível em relação ao orçamento da gestão desportiva | | | | | |
| Recursos Humanos | Dados do RH (RG, CPF, endereço, contatos, | Número de profissionais contratados | | | | | |

U.PORTO
FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

e) Editar/corrigir o(s) conceito(s) de: _____

Para: _____

**6. Infomar seu Curriculum resumido – com nome completo, titulação e principais experiências na área desportiva - para fins de caracterização dos avaliadores:**

_____

**UNIVERSIDADE DO PORTO**
**FACULDADE DO DESPORTO**
**MESTRADO GESTÃO DESPORTIVA**

**FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO**

| Dimensões e Categorias | Variáveis | Indicadores | | | Avaliação dos Especialistas | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | EFICÁCIA | EFICIÊNCIA | EFETIVIVIDADE | Validade | | |
| **CARACTERIZAÇÃO** | | | | | **Essencial** | **Útil, mas não essencial** | **Não é necessário** |
| **Dados iniciais** | Entidade responsável, setor responsável, nome do programa/ projeto | | Volume de recursos gasto no programa/% da população atendida | Índice de acesso ao esporte e lazer, por classe social, bairro e IDH, relativo à população da cidade. | | | |
| | População, IDH, quantidade de bairros (cidade) | Quantidade de bairros a serem atendidos | | | | | |
| | Vigência do programa/ projeto | Quantidade de tempo de execução do programa | | | | | |
| **Recursos** | Valores disponíveis - metas iniciais | % de recurso disponível em relação ao orçamento da gestão desportiva | | | | | |
| **Recursos Humanos** | Dados do RH (RG, CPF, endereço, contatos, formação, função) | Número de profissionais contratados | | | | | |
| | | | | | | | |
| **GESTÃO** | | | | | **Essencial** | **Útil, mas não essencial** | **Não é necessário** |
| **Usuários** | Dados pessoais: nome, filiação, endereço, contatos, data de nascimento, estado civil, sexo, etnia | % de usuários atendidos por faixa etária, por deficiência e por bairro | Volume de recursos gasto no programa/% da população atendida | Índice de acesso ao esporte e lazer, por classe social, bairro e IDH, relativo à população da cidade. | | | |
| | Dados de escolarização: nível e situação de escolarização, se estuda e onde estuda. | Índice de escolarização dos usuários, relativo aos usuários inscritos no programa | | | | | |
| | Dados profissionais: profissão, situação, horário de trabalho (para os que trabalham) | Índice de profissionalização dos usuários, relativo aos usuários inscritos no programa | | | | | |
| | Dados sócio-econômicos: renda familiar e tamanho da família. | Índice sócio-econômico dos usuários, relativos aos usuários inscritos no programa | | | | | |
| | Frequência | Média de usuários atendidos por mês em cada turma | | | | | |
| | Assiduidade | % de evasão relativo aos usuários inscritos no programa | | | | | |
| **Turma/ Programação** | Turmas formadas | % de turmas formadas no programa, relativo a quantidade de turmas previstas inicialmente, por bairro | | | | | |
| | Grade Horária | Quantidade de atividades diárias | | | | | |
| | Conteúdos: planejados e trabalhados | desenvolvidas nos espaços, por | | | | | |
| | | modalidade oferecida | | | | | |
| | Educadores por turma (Dados pessoais, formação, forma de contratação) | Quantidade de usuários por educador | | | | | |
| | Data de início de cada turma | % de aumento ou diminuição no atendimento de grupos existentes na comunidade | | | | | |
| | Caracterização: nome, tipo (entidade ou pessoa) e contato | Quantidade de parcerias realizadas durante a execução do programa | | | | | |
| **Eventos** | Eventos a serem realizados | % de eventos realizados relativo ao previsto no programa | | | | | |
| | Quantidade de participantes | Quantidade de participantes nos eventos | | | | | |
| **Espaço e equipamento** | Número de bairros a serem atendidos - meta inicial | % de bairros atendidos a partir da meta de atendimento do programa, considerando o IDH | | | | | |
| | Equipamentos disponíveis (descrição do espaço) | % de espaços utilizados a partir da meta do programa | | | | | |
| | | % de equipamentos utilizados a partir dos disponíveis nos bairros | | | | | |
| | | % de espaços com regularização fundiária a partir dos disponíveis por bairro | | | | | |
| | Nível de adequação | % de instalações adequadas por bairro | | | | | |
| | Nível de conservação | % de espaços requalificados a partir dos disponíveis por bairro | | | | | |
| **Formação Continuada** | Registro: dia, hora e local | Quantidade de formações realizadas | | | | | |
| | Participantes | % de participação dos profissionais nas formações | | | | | |
| **Reunião** | Registro: dia, hora e local Pauta da reunião | % de atividades realizadas a partir das reuniões | | | | | |

# APÊNDICE B

U.PORTO
FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

**UNIVERSIDADE DO PORTO**
**FACULDADE DO DESPORTO**
**MESTRADO GESTÃO DESPORTIVA**

**INSTRUMENTO DE MONITORAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS DESPORTIVOS E DE LAZER**

**APRESENTAÇÃO DO INSTRUMENTO**

Esporte, em vária cidades no Brasil. Também foram utilizados enquanto referência para essa contrução modelos de monitoramento desenvolvido pelo próprio Ministério, conhecido como Sistema Mimboé e a experiência desenvolvida pela Prefeitura do Recife, no período entre 2005 e 2008, conhecida como Sistema Práxis. Foi realizado um estudo de campo a partir da experiência na gestão da assessoria pedagógica da Autarquia Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães da Prefeitura do Recife, desenvolvida entre o período de 2009 e 2012, bem como alguns estudos realizados para avaliação desse programa, entre os principais estão Almeida (2010) e Morais (2017)

Contudo, os objetivos identificados nortearam a construção de 4 etapas no instrumento, sendo elas: **Dimensões, Categorias, Variáveis e Indicadores.** Na primeira etapa foram classificadas duas dimensões, a caracterização, com foco na identificação do programa e a dimensão da gestão com foco nas atividades realizadas pela execução do programa. A partir daí foram identificadas as categorias que classificam um grupo de informações a serem coletadas para criação dos indicadores. Esse grupo de informações demos o nome de variáveis, as quais irão compor o banco de dados. E por fim, esse banco de dados será o centro de informações para a coleta dos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, os quais estão identificados no quadro. Os **indicadores de eficiência** tem por objetivo medir a relação entre os recursos disponíveis e a meta do obejtivo geral do programa/projeto; **os indicadores de eficácia** faz relação entre as metas estabelecidas na formulação do programa/projeto e o resultado obtido na execução do mesmo; por fim, **os indicadores de efetividade** refletem o impacto, uma mudança de comportamento social, a partir do objetivo geral do programa/projeto.

A partir do referencial teórico e da metodologia adotada, foi criado o seguinte instrumento de monitoramento para análise e validação dos gestores, de forma que se torne eficaz no acompanhamento e gestão dos programa e projetos desportivos e de lazer desenvolvidos, sejam eles, públicos ou privados.

| OBJETIVO GERAL | DIMENSÕES | OBJETIVOS ESPECÍFICOS | CATEGORIAS | VARIÁVEIS DA BASE CADASTRAL | INDICADOR DE EFICÁCIA | INDICADOR DE EFICIÊNCIA | INDICADOR DE EFETIVIDADE |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Caracterização** | | Dados iniciais | Entidade responsável, setor responsável, nome do programa/ projeto | | | |
| | | | | População, IDH, quantidade de bairros (cidade) | Quantidade de bairros a serem atendidos | | |
| | | | | Vigência do programa/ projeto | Quantidade de tempo de execução do programa | | |
| | | | Recursos | Valores disponíveis - metas iniciais | % de recurso disponível em relação ao orçamento da gestão desportiva | | |
| | | | Recursos Humanos | Dados do RH (RG, CPF, endereço, contatos, formação, função) | Número de profissionais contratados | | |
| | **Gestão** | 1. Nortear ações voltadas para públicos diferenciados (faixa etária, gênero, etnia, pessoas com deficiência, entre outros) nos núcleos de lazer e esporte recreativo; | Usuários | Dados pessoais: nome, filiação, endereço, contatos, data de nascimento, estado civil, sexo, etnia | % de usuários atendidos por faixa etária, por deficiência e por bairro | | |
| | | | | Dados de escolarização: nível e situação de escolarização, se estuda e onde estuda. | índice de escolarização dos usuários, relativo aos usuários inscritos no programa | | |
| | | | | Dados profissionais: profissão, situação, horário de trabalho (para os que trabalham) | índice de profissionalização dos usuários, relativo aos usuários inscritos no programa | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Democratizar o lazer e o esporte recreativo** | | | | Dados sócio-econômicos: renda familiar e tamanho da família. | Índice sócio-econômico dos usuários, relativos aos usuários inscritos no programa | **Volume de recursos gasto no programa/% da população atendida** | **Índice de acesso ao esporte e lazer, por classe social, bairro e IDH, relativo à população da cidade.** |
| | | | | Frequência | Média de usuários atendidos por mês em cada turma | | |
| | | | | Assiduidade | % de evasão relativo aos usuários inscritos no programa | | |
| | **Gestão** | 2. Estimular a implementação de metodologia participativa e democrática para o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais de lazer e esporte recreativo; | Turma/ Programação | Turmas formadas | % de turmas formadas no programa, relativo a quantidade de turmas previstas inicialmente, por bairro | | |
| | | | | Grade Horária | Quantidade de atividades diárias desenvolvidas nos espaços, por modalidade oferecida | | |
| | | | | Conteúdos: planejados e trabalhados | | | |
| | | | | Educadores por turma (Dados pessoais, formação, forma de contratação) | Quantidade de usuários por educador | | |
| | | | | Data de início de cada turma | % de aumento ou diminuição no atendimento de grupos existentes na comunidade | | |
| | | | Apoios e parcerias | Caracterização: nome, tipo (entidade ou pessoa) e contato | Quantidade de parcerias realizadas durante a execução do programa | | |
| | | | Eventos | Eventos a serem realizados | % de eventos realizados relativo ao previsto no programa | | |
| | | | | Quantidade de participantes | Quantidade de participantes nos eventos | | |
| | **Gestão** | 3. Democratizar o acesso ao lazer e esporte recreativo, principalmente às comunidades menos favorecidas. | Espaço e equipamento | Número de bairros a serem atendidos - meta inicial | % de bairros atendidos a partir da meta de atendimento do programa, considerando o IDH | | |
| | | 4.Promover a ressignificação e a qualificação de espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte recreativo; | | Equipamentos disponíveis (descrição do espaço) | % de espaços utilizados a partir da meta do programa | | |
| | | | | | % de equipamentos utilizados a partir dos disponíveis nos bairros | | |
| | | | | | % de espaços com regularização fundiária a partir dos disponíveis por bairro | | |
| | | | | Nível de adequação | % de instalações adequadas por bairro | | |
| | | | | Nível de conservação | % de espaços requalificados a partir dos disponíveis por bairro | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Gestão** | 5. Promover a formação inicial e estimular a formação continuada dos agentes sociais e gestores municipais de lazer e esporte recreativo; | Formação Continuada | Registro: dia, hora e local | Quantidade de formações realizadas |
| | | | | Participantes | % de participação dos profissionais nas formações |
| | **Gestão** | 6. Valorizar e fortalecer a cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo; | Reunião | Registro: dia, hora e local<br>Pauta da reunião | % de atividades realizadas a partir das reuniões |

**LEGENDA**

| | |
|---|---|
| | Fase inicial do monitoramento e diz respeito a dimensão da **"Caracterização"** do programa/projeto a ser monitorado. Esses são os dados iniciais previstos no programa/projeto que servirão de base para posterior análise das variáveis a seguir. A caracterização está relacionada ao objetivo geral do programa/projeto a ser desenvolvido, por ser ampla, não se relaciona diretamente aos objetivos específicos. |
| | Esta fase inicia a dimensão da **"Gestão"** do programa/projeto, ou seja, a partir dessa fase cada categoria irá se relacionar com um ou mais objetivos específicos. A coleta de dados será realizada de acordo com os dados concretos gerados pelo programa/ projeto. Nesse caso, os dados serão coletados a partir da categoria **USUÁRIO**, para fins de análise dos indicadores de eficácia correspondentes. |
| | As categorias de **TURMA/ PROGRAMAÇÃO, APOIO E PARCERIA e EVENTOS** estão relacionadas ao mesmo objetivo específico. E a coleta dos dados indicados irão gerar os respectivos indicadores de eficácia. |
| | A categoria **ESPAÇO E EQUIPAMENTO** está relacionada a um objetivo específico e a coleta dos dados indicados irão gerar os respectivos indicadores de eficácia. |
| | A categoria **FORMAÇÃO CONTINUADA** está relacionada a um objetivo específico e a coleta dos dados indicados irão gerar os respectivos indicadores de eficácia. |
| | A categoria **REUNIÃO** está relacionada a um objetivo específico e a coleta dos dados indicados irão gerar os respectivos indicadores de eficácia. |
| | Os indicadores de eficiência e efetividade estão diretamente relacionados ao objetivo geral do programa/projeto. Suas análises se darão a partir dos números gerados pelas dimensões da caracterização e da gestão, conforme fórmula proposta. Os números gerados serão o resultado do quanto o programa/projeto é eficiente e efetivo . |

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DO DESPORTO
STRADO GESTÃO DESPORTIVA

**FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO**

## VALIDAÇÃO DAS DIMENSÕES, CATEGORIAS E VARIÁVEIS

| Dimensões e Categorias | Variáveis | Avaliação dos Especialistas | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Validade | | |
| **CARACTERIZAÇÃO** | | **Essencial** | **Útil, mas não essencial** | **Não é necessário** |
| **Dados iniciais** | Entidade responsável, setor responsável, nome do programa/ projeto | | | |
| | População, IDH, quantidade de bairros (cidade) | | | |
| | Vigência do programa/ projeto | | | |
| **Recursos** | Valores disponíveis - metas iniciais | | | |
| **Recursos Humanos** | Dados do RH (RG, CPF, endereço, contatos, formação, função) | | | |
| | | | | |
| **GESTÃO** | | **Essencial** | **Útil, mas não essencial** | **Não é necessário** |
| **Usuários** | Dados pessoais: nome, filiação, endereço, contatos, data de nascimento, estado civil, sexo, etnia | | | |
| | Dados de escolarização: nível e situação de escolarização, se estuda e onde estuda. | | | |
| | Dados profissionais: profissão, situação, horário de trabalho (para os que trabalham) | | | |
| | Dados sócio-econômicos: renda familiar e tamanho da família. | | | |
| | Frequência | | | |
| | Assiduidade | | | |
| **Turma/ Programação** | Turmas formadas | | | |
| | Grade Horária | | | |
| | Conteúdos: planejados e trabalhados | | | |
| | Educadores por turma (Dados pessoais, formação, forma de contratação) | | | |
| | Data de início de cada turma | | | |
| | Caracterização: nome, tipo (entidade ou pessoa) e contato | | | |
| **Eventos** | Eventos a serem realizados | | | |
| | Quantidade de participantes | | | |
| **Espaço e equipamento** | Número de bairros a serem atendidos - meta inicial | | | |
| | Equipamentos disponíveis (descrição do espaço) | | | |
| | Nível de adequação | | | |
| | Nível de conservação | | | |
| **Formação Continuada** | Registro: dia, hora e local | | | |
| | Participantes | | | |
| **Reunião** | Registro: dia, hora e local<br>Pauta da reunião | | | |

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DO DESPORTO
MESTRADO GESTÃO DESPORTIVA

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO

## VALIDAÇÃO DOS INDICADORES DE EFICÁCIA

| Dimensões e Categorias | Variáveis | Indicadores | Avaliação dos Especialistas | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | EFICÁCIA | Validade | | | EFICIÊNCIA | EFETIVIVIDADE |
| CARACTERIZAÇÃO | | | Essencial | Útil, mas não essencial | Não é necessário | | |
| Dados iniciais | Entidade responsável, setor responsável, nome do programa/ projeto | | | | | Volume de recursos gasto no programa/% da população atendida | Índice de acesso ao esporte e lazer, por classe social, bairro e IDH, relativo à população da cidade. |
| | População, IDH, quantidade de bairros (cidade) | Quantidade de bairros a serem atendidos | | | | | |
| | Vigência do programa/ projeto | Quantidade de tempo de execução do programa | | | | | |
| Recursos | Valores disponíveis - metas iniciais | % de recurso disponível em relação ao orçamento da gestão desportiva | | | | | |
| Recursos Humanos | Dados do RH (RG, CPF, endereço, contatos, formação, função) | Número de profissionais contratados | | | | | |
| | | | | | | | |
| GESTÃO | | | Essencial | Útil, mas não essencial | Não é necessário | | |
| Usuários | Dados pessoais: nome, filiação, endereço, contatos, data de nascimento, estado civil, sexo, etnia | % de usuários atendidos por faixa etária, por deficiência e por bairro | | | | Volume de recursos gasto no programa/% da população atendida | Índice de acesso ao esporte e lazer, por classe social, bairro e IDH, relativo à população da cidade. |
| | Dados de escolarização: nível e situação de escolarização, se estuda e onde estuda. | Índice de escolarização dos usuários, relativo aos usuários inscritos no programa | | | | | |
| | Dados profissionais: profissão, situação, horário de trabalho (para os que trabalham) | Índice de profissionalização dos usuários, relativo aos usuários inscritos no programa | | | | | |
| | Dados sócio-econômicos: renda familiar e tamanho da família. | Índice sócio-econômico dos usuários, relativos aos usuários inscritos no programa | | | | | |
| | Frequência | Média de usuários atendidos por mês em cada turma | | | | | |
| | Assiduidade | % de evasão relativo aos usuários inscritos no programa | | | | | |
| Turma/ Programação | Turmas formadas | % de turmas formadas no programa, relativo a quantidade de turmas previstas inicialmente, por bairro | | | | | |
| | Grade Horária | Quantidade de atividades diárias desenvolvidas nos espaços, por modalidade oferecida | | | | | |
| | Conteúdos: planejados e trabalhados | | | | | | |
| | Educadores por turma (Dados pessoais, formação, forma de contratação) | Quantidade de usuários por educador | | | | | |
| | Data de início de cada turma | % de aumento ou diminuição no atendimento de grupos existentes na comunidade | | | | | |
| | Caracterização: nome, tipo (entidade ou pessoa) e contato | Quantidade de parcerias realizadas durante a execução do programa | | | | | |
| Eventos | Eventos a serem realizados | % de eventos realizados relativo ao previsto no programa | | | | | |
| | Quantidade de participantes | Quantidade de participantes nos eventos | | | | | |
| Espaço e equipamento | Número de bairros a serem atendidos - meta inicial | % de bairros atendidos a partir da meta de atendimento do programa, considerando o IDH | | | | | |
| | Equipamentos disponíveis (descrição do espaço) | % de espaços utilizados a partir da meta do programa | | | | | |
| | | % de equipamentos utilizados a partir dos disponíveis nos bairros | | | | | |
| | | % de espaços com regularização fundiária a partir dos disponíveis por bairro | | | | | |
| | Nível de adequação | % de instalações adequadas por bairro | | | | | |
| | Nível de conservação | % de espaços requalificados a partir dos disponíveis por bairro | | | | | |
| Formação Continuada | Registro: dia, hora e local | Quantidade de formações realizadas | | | | | |
| | Participantes | % de participação dos profissionais nas formações | | | | | |
| Reunião | Registro: dia, hora e local Pauta da reunião | % de atividades realizadas a partir das reuniões | | | | | |

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DO DESPORTO
MESTRADO GESTÃO DESPORTIVA

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO

## VALIDAÇÃO DOS INDICADORES DE EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE

| Dimensões | Categorias | Variáveis | Indicadores | Avaliação dos Especialistas | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | EFICIÊNCIA | Validade | | |
| | | | | Essencial | Útil, mas não essencial | Não é necessário |
| CARACTERIZAÇÃO | Dados iniciais | Entidade responsável, setor responsável, nome do programa/ projeto | Volume de recursos gasto no programa/% da população atendida | | | |
| | | População, IDH, quantidade de bairros (cidade) | | | | |
| | | Vigência do programa/ projeto | | | | |
| | Recursos | Valores disponíveis - metas iniciais | | | | |
| | Recursos Humanos | Dados do RH (RG, CPF, endereço, contatos, formação, função) | | | | |
| | | | | Essencial | Útil, mas não essencial | Não é necessário |
| GESTÃO | Usuários | Dados pessoais: nome, filiação, endereço, contatos, data de nascimento, estado civil, sexo, etnia | Volume de recursos gasto no programa/% da população atendida | | | |
| | | Dados de escolarização: nível e situação de escolarização, se estuda e onde estuda. | | | | |
| | | Dados profissionais: profissão, situação, horário de trabalho (para os que trabalham) | | | | |
| | | Dados sócio-econômicos: renda familiar e tamanho da família. | | | | |
| | | Frequência | | | | |
| | | Assiduidade | | | | |
| | Turma/ Programação | Turmas formadas | | | | |
| | | Grade Horária | | | | |
| | | Conteúdos: planejados e trabalhados | | | | |
| | | Educadores por turma (Dados pessoais, formação, forma de contratação) | | | | |
| | | Data de início de cada turma | | | | |
| | | Caracterização: nome, tipo (entidade ou pessoa) e contato | | | | |
| | Eventos | Eventos a serem realizados | | | | |
| | | Quantidade de participantes | | | | |
| | Espaço e equipamento | Número de bairros a serem atendidos - meta inicial | | | | |
| | | Equipamentos disponíveis (descrição do espaço) | | | | |
| | | Nível de adequação | | | | |
| | | Nível de conservação | | | | |
| | Formação Continuada | Registro: dia, hora e local | | | | |
| | | Participantes | | | | |
| | Reunião | Registro: dia, hora e local<br>Pauta da reunião | | | | |

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DO DESPORTO
MESTRADO GESTÃO DESPORTIVA

**FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO**

## VALIDAÇÃO DOS INDICADORES DE EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE

| Dimensões | Categorias | Variáveis | EFETIVIDADE | Avaliação dos Especialistas<br>Validade | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Essencial | Útil, mas não essencial | Não é necessário |
| CARACTERIZAÇÃO | Dados iniciais | Entidade responsável, setor responsável, nome do programa/ projeto | Índice de acesso ao esporte e lazer, por classe social, bairro e IDH, relativo à população da cidade. | | | |
| | | População, IDH, quantidade de bairros (cidade) | | | | |
| | | Vigência do programa/ projeto | | | | |
| | Recursos | Valores disponíveis - metas iniciais | | | | |
| | Recursos Humanos | Dados do RH (RG, CPF, endereço, contatos, formação, função) | | | | |
| | | | | Essencial | Útil, mas não essencial | Não é necessário |
| | Usuários | Dados pessoais: nome, filiação, endereço, contatos, data de nascimento, estado civil, sexo, etnia | | | | |
| | | Dados de escolarização: nível e situação de escolarização, se estuda e onde estuda. | | | | |
| | | Dados profissionais: profissão, situação, horário de trabalho (para os que trabalham) | | | | |
| | | Dados sócio-econômicos: renda familiar e tamanho da família. | | | | |
| | | Frequência | | | | |
| | | Assiduidade | | | | |
| | | Turmas formadas | | | | |
| | | Grade Horária | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **GESTÃO** | **Turma/ Programação** | Conteúdos: planejados e trabalhados | Índice de acesso ao esporte e lazer, por classe social, bairro e IDH, relativo à população da cidade. | | | |
| | | Educadores por turma (Dados pessoais, formação, forma de contratação) | | | | |
| | | Data de início de cada turma | | | | |
| | | Caracterização: nome, tipo (entidade ou pessoa) e contato | | | | |
| | **Eventos** | Eventos a serem realizados | | | | |
| | | Quantidade de participantes | | | | |
| | **Espaço e equipamento** | Número de bairros a serem atendidos - meta inicial | | | | |
| | | Equipamentos disponíveis (descrição do espaço) | | | | |
| | | Nível de adequação | | | | |
| | | Nível de conservação | | | | |
| | **Formação Continuada** | Registro: dia, hora e local | | | | |
| | | Participantes | | | | |
| | **Reunião** | Registro: dia, hora e local<br>Pauta da reunião | | | | |